

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

JHONATAS ELYEL SILVA

IMPRESSÕES DA NAÇÃO:

O imaginário político luso-brasileiro no periodismo vintista (1820-1823)

**UBERLÂNDIA
2022**

IMPRESSÕES DA NAÇÃO:

O imaginário político luso-brasileiro no periodismo vintista (1820-1823)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI/UFU) como requisito final para obtenção do título de Mestre em História Social. Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha.

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2022	<p>Silva, Jhonatas Elyel, 1994- Impressões da Nação [recurso eletrônico] : o imaginário político luso-brasileiro no periodismo vintista (1820-1823) / Jhonatas Elyel Silva. - 2022.</p> <p>Orientador: Gilberto César de Noronha. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.147 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Noronha, Gilberto César de, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós- graduação em História. III. Título.</p>
--------------	---

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4395 - www.pgghis.inhis.ufu.br - pgghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO, Ata 4, PPGHI				
Data:	Vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	19:00	Hora de encerramento:	21:40
Matrícula do Discente:	12012HIS004				
Nome do Discente:	Jhonatas Elyel Silva				
Título do Trabalho:	Impressões da Nação: o imaginário político luso-brasileiro no periodismo vintista (1820-1823)				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	Política e Imaginário				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciganos em Portugal e no Brasil: composições modernas				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Amon Santos Pinho (UFU), Rafael Duarte Oliveira Venancio (USP) e Gilberto César de Noronha orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Gilberto César de Noronha, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Cezar de Noronha, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/02/2022, às 21:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amon Santos Pinho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 22/02/2022, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Duarte Oliveira Venancio, Usuário Externo**, em 22/02/2022, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3326521** e o código CRC **1C775C5E**.

RESUMO

A partir da Revolução do Porto, em 1820, notar-se-á uma explosão de novos veículos impressos lançados tanto em Portugal como no Brasil, com o objetivo de escrever as primeiras palavras dessa história e instruir o público sobre a ordem das coisas em gestação. Alguns destes jornais foram o *Astro da Lusitânia*, o *Conciliador do Maranhão*, o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Semanário Cívico* e *O Paraense*. Através do estudo das imagens linguísticas dentro destes veículos e com o apoio metodológico da Análise do Discurso Francês, procurou-se compreender as contribuições desta imprensa periódica para um processo que inclui mais do que intermediar as relações de poder e transmitir eventos. Para isto, a pesquisa identificou (quantitativamente) as imagens mais pertinentes do imaginário político presente no *corpus* documental, antes de proceder a uma caracterização do diálogo intercontinental (entre as províncias brasileiras de onde estes discursos foram produzidos) e transatlântico (levando em consideração a possibilidade de um Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves ou uma Nação Portuguesa, como uma das realidades daquele momento) e a problematização da dinâmica entre a imprensa e a sociedade que fez surgir propostas que foram desde o dito Reino Unido e a iminente ruptura do Centro-Sul, até a tentativa de estabelecer um território nas províncias do Norte do Brasil como remanescentes do Império colonial lusitano. Assim, concluímos o lugar desses veículos na constituição das ideias de nação não apenas como meios legitimadores da ordem social, mas como verdadeiras potências de construção e desconstrução de sentido, condensando temporalidades, dilatando espacialidades e lançando as bases não apenas do Estado-nação brasileiro como o conhecemos hoje e da própria lógica civilizatória que o sustenta, mas questionando e deslocando – através dos casos particulares de cada periódico – nossa compreensão universalizante do evento em questão – o processo de formação do Estado brasileiro. Enfim, instrumentos catalisadores dessas imagens discursivas e afeições políticas em favor dos diversos projetos de nação que foram concebidos na lacuna deixada entre o desmantelamento do Antigo Regime e a constituição do mundo moderno.

Palavras-chave: Independência do Brasil, História da Imprensa, Discurso Político, Imaginário Luso-Brasileiro, Imprensa e Política.

ABSTRACT

From the Liberal Revolution of 1820 on it will be noticed an explosion of new printed vehicles launched both in Portugal and Brazil, with the purpose of writing the first words of that history and instructing the public about the order of things in gestation. Some of these newspapers were the *Astro da Lusitânia*, the *Conciliador do Maranhão*, the *Correio do Rio de Janeiro*, the *Diário do Rio de Janeiro*, the *Semanário Cívico* and *O Paraense*. Through the study of the linguistic images within these vehicles and with the methodological support of the French Discourse Analysis, it was aimed to understand the contributions of this periodic press to a process which includes more than mediating power relations and transmitting events. For this, the research identified (quantitatively) the most pertinent images of the political imaginary present in the documental corpus, before proceeding to a characterization of the intercontinental dialogue (between the Brazilian provinces from where these discourses were produced) and transatlantic (taking into consideration the possibility of a United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarve or Portuguese Nation, as one of the realities of that moment) and the problematization of the dynamics between press and society that made emerge proposals that went from the said United Kingdom and the imminent rupture of the Centre-South, to the attempt to establish a territory in the Northern provinces of Brazil as remnants of the Lusitanian colonial Empire. Thus, we conclude the place of these vehicles not only as legitimating means of social order, but as true powers of construction and deconstruction of meaning, condensing temporalities, dilating spatialities and laying the foundations not only of the Brazilian nation-state as we know it today and the very civilizing logic that sustains it, but questioning and displacing - through the particular cases of each periodical - our universalizing understanding of the event in question - the process of formation of the Brazilian State. In short, catalyzing instruments of these discursive images and political affections in favor of the various projects of nationhood that were conceived in the gap left between the dismantling of the Ancient Regime and the constitution of the modern world.

Keywords: Independence of Brazil, Press' history, Political discourse, Luso-Brazilian imaginary, press and politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1	Mapa indicativo da região de origem dos jornais escolhidos para análise	45
FIGURA 2	Termos-chave dispostos em formato de nuvens de palavras	49
FIGURA 3	O anjo do progresso anunciando as primeiras edições do <i>Diário</i>	124
FIGURA 4	Leviatã: ou a Varanda da Aclamação	148

TABELAS

TABELA 1	Lista de periódicos que circularam no Brasil entre 1820 e 1823	43
TABELA 2	Média total de ocorrência dos termos pesquisados nos jornais selecionados	48
TABELA 3	Características gerais relativas ao <i>corpus</i> documental selecionado	54

QUADROS

QUADRO 1	As dinâmicas dos imaginários sociodiscursivos na imprensa	71
----------	---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS DUAS FACES DE JANO.....	15
2.1. A Imprensa é a Língua da Nação	30
2.2. “Para que formando a opinião pública, os mesmos a respeitem e a sigam”.....	38
2.2.1. – Se o Astro da Lusitânia tem sabido retificar e dirigir a opinião pública?	51
2.2.2. Um libelo ao Conciliador... E por quê?	54
2.2.3. Hoje não há Correio, o de amanhã está na forma. Mande ao seu amigo Lisboa.	57
2.2.4. Para o estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade.....	60
2.2.5. O <i>Semanário</i> é o trombeteiro da turma falida	62
2.2.6. A representação inserida no nosso <i>Paraense</i> [...] assaz o mostra	66
2.3. Imaginários sociodiscursivos	68
2.3.1. Entre a ação e a razão; a imaginação.....	71
2.4. “A essas perguntas se seguiram todas as outras que se julgarem necessárias para a averiguação da verdade”	74
3. OS SEMBLANTES DA IMAGEM.....	84
3.1. Do governo dos livres	84
3. 1. 1. “O primeiro objeto de reforma das Cortes”	85
3. 1. 2. “Assomou no brilhante e vasto horizonte do Brasil o Sol da Liberdade”	92
3. 1. 3. Ourique outra vez.	94
3.1.4. “Senhor, não é uma comoção violenta”	104
3. 2. A Guerra.....	112
3.3. A nova ordem renasce	113
3. 4. Gazetas do tempo: documentos para a história?	121
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
5. DIÁRIO DE VIAGEM.....	144
5.1. Na caverna dos sonhos recalçados	144
5.2. Apologia da caverna.....	147
5.3. “Uma claridade sem sombras é uma onipotência impotente”	148
6. REFERÊNCIAS	153
6.1 Fontes.....	153
7 ANEXOS	165

E o que chamais de Mundo, isso deve ser criado
primeiramente por vós, vossa razão, vossa
imagem, vossa vontade, vosso amor deve ele
próprio se tornar.¹

¹ NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018, p. 81.

1. INTRODUÇÃO

Cinco anos hão passados desde que finalizei minha monografia, defendida no curso de Comunicação Social – desde 2017, estritamente Jornalismo – da Universidade Federal de Uberlândia. Sob o título: *As duas mortes do Imperador: a imagem política de D. Pedro II na Gazeta de Notícias (1889-1891)*² já trazia, em todo seu escopo, mas sobretudo nas considerações finais, a inquietação que viria dar lume ao presente trabalho, iniciado já a partir do ano seguinte, 2018³. As reflexões sobre o papel da imprensa na construção da imagem do governante mais longo da história não apenas brasileira, mas também americana, nos momentos mais fatais de sua existência e da nossa experiência política como Estado-nação. Fui levado a questionar a relação intrínseca entre os meios de comunicação e a sociedade; com especial atenção para o caso brasileiro onde o desenvolvimento inicial da imprensa se mostrou moroso quando comparado com as Treze Colônias ou o Vice-Reino da Nova Espanha, por exemplo,⁴ mas onde as mídias – novas ou consolidadas – não cessam de significar e ressignificar nossa realidade, às vezes a contragosto dos próprios fatos que ela pretende noticiar com autodeclarada isenção, como podemos atestar em diversos momentos de nossa história política, do recente governo das mentiras disseminadas pelas redes sociais às antigas “*fake news*”, como aquelas relativas a uma suposta prisão de Deodoro da Fonseca, espalhadas pelo major Sólon para precipitar o golpe republicano em 1889⁵.

Independência, Abolição, República, Ditadura, Democracia, eleições... Apenas para não falar das flores, leia-se da influência recíproca entre mídia e cultura. Enfim, relações impossíveis de serem plenamente abordadas, muito menos esgotadas, em uma breve apresentação, mas que já dão o tom das próximas páginas, onde o leitor encontrará, em meio aos devaneios que do presente – este lugar privilegiado de onde fazemos, assistimos e escrevemos história – partimos para investigar de maneira ora poética e subjetiva, ora pragmática e objetiva as contribuições dessa imprensa para a concepção dos Brasis possíveis. Não de nosso horizonte de expectativas hodierno, quando essa discussão parece também

² ELYEL, J. **As duas mortes do imperador**: a imagem política de D. Pedro II na Gazeta de Notícias. Independently Published, 2018.

³ Nesse sentido é interessante citar o ensaio intitulado “Gutenberg na Terra dos Tamoios”, publicado em parceria com meu orientador na graduação, o professor Dr. Rafael Duarte Oliveira Venancio, que de forma bastante geral e embrionária já discutia questões que dariam origem ao projeto de pesquisa do meu mestrado. VENANCIO, R. D. O. **Identidade, McLuhan, Sociedade**: ensaios sobre aldeias e galáxias. Independently Published 2017.

⁴ Uma observação comparatista mais atenta relacionada ao desenvolvimento da imprensa no Brasil será desenvolvida no início do capítulo 1.

⁵ CARVALHO, J. M. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007, p. 218.

urgente, mas daquele que se lançava com possibilidades na aurora do Oitocentos, mais precisamente entre a fissura no *continuum* político-institucional luso-brasileiro representada pela Revolução do Porto em 1820 e a sutura autoritária ab-rogada por D. Pedro I à Constituinte em 1823. Revolução esta que carrega em si uma ambivalência interpretativa à qual buscar-se-á elucidar nas páginas a seguir: pois, se, por um lado ela precipitou a independência, fissurando as relações entre Brasil e Portugal, por outro – e pensando nas modificações da condição brasileira desde a vinda da família real em 1808 –, ela também foi vivenciada como ameaça ao estatuto do Brasil enquanto centro de poder político e administrativo do universo lusitano e não apenas um dos satélites coloniais do velho Portugal.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que atentou à construção das imagens, das ideias políticas referentes a esses Brasis, que circularam e tomaram forma na imprensa do período supracitado. Interessa-nos não apenas aquele Brasil que se conscientizava de si mesmo como um corpo político independente, a partir de um eixo Centro-Sul, contraindo-se dentro da “Nação Portuguesa”⁶ que se gestava então no Congresso de Lisboa, para depois expandir-se às raias do extremo Norte, impondo com violência – física e simbólica – sua visão da história à uma memória relegada às páginas amareladas dos vencidos naquela guerra, mas também aqueles outros Brasis possíveis de se vislumbrar então e que não vingaram, derrotados em batalhas literais e literárias pela direção de uma consciência nacional que, em última instância, não deixa de se inserir também em um projeto civilizatório. Não raro, a batalha pela formação dessa consciência deu-se mais pela pena – e pelo prelo! – do que pela espada, como escreveu Isabel Lustosa.⁷

Isto posto, cabe falar brevemente das fontes interpretadas para revisitar essas janelas de possibilidades futuras, de futuros do passado, nessa arqueologia dos escombros dos vencidos, dos proscritos, deixados pela tempestade historicista do progresso brasileiro. De todo o acervo de periódicos encontrado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, referente ao recorte temporal proposto, seis títulos destacaram-se primeiramente dentro do critério de representatividade geográfica – uma vez que fazer a histórias dos vencidos nesse caso, seria olhar a partir de suas perspectivas, e não apenas do ponto de vista

⁶ “A Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios”. Conciliador do Maranhão, n. 6. 3 mai. 1821.

⁷ LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

de uma Corte vista como “fraca e corrompida”⁸ pelas regiões aderentes ao pacto constitucional de Lisboa. Outro critério de importância capital para uma seleção mais exequível dentro do prazo de conclusão do mestrado foi a abrangência temporal, fator um tanto complexo pela vida curta de muitos títulos dos periódicos – e sem esquecer a escassez de representatividade concomitante a algumas regiões, como o Centro-Oeste e o Extremo-Sul⁹. Não obstante, e após uma sistematização rigorosa (apresentada também no primeiro capítulo) do acervo disponível, escolhi como o *corpus* documental desta pesquisa o lisboeta *Astro da Lusitânia*, o *Conciliador do Maranhão*, os cariocas *Correio do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*, além do *Semanário Cívico* da Bahia, e *O Paraense*.

Remetendo agora à estrutura do trabalho, o leitor encontrará uma narrativa calcada em elementos sensíveis que dão conta das angústias que mobilizaram a problematização dessa pesquisa que parte do presente de quem interroga as fontes. Viajamos, o historiador e o leitor, como um andarilho, um eremita, antes de aprofundar em outros planos de consciência propriamente concernentes à pesquisa histórica num caráter mais restrito, apegado à cronologia e à periodização. O leitor ansioso pelos vestígios documentais e as referências teóricas com as quais dialogamos, encontrará no primeiro capítulo, tão logo, a sistematização não apenas do *corpus* documental analisado, catalogado em acervos como as bibliotecas nacionais de Brasil e Portugal, mas também o resultado de nosso diálogo com a produção acadêmica concernente ao tema abordado e ao contexto histórico mais amplo no qual se inserem a prática técnica e a demanda desta por parte da sociedade¹⁰. A interpretação desses vestígios são devaneios que se lançam ao passado numa busca heurística não apenas dos aspectos técnicos e concretos da relação entre sociedade, imprensa e Estado, mas vestígios culturais e simbólicos em uma jornada pelo imaginário político brasileiro impresso naquelas primeiras páginas periódicas durante um período tão conturbado quanto criativo da história do Brasil.

A pretensão de compreensão do imaginário político no Brasil, desse período, nos levou a um inventário das imagens sobre o Brasil instituídas numa constelação de sentidos e

⁸ *Semanário Cívico*, n. 14, 31 mai. 1821.

⁹ Falamos especificamente dos jornais produzidos em português entre 1821 e 1822 na província Cisplatina: *O Pacífico Oriental de Montevideo*, o *Expositor Cisplatino* e *O Patriota* (apesar de termos conhecido de que o periodismo oficioso lusitano na Banda Oriental do Prata remontar à *Gazeta de Montevideo* (1810-1814), como indica João Paulo Pimenta em *Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822)*. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora 2006, p. 23.

¹⁰ PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 29.

concepções políticas enunciadas na/pela imprensa, cuja análise poderá ser encontrada mais explicitamente no segundo capítulo, onde, após leitura atenta dos títulos selecionados, foram identificadas e analisadas as imagens mais pertinentes à nossa problemática, quais sejam: governo, nação, Brasil, povo, guerra, constituição, imprensa, entre outras, assim como também foi caracterizado o diálogo transatlântico entre jornais publicados em Portugal, Pará, Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro, entre 1820 e 1823; antes de problematizar a relação entre imprensa, sociedade e Estado. Assim, no terceiro capítulo, procuramos responder aos anseios suscitados pela problemática e fornecer uma contribuição cognoscitiva aos pictogramas, às marcas, às impressões deixadas nas paredes desse edifício, por vezes, labiríntico chamado Brasil, sem esgotar, de forma alguma, possíveis interpretações do mesmo fenômeno e nossa própria inquietação que é, ao mesmo tempo, epistemológica e existencial. Tal contribuição se fez por meio da problematização de noções como governo e história a partir do material profícuo que irrompe dos jornais analisados. Por fim, nas considerações finais, rememoramos os momentos mais significativos dessa jornada, quando o andarilho explicitar, em suma, o que se propôs ao inicial da viagem: compreender algumas das contribuições daquela imprensa periódica não apenas ao processo de independência, mas à adesão do universo luso-brasileiro à modernidade, ao regime político e à ordem civilizatória ocidental daquele período; uma adesão – é mister dizer – marcada por suas próprias particularidades e nuances, que também nos ajudaram a aprofundar a análise e buscar compreender um pouco melhor quem fomos, quem somos, quem poderíamos ter sido.

Uma história, seja ela qual for, é sempre escrita do presente, social e psiquicamente falando. Ainda que seu autor se lance constantemente às brumas do passado, guiando a si mesmo e aos leitores e leitoras através das fontes e métodos selecionados, “cada segredo da alma de um escritor, cada experiência de sua vida, cada qualidade de seu espírito está largamente expressa em sua obra”¹¹. E, se isso é verdade, também o inverso se verifica, quando, no processo criativo, a obra toma conta do escritor que em suas imagens mergulha profundamente, ao ponto de, nas palavras de Jean-Jacques Wunenburger, se deixar “arrebatar por elas” [as imagens], deformando-as, e enriquecendo-as “para fazer nascer uma vivência poética, atingindo sua plenitude no devaneio desperto”¹². Precisamente como me aconteceu por ocasião da concepção de uma imagem dicotômica representada pelo continente sul-americano e apresentada no item seguinte que não sendo mais o que se espera de uma

¹¹ WOOLF, V. **Orlando**. São Paulo: Editora Landmark. 2013, p. 99

¹² WURNENBURGER, J-J. **O Imaginário**. São Paulo: Edições Loyola. 2007, p. 18.

introdução, enunciadora da questão que motiva a busca, não é ainda o que se almeja evidenciar segundo o topos e o tropos da narrativa historiográfica, mas que ecoa as vibrações que me impulsionaram a percorrer uma e outra. Frisamos esse aspecto para sugerir humildemente ao leitor/leitora que ponha os olhos sobre as próximas páginas tal como o autor se pôs a escrevê-las; a saber, em dois movimentos complementares e magistralmente descritos por Gaston Bachelard ao indicar que “existem dois tipos de leitura: a leitura em *animus* e a leitura em *anima* [...], em que [o leitor] deve ficar vigilante, pronto para a crítica, pronto para a réplica [e outro], em que as imagens devem ser recebidas numa espécie de acolhimento transcendental dos dons”¹³ respectivamente. Nesse sentido, tomamos por *animus* uma noção que se aproxima daquela de “espírito científico” que nos impele à problematização, à racionalização e à objetividade até às considerações finais, ao passo em que, por *anima*, entenderemos a “inspiração artística” carregada de nossas impressões, anseios e vicissitudes os mais pessoais e subjetivos que abrem e encerram nossa prosopopeia e se evidencia no estilo empregado na composição de um posfácio, que não é um *post scriptum*, mas um diário de viagem que assume a subjetividade do tempo, a fluidez do espaço, as circunstâncias incertas e indigestas que se atualizam como legítimos atos de memória e esquecimento.

¹³ BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018, p. 61.

2. AS DUAS FACES DE JANO

Os templos nacionais são comunidades imaginadas. Portanto, erigidos nos últimos duzentos anos com formas bem mais afetivas do que racionalizadas e mais recentes do que alguns clássicos nos fizeram acreditar. Como bem evidenciou Marcelo Barbosa da Silva (2011), Francisco Adolfo de Varnhagen e toda a geração romântica indianista são ótimos exemplos, ainda que não os únicos, de construtores das imagens da nação¹⁴. Seja pela vinculação da nação brasileira à “mãe-pátria” que é Portugal, seja fomentando uma cultura nacional baseada na gênese mitológica do explorador branco e a indígena de forma idealizada e distante da realidade do processo civilizatório e do Estado imperial que era o grande mecenas desse projeto¹⁵.

Pode-se induzir, portanto, que na primeira metade do Oitocentos – e, de fato, muito além – o edifício brasílico estava ainda por construir-se a si mesmo, quer como Estado independente, quer como Nação unitária ou diversa, centralizadora ou descentralizada do imperioso poder federal. Nesse sentido, há um prolífico debate acerca da influência das novas ideias e tecnologias nos rumos, não apenas da emancipação política brasileira, mas de todo o continente americano, quando não de toda a civilização ocidental¹⁶. Para certos autores, no entanto, tal debate deve ser visto de maneira mais aprofundada, quando não com certa cautela. É o que propõe Marco Morel ao afirmar que as interpretações dos contemporâneos daqueles tempos, daqueles eventos e daqueles jornais “poderiam ser polissêmicas”¹⁷. O que o autor parece ter deixado inconscientemente implícito em sua exposição é a influência própria dos jornais nessa dinâmica quando indaga se “haveria, pois, essa relação unívoca e quase imediata (isto é, *sem mediações*) entre luzes, elites nativas e independência?”¹⁸ Gostaríamos de respondê-lo não com nossas palavras, mas com as de José Antônio da Cruz Ferreira,

¹⁴ SILVA, M. B. da. **Como inventar uma nação**: o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. 2011.

¹⁵ SILVEIRA E. **Tupi or not tupi**: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

¹⁶ Falamos de nomes como Marshall McLuhan, Junger Habermas e Peter Burke em obras como *A Galáxia de Gutenberg, Mudança estrutural na esfera pública e Uma história social da mídia*, entre outros.

¹⁷ LUCA, T. R. de.; MARTINS, A. L. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37.

¹⁸ *Ibidem.*, p. 38.

doravante citado como padre Tezinho, e Antônio Marques da Costa Soares, ambos respectivamente redator e diretor do *Conciliador do Maranhão*¹⁹.

Os grandes acontecimentos políticos das nações, devendo algum dia entrar nas páginas da História, precisam ser minutados por testemunhas contemporâneas, e desinteressadas, a fim de que a posteridade possa avaliar o mérito, ou demérito dos seus cooperadores [...]. Porém como estes, ainda mesmo sendo contemporâneos dos fatos, não podem presenciá-los *em todo o território da Nação* cuja história escrevem, carecem documentos mais verídicos do que os de uma tradição quase sempre suspeita. E eis um dos fins uteis dos jornais. Outro ainda mais essencial é o de *servirem de mediadores* entre os Governos e os Povos, *maximé* nas extraordinárias crises, que sempre originam as alterações no sistema político de um Estado. *Por um jornal conhecem os povos os passos que os governos seguem para regê-los*; e estes se instruem sobre os sentimentos com que aqueles olham as suas deliberações²⁰ [grifos nossos].

Poderíamos – e iremos, ao dobrar a esquina apropriada desse labirinto – indagar: que nação é essa, cuja história o padre Tezinho se propõe a escrever em São Luís do Maranhão? Que História é essa? Que tradição? Que mediação? Seu objetivo ao escrever seria apenas mediar a relação entre “os Governos e os Povos”? Ou buscavam construir sentidos de governo e de povo perante essas forças, às vezes antagônicas em nossa história ao “instruir” uns dos “sentimentos” dos outros? Pois se “os impressos viajavam, transpunham mares e ‘faziam viajar’ seus leitores”²¹ não apenas pelo espaço tornado cada vez menor entre regiões, continentes, mares e oceanos, mas também pelas próprias dimensões do tempo, como o trecho acima começa ilustrando tão bem – de redatores conscientes de que escreviam não apenas para o presente, mas também legando suas palavras ao futuro, testemunhas, fontes históricas²² –, que espécie de processo nos passa despercebido ao olhar pela redução de abordagens simplistas concomitantes não apenas à Independência – e que vem sendo largamente problematizada nas últimas décadas –, mas também à imprensa, não apenas como ferramenta transmissora dos ideais políticos de uma elite letrada, mas como elemento constitutivo de uma dinâmica social deveras complexa que se retroalimentava da convergência “entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”²³? Indício do que falamos

¹⁹ PINHEIRO, R. A. **O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 103.

²⁰ *Conciliador do Maranhão*, n.1. 14 abr. 1821.

²¹ LUCA, T. R. de.; MARTINS, A. L. (Org.). Op. Cit. Loc. Cit.

²² Curiosamente levariam se mais de 150 anos até que, nas palavras de Tânia Reina de Luca, começassem a crescer “o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil”, ainda que já se reconhecesse, ao longo do século XX, a necessidade em se escrever a história da imprensa “relutava-se em mobiliza-los [jornais e revistas] para a escrita da História **por meio** da imprensa”. (LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111).

²³ *Ibid.* Op. Cit., p. 39.

pode ser encontrado também em *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil*, uma colaboração entre José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile, apresentando uma rara e representativa coleção armazenada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Provenientes do Rio de Janeiro, mas também da Bahia e de Portugal, os “papelinhos” dão a entender que os debates concernentes ao processo de independência transbordavam então dos círculos letrados, das elites detentoras do poder econômico e político para exercer qualquer tipo de interdição ao discurso, penetrando também outros meios e apresentando mesmo erros de grafia, num estilo mais simples que o impresso: “Utilizavam frases diretas e cortantes, destinadas a causar impacto sobre o leitor ou ouvinte e a facilitar a compreensão da mensagem²⁴”.

Une-se à voz dos historiadores brasileiros que reconhecem a força da mídia – para não reduzir a dinâmica supracitada apenas à imprensa – um dos mais renomados nomes da Escola Canadense de Teorias da Comunicação, o intelectual Marshall McLuhan. Responsável, entre outras coisas, pela cunhagem do termo “aldeia global”, o teórico canadense escreve em seu *Galáxia de Gutenberg*:

Qualquer nova tecnologia de transporte ou comunicação tende a criar seu respectivo meio ambiente humano. O manuscrito e o papiro criaram o ambiente social de que pensamos em conexão com os impérios da antiguidade. O estribo e a roda criaram ambientes únicos de enorme alcance. Ambientes tecnológicos não são recipientes puramente passivos de pessoas, mas ativos processos que remodelam pessoas e igualmente outras tecnologias. Em nosso tempo, a súbita passagem da tecnologia da roda mecânica para a tecnologia do circuito elétrico representa uma das maiores mudanças de todo o tempo histórico. A impressão por tipos móveis criou novo ambiente inteiramente inesperado: criou o *público*. A tecnologia do manuscrito não teve a intensidade do poder de difusão necessário para criar *públicos* em escala nacional. As nações como viemos a chamá-las nos séculos recentes, não precederam nem podiam preceder o advento da tecnologia de Gutenberg, do mesmo modo que não poderão sobreviver ao advento do circuito elétrico com o poder de envolver totalmente todo povo em todos os outros povos²⁵.

De semelhante opinião à Morel e McLuhan são Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, no que tange à dinâmica da inserção da tecnologia tipográfica – com enfoque para a imprensa – na sociedade ocidental e o processo de revolução de nossa compreensão do tempo histórico no que François Hartog provém *insights* os mais interessantes. São citados tais gigantes – aos quais unir-se-ão outros no decorrer a jornada – uma vez que o próprio

²⁴ CARVALHO, J. M. de.; BASTOS, L.; BASILLE, M. *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 24.

²⁵ MCLUHAN, M. *Op. Cit.*, p. 14.

historiador brasileiro nos presenteia com palavras ressonantes e consonantes à nossas próprias descobertas iniciais quando afirma que

a viagem desloca o tempo histórico e desvela a pluralidade de tempos de uma época. Ainda mais para os viajantes que transpõem fronteiras em contato com revoluções: impressos proibidos ou desconhecidos, palavras mobilizadoras, recursos, armamentos e munições, sementes, exemplos e lições²⁶.

Tendo participado ativamente do debate político através da produção de novas ideias, não teriam os impressos – como aponta Morel – participado também da deslocação do tempo histórico com seu poder de "fazer viajar seus leitores", desvelando assim uma pluralidade de tempos históricos implícitos em seus discursos? Esboça-se essa indagação como um primeiro lampejo cognitivo. De fato, como a própria gênese dessa empreitada. E ainda que não seja possível respondê-lo categoricamente (mesmo que autores como Marco Morel, Isabel Lustosa, etc, e fontes que indiquem a primazia da imprensa ao falar num Brasil Império produzindo discursos capazes de imaginá-lo como entidade política unitária e dotada de algum sentido de ser) torna-se imperativo seguir tal fio da meada e, antes de mais nada, fixar os olhos ao objetivo geral que fulgura na candeia do peregrino e, portanto, *compreender quais foram as contribuições da imprensa periódica (no Brasil e em Portugal) para a imaginação dos Brasis possíveis entre a Revolução do Porto (1820) e a dissolução da Constituinte brasileira (1823)*.

Tal como espaço criador do discurso a imprensa foi – e continua sendo – submetida aos processos históricos das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais nos últimos séculos. Por isso ela caracteriza-se em um campo fecundo de análise e interpretação quanto aos testemunhos das ideias que circularam pelas diversas regiões que hoje chamamos Brasil – mas não apenas confinadas a ele – ao longo do século XIX e que se encontram hoje registrados nos títulos mais profícuos possíveis, ainda que a duração cronológica de muitos deles tenha sido curta – corroborando, também, a índole drástica daquele período. É nesse duplo sentido (de potência que produz e propõe signos, símbolos e sentidos políticos) que a presente pesquisa se fez relevante, enquanto tais testemunhos imagéticos, documentados em veículos como *A Malagueta, o Amigo do Rei e da Nação*, ou *Macaco Brasileiro* e outros nos legaram uma história do imaginário político brasileiro ao longo do Oitocentos, e no limite, do imaginário político luso-brasileiro.

Em uma década onde o Brasil passou de Reino Unido à sua velha metrópole, em 1815, a Império independente e, finalmente, representado por um Imperador nativo, em 1831, ainda

²⁶ LUCA, T. R. de.; MARTINS, A. L. Op. Cit. Loc. Cit.

que administrado por uma regência tão provisória quanto sua própria estabilidade. Vale ressaltar aqui a importância dessa representação final por parte de um soberano “autóctone²⁷” para favorecer a predileção de um projeto identitário sobre outros e consolidar a separação independentista, uma vez que mesmo descendendo de clãs reinantes da Europa o “Imperador menino” conferia uma maior identificação com o Império e seus múltiplos povos pôr sua própria natividade, além de transcender “a figura humana do rei”, graças às “representações do poder imperial” que “evocavam elementos de ‘longa duração’”²⁸, como tão bem analisou Ernst Kantorowicz em *Os dois corpos do rei*, ao apontar que “o corpo messiânico sempiterno [...], bem como a visão profética que defendia e que ajudou a realizar, eram todos indispensáveis no curso da salvação e inseparáveis da imagem do Messias.

Em suma, num período de profundas turbulências e singularidades preciosas, o andarilho é levado a refletir sobre os períodos imediatamente anteriores à independência do Brasil, e a relação entre a cultura oral e perpetuação de seus modos e locais de fala no interior da página impressa em uma relação que nos remete à circularidade da cultura – como veremos mais à frente – e à própria relação²⁹ história-memória.

Com base em Pierre Nora podemos observar que o texto jornalístico parece configurar um “exercício de memória com um jogo de interrogação sobre a própria memória”. Exercício que pode dar combate a velhas práticas sociais e encetar novas coletividades, exprimindo discursos individuais, inserindo-os em razões de Estado; fluindo entre o acontecimento e o registro numa ação mediada que parece ser, ao mesmo tempo, catalepsia mnemônica e impulso primevo rumo à documentação histórica propriamente dita.

Tomando emprestada a ideia de Eric Hobsbawm quando fala de *história da sociedade*³⁰ pode-se começar dizendo que a história “da” imprensa que se pretende aqui, também é história. De fato, faz mais sentido chamá-la, doravante, de história *na* imprensa, do discurso impresso; ou como intitula Tânia Regina de Luca: *História dos, nos, e por meio dos periódicos*³¹. Apesar da consciência das estruturas e transformações tecnológicas inerentes a ela enquanto dispositivo e às mudanças sociais que o presente instrumento apresenta em forma de testemunho, preocupa também sua função de primeiro registro e referência dos

²⁷ DETIENNE, M. *A Identidade Nacional, um Enigma*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 43.

²⁸ SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

²⁹ NORA, P. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 10 ago. 2018.

³⁰ HOBBSAWM, E. Da história social à história da sociedade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016, p. 117.

³¹ LUCA, T. R. de. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Op. Cit.* 2008.

fenômenos humanos antes que estes mesmos fossem matéria-prima do passado dos homens no *continuum* que o historiador delimita e organiza sistematicamente a fim de configurar o tempo histórico³². Nela se inserem, antes ou no ato mesmo do recorte e interpretação, os comentários, argumentos, posicionamentos às mais das vezes carregados de política, cultura, ideologia e mesmo economia que formam a teia, por vezes imbricada, dos fatos e sentimentos borbulhantes no caldeirão de nossas identidades que não cessa de cozinhar-se, imaginando-se ora mais fermentada, ora embotada em uma identidade que, de nada é singular, coesa e de fácil compreensão, assim como em nada é estática, seja no tempo ou no espaço. É nesse sentido que emerge, para nós, a imprensa; numa via de mão dupla entre o ato de influenciar e a possibilidade de ser também influenciada por essas mesmas ideias e posicionamentos históricos.

A imprensa é precisamente nossa sandália de chumbo que não impede o voo da interpretação do acontecimento lembrado e da invenção do fato, mas toca o solo dos acontecimentos vividos. Imprensa para influenciar e se influenciar... noticiar e dar forma ao nacional, ao civilizacional. No caso do Brasil há de se frisar, como aponta José Murilo de Carvalho que “até o século XIX, ela [a América portuguesa] permaneceu profundamente marcada pela cultura oral e outras características do Antigo Regime, às quais se somava a peculiaridade da escravidão”³³. Heranças do Antigo Regime que caracterizavam não só da própria realidade colonial, mas até mesmo do contexto cultural em que se inseria a imprensa na metrópole lusitana e suas colônias de além-mar. Contudo, até onde a cultura oral, o analfabetismo e a escravidão – ou a servidão em casos análogos ao brasileiro, como o russo – podem ser utilizados como antítese à relevância da cultura impressa nesses cenários, não poderemos dizer. O que se pode argumentar com relação a isso é o fato de que “se notarmos que, ainda em 1840, e mesmo na Grã-Bretanha e na França, os países mais adiantados da Europa, quase metade da população ainda era analfabeta (e na Rússia czarista, quase 98%), as ‘classes leitoras’ consistiam em pessoas de certo poder”³⁴. De fato, o *Diário do Rio de Janeiro* nos dá informação relevante sobre o caso britânico, ao reproduzir dados apresentados ao parlamento londrino: “Conforme estas bases, o total dos que aprendem a ler e escrever em todos aqueles três Reinos, por toda a casta de métodos, seria, por aproximação, de 710.000 e o

³² BLOCH, M. Op. Cit., p. 55.

³³ CARVALHO, J. M de; BASTOS, L; BASILE, M. (Org.). Op. Cit., p. 9.

³⁴ ANDERSON, B. Op. Cit., p. 118.

dos que não aprendem por método algum de 785.000, isto é, mais de metade do número total de crianças entre 5 e 14 anos”³⁵.

Os três Reinos supracitados referiam-se a Inglaterra e Gales, Irlanda e Escócia. Apenas o primeiro compreendia, de acordo com o periódico carioca, uma população total superior a 10 milhões de habitantes, enquanto o Reino do Brasil não passava de 2 milhões, contando-se a expressiva gleba de escravos completamente alijados de qualquer perspectiva de alfabetização. A partir disso busca-se justificar a questão da recepção, uma vez que em uma pesquisa voltada ao potencial produtor de ideias dessa imprensa, foi mais relevante a dinâmica que uns editores tinham dos textos de seus pares, das opiniões que se faziam públicas aos olhos de seus rivais e também das novas camadas médias da sociedade, além dos reflexos de todo esse debate nos rumos políticos propriamente ditos.

No entanto, e ainda sem perder esse horizonte de vista é importante salientar o aspecto aparentemente ambivalente – de fato nem sempre fácil, porém necessário – entre a nova tecnologia largamente utilizada pelas classes dominantes e a cultura popular na qual essa ferramenta se encontrava inserida e da qual parecia ser, às mais das vezes, sua contraparte letrada em uma dinâmica convergente proposta por Mikhail Bakhtin e retomada no campo da Historiografia por Carlo Ginzburg como “circularidade cultural”³⁶. Detêm-se neste grande parêntese – que, de fato, em nada tem de parêntese após uma observação mais aprofundada no *corpus* da pesquisa – por alguns motivos principais. Em primeiro, e por depararmos com discursos impressos (protagonizados mesmo por homens de leis, figuras políticas e eclesiásticas) marcados por um misticismo então profundamente arraigado nas camadas populares; ainda que implícito em uma narrativa filosófica que nos remete diretamente ao dever imperativo de imaginar a comunidade que estava por nascer. Neste sentido, Charaudeau vem de encontro à Ginzburg e Bakhtin ao salientar em seu método que

Há, pois, diferentes lugares onde se fabrica o pensamento político, que não está reservado apenas aos responsáveis pela governança nem aos solitários pensadores da coisa política. A produção do sentido é, uma vez mais, uma questão de interação e é, portanto, segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se elabora o pensamento político³⁷.

Pensamento este que, em tese, estava aberto a todos, mas quem constrói a chamada opinião pública, não exatamente a opinião do povo, é a imprensa. Assim, tornou-se forçado o

³⁵ Diário do Rio de Janeiro, n. 11. 11 jun. 1821.

³⁶ GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição São Paulo: Companhia de Bolso, 1987, p. 15.

³⁷ CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 40.

ângulo que Marco Morel chama de restritivo, ou negativista³⁸, ao qual diversos trabalhos podem cair ainda ao falar de imprensa e cultura popular no Brasil, enxergando na instância midiática apenas uma ferramenta alheia ao caldeirão sócio cultural em que se achava então inserida, impossibilitada de ressignificar seu repertório retórico, justificando-o no materialismo das camadas populares, ao mesmo tempo em que podia se fazer ecoar no imaginário delas por meio de imagens que, outros estudos (como *As Barbas do Imperador de Autora...*) já provaram terem sido amplamente utilizadas para adaptar o ideário monárquico europeu no período imperial na sociedade brasileira do século XIX. Assim elucidada o jornalista e catedrático da UERJ:

[...] o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, uma em meio a uma densa trama de relações e forma de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e *ordenar* uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas, ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que *se tornaria* brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocado por contradições e diferenças, detivessem *o poder de produção* [grifos nossos] e leitura direta da imprensa³⁹.

O presente trabalho não buscou em momento algum afirmar que essa dinâmica circular invalida o assujeitamento sofrido pelas camadas mais populares ao longo de séculos por diversas formas de imposição dicotômica em sua relação com a elite colonizadora (especialmente conturbada quando pensamos a respeito do genocídio indígena e da escravidão). Como explicitado acima, o objetivo primordial jaz exatamente em compreender de maneira tanto menos simplista a dinâmica social da palavra política e as contribuições da imprensa periódica para a formação do imaginário político brasileiro e do próprio Estado-nacional.

No que tange ao universo lusófono, um fenômeno em específico merece atenção. Remontando a meados do século XVI, e mesmo anteriores ao nascimento de D. Sebastião, um sapateiro trovador popularmente conhecido por Bandarra teria narrado a vinda de um rei instaurador da ordem ainda na primeira metade do século XVI. Mesmo assim parece consenso historiográfico que a própria história de vida de D. Sebastião, com o arremate de sua misteriosa morte na batalha de Alcácer Quibir e a situação dramática em que deixará Portugal,

³⁸ MOREL, M. Os Primeiros Passos da Palavra Impressa. In: LUCA, T. R de.; MARTINS, A. L. **História da Imprensa no Brasil**. 2008, p. 24.

³⁹ Ibidem, Op. Cit., p. 25.

condensaram este imaginário em torno de sua persona, dando início assim a este movimento com fortes características messiânico-milenaristas.

Relacionada à crença sebastianista encontra-se também outra profecia lusitana à qual acredita-se necessária a citação uma vez que parecem relacionar-se de forma quase tão imbricada quanto a presente exposição relaciona-se a ambas. Seguindo a história portuguesa após o desaparecimento de D. Sebastião encontra-se Portugal sob domínio espanhol em uma situação análoga à sua história medieval e que tanto seria usada para legitimar um novo movimento separatista. Em meio às seis décadas de união dinástica com a Espanha eis que surge um novo pregador, desta vez relacionando os sonhos proféticos de Bandarra a um contexto bíblico mais amplo, a fim de sustar a ideia de um Quinto Império definidora do papel dos Bragança “no ordenamento do mundo, composto nas últimas décadas de sua vida”⁴⁰; ou seja, o padre Antônio Vieira.

Neste sentido, o milenarismo lusitano acabou por configurar-se como “o culto de algo ou alguém que seria a solução de todas as mazelas e que instauraria um tempo de justiça felicidade e paz em terras lusas”⁴¹. Tal movimento ganhava força de tempos em tempos conforme as perspectivas políticas portuguesas nublavam e o desejo – em referência à alcunha recebida por D. Sebastião e que se mantém marcante ao longo de todo o mito sebastianista – por um salvador se avultava. E uma vez que se tenha em mente também o fato de que – apesar das rupturas e transformações sociais, culturais e/ou políticas que de modo algum se busca minimizar – muitos elementos da cultura lusitana de raízes medievais encontraram espaço também no Brasil colonial, como expõe Hilário Franco Júnior ao dizer que seria:

Fundamental levar em conta que a experiência colonial moderna dos ibéricos de certa forma prolongou sua experiência colonial medieval, com a conquista da América aos pagãos indígenas correspondendo à reconquista da península aos ‘pagãos’ mouros. O tradicional grito guerreiro desta, invocando Santiago, foi utilizado naquela, por exemplo no Maranhão em princípios do século XVII. Nos dois casos, o processo não foi obra dos setores mais progressistas da sociedade, embora estes tenham a partir de um segundo momento se beneficiado dele. Enquanto a colonização inglesa da América foi realizada por segmentos sociais ‘modernos’, gente que buscava novos horizontes, a colonização portuguesa foi obra de setores ainda ‘medievais’, que pretendiam reproduzir em outro palco, mais amplo e rico, o enredo histórico anterior.⁴²

⁴⁰ LIMA, Luís Filipe Silvério. O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005., p. 186.

⁴¹ MARQUES, G. L. Fé e constitucionalismo moderno na independência do Brasil. In: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 10, n. 3, set.-dez, 2018., p. 401.

⁴² JÚNIOR, H. F. Raízes Medievais do Brasil. In: **Revista USP**, São Paulo, 2008, p. 83.

E por que falamos disso? Ora, exatamente pelo fato de haver ainda hoje nas referências da cultura popular brasileira elementos quase quixotescos, mas carregados de potência, sobretudo no sertão nordestino, como aponta Amon Pinho:

Note-se, porém, que à semelhança do forçoso desencantamento de que Dom Sebastião, posto que prisioneiro pétreo, deveria ser objeto, de modo a, sendo libertado, constitui-se em sujeito de toda a libertação, aquele cerne semântico de dimensão histórica, antropológica e civilizacional carecia também ser percebido, reconhecido e conscientizado na sua radical condição de pedra angular, base sólida ou fundamento da cultura e da identidade brasileira⁴³.

De fato, todas essas manifestações políticas de cunho mitológico parecem mesmo incorrer à fundamentação primeva do reino de Portugal por ocasião do “milagre de Ourique”⁴⁴, que será, de certo modo, atualizado em alguns discursos da época para justificar tanto a revolução quanto a independência e, contraditoriamente, a continuação da missão civilizatória do velho Portugal no corpo político do Império Brasileiro. Da mesma forma, tais manifestações aparecem presentes quando da separação lusitana da União Ibérica, contemporânea de Antônio Vieira e de Bandarra, autor de diversas trovas sebastianistas que encontraram solo fértil em inúmeras regiões desta banda do Atlântico, reveladas no relato de inúmeros viajantes, como os naturalistas da missão austríaca de 1817, Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius⁴⁵.

Interroguemos agora a natureza desta palavra política produtora de imagens na prática social da imprensa no Brasil daquele período, compreendido aqui de maneira circunstancial entre idos de 1808 e 1841, datas simbólicas para o lançamento da pedra fundamental do templo nacional brasílico com o estabelecimento da administração metropolitana em terras coloniais – sem mencionar o nascimento da imprensa periódica local – e sua consolidação através do projeto legalista, responsável – ao fim da década de 1840 – por congregar todas as elites regionais – incluindo aquelas rebeladas, como nos exemplos farroupilhas, paulistanos e praieiros – em um único centro irradiador da ordem política e histórica representada na

⁴³ PINHO, A. Quinto Império, messianismos: Padre Antônio Vieira e a cultura popular tradicional luso-afro-brasileira. In: **Convergência Lusíada**, 2017p. 128.

⁴⁴ Sobre a Batalha de Ourique e a figura de D. Afonso Henriques nos deteremos de maneira mais adequada à frente. Por ora, cabe falar que nos interessa mais a mítica construída em torno de ambos e de seu lugar no imaginário lusitano enquanto mito fundante do que os fatos concretos que jazem imbricados a todos esses elementos sensíveis.

⁴⁵ O porte de nosso distinto hospedeiro, homem grisalho, era um tanto solene e, involuntariamente, nos fazia lembrar os quakers. De fato, ele era um dos adeptos do sebastianismo, os quais estão sempre à espera da volta do Rei. Estes sebastianistas, que se distinguem por sua diligência, economia e caridade, são em maior número no Brasil, e, especialmente, em Minas Gerais do que na própria mãe-pátria. (SPIX, J. B von.; MARTIUS, C. F. P. Viagem pelo Brasil, vol I. 1981. p. 248. apud. SCHWARCZ, L. M. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 288-289).

sagração e coroação de D. Pedro II, que surgia então – e já desde seu nascimento, para ser mais exato – “não só como o primeiro rei ‘genuinamente brasileiro’, mas como um pequeno d. Sebastião, que resumia as esperanças da jovem nação”⁴⁶.

Neste sentido vale ressaltar as palavras de José Murilo de Carvalho, ecoando nomes como Jünger Habermas ao apontar que a prática social da liberdade de expressão – uma vez que não se pode restringir o poder, e, portanto também a legitimidade, da palavra política de então apenas ao periodismo e aos papéis impressos, quando o domínio dessa tecnologia não era de todos acessível e a dinâmica transbordava pelas margens das páginas de pasquins e gazetas, ecoando em alto e bom som durante as leituras coletivas, responsáveis por congregar diversos elementos, alfabetizados ou não, da sociedade em uma protoesfera pública, quando inserida na realidade carioca e brasileira daquela época “transformavam-se em instrumentos eficazes de promoção do debate e, mais ainda, da ampliação de seu alcance, graças à prática da leitura coletiva em voz alta. Surgia a possibilidade de intervenção do indivíduo comum na condução dos destinos coletivos”⁴⁷.

Esse fio (ou seja, esse esforço por compreender as contribuições da imprensa periódica à concepção de projetos identitários) é o que guia o andarilho pelo labirinto das fontes a ser percorrido, sendo suas pontas amarradas e alinhavadas pela narrativa que aqui se apresenta. Neste trajeto procuramos especificamente identificar as imagens e os sentidos da nação, catalisadas pela potência produtora da imprensa; caracterizando o diálogo intercontinental (das províncias brasileiras com o Rio de Janeiro) e transatlântico (desses centros com Lisboa e vice-versa) e problematizando a dinâmica entre imprensa e sociedade naquele contexto específico que conviveu com propostas de reunificação do Brasil a Portugal, do iminente processo de ruptura e da tentativa de instituição de “um território ao norte do Brasil composto pela província do Maranhão, do Grão-Pará e do Rio Negro” como remanescente do império colonial português⁴⁸.

Assim aqueles que ousarem aceitar o convite que o andarilho vos faz, encontrarão nos três principais capítulos – sub-repticiamente relacionados às três próprias dimensões do tempo – a contemplação de tais impressões através da tecitura narrativa que, como o próprio saber transcende os campos disciplinares. Afinal de contas, como poderia todo um oceano caber em

⁴⁶ SCHWARCZ, L. M. Op. Cit., p. 289.

⁴⁷ CARVALHO, J. M de; BASTOS, L; BASILE, M. (Org.). Op. Cit. Loc. Cit.

⁴⁸ ARAÚJO, J. S de. Os campos de batalha e seus lugares de memória In: FARIAS JÚNIOR, J. P. et al. (Org.). **História, Arqueologia e Educação Museal: patrimônio e memórias**. Teresina: EDUFPI, 2021, p. 647.

diques e represas criados para contê-lo de alguma forma, moldando paisagens e criando realidades distintas sim, mas nunca plenamente cabíveis de representar todo o poder das marés em sua cognoscibilidade?

E nesse sentido a nova tecnologia tipográfica disseminada no Brasil pela liberdade de imprensa vigente a partir de 1821 pareceu apresentar-se como um meio promissor de transmissão, mas antes disso – e até mais importante para a presente pesquisa – de produção das ideias que fervilhavam então nas mentes e nos corações daqueles que imaginar-se-iam brasileiros nos anos vindouros e no constante intercâmbio e representações e significados que caracterizam o processo cultural de formação de identidades. Pois como expressam Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins em sua *História da Imprensa no Brasil*: “os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”⁴⁹. Essas, e outras, foram as ideias de Brasil levantadas e analisadas ao longo das próximas páginas, que configuram o percurso pelo labirinto das fontes impressas, do qual, esperamos, seja a narrativa o próprio fio de Ariadne produtor da saída deste processo de compreensão.

O advento da imprensa no Brasil, em 1808⁵⁰, e o decreto que estabeleceu a liberdade desta em 1821⁵¹, somados ao processo de desenvolvimento da referida tecnologia em contato com a dinâmica social local – que passa a praticar o debate e a divergência política sob a perspectiva brasileira – configuram marcos importantes para a compreensão da formação de nosso Estado nacional. Dá-se isso, uma vez que para autores como Benedict Anderson e Marshall McLuhan apenas para citar um nome da História e outro da Comunicação respectivamente – “é por meio do material impresso que a nação [moderna] se converte em uma comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada”⁵².

Assim, o presente trabalho apresentou a proposta de olhar para a relação entre a cultura impressa – especialmente representada pela imprensa emergente após a Revolução do Porto (1820) e a primeira lei sobre liberdade de imprensa promulgada pelas Cortes lisboetas em 12 de julho de 1821⁵³ – e as práticas discursivas, culturais e sócio-políticas responsáveis

⁴⁹ LUCA, T. R de.; MARTINS, A. L. Op. Cit., p. 8.

⁵⁰ MELO, J. M de. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973, p.85.

⁵¹ Entre as primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa, estava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberaram a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. Enterravam assim a censura prévia. LUCA, T. R de.; MARTINS, A. L. Op. Cit., p. 34.

⁵² ANDERSON, B. Op. Cit., p. 13.

⁵³ SOUZA, J. P. **Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974**. 2008, p. 10.

por imaginar embrionariamente os Brasis possíveis entre 1820 e 1823. Sabe-se, de antemão, que deste momento nasceria um Brasil separado de Portugal, mas umbilicalmente unido à placenta dinástica dos Bragança. E, apesar de alguns estudos já terem apontado para a relevância da cultura popular – e, sobretudo, visual, como no caso d’*As Barbas do Imperador*, de Lilia Moritz Schwarcz⁵⁴ – luso-afro-brasileira na legitimação do sistema monárquico, o impacto dos discursos produzidos pelo periodismo nascente parece ainda não ter recebido o enfoque proposto aqui, uma vez que ao trabalhar-se com esses registros, muitos profissionais se atêm à sua materialidade e receptibilidade explícita (quando não o tratam apenas como fonte secundária em suas pesquisas). Em suma, ainda que nas últimas décadas a imprensa tenha sido bastante utilizada como fonte por historiadores e outros pesquisadores, como registro de acontecimentos, ideias, ações retratadas por ela, seu potencial discursivo e heurístico permanece parcialmente inexplorado. Não necessariamente por se furtarem ao exercício que nos propomos, mas por não atentarem - salvo exceções como Isabel Lustosa, Marcelo Basille e outros - às questões que nos são pertinentes. *Encoberto*, de fato, como se a esfinge que guarda a entrada dessa antessala, abrisse portais, até então desconhecidos, àqueles que se apresentam diante dela com uma problemática que prima por uma causalidade mais profunda, tal como explicitada por Antoine Prost ao dizer que “as causas profundas são mais difíceis de perceber, mais gerais, globais e importantes; exercem maior influência sobre os acontecimentos e, algumas são mais ‘causas’ que as [causas] superficiais⁵⁵”.

Assim, adentramos nesse labirinto e com os fios de Ariadne percorremos a potência enunciativa da mídia impressa que assume caráter mais relevante, como uma das forças que propõe o discurso que produz imagens vivazes do Brasil e não apenas registra-o como meio neutro – em diálogo e como uma das forças instituintes do imaginário político luso-brasileiro – à representação das realidades imaginadas, (in)desejadas, “encobertas”. Analisar esse processo implica, nas palavras de Graça Caldas, “reconhecer o papel desta [a mídia] na construção da história do cotidiano”⁵⁶, uma empreitada que não parece de todo possível sem que se recorra à interdisciplinaridade, posto que

[...] o entrecruzamento de discurso, memória, identidade constitui-se, hoje, num topos de importância indiscutível para o debate relacionado às múltiplas questões que envolvem a linguagem [...]. É pelo e no discurso, como instância de articulação

⁵⁴ SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. Companhia das Letras, 1998.

⁵⁵ PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 154.

⁵⁶ CALDAS, G. Mídia e Memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano. In: BEZZON, L. C (Org.). **Comunicação, Política e Sociedade**. Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 138.

entre o nível linguístico e sua exterioridade, que se opera a construção/desconstrução de identidades que se constituem nos textos, na história, no político⁵⁷.

Nesse sentido, o recorte temporal desta pesquisa foi pensado inicialmente por sibilo sussurrante do ídolo – ou seria o demônio? – das origens, que, como indica Marc Bloch, tem sido “empregado tão ativamente para explicar o presente no desígnio do melhor justificar ou condenar. De modo que em muitos casos o demiurgo das origens foi apenas um avatar desse outro satânico inimigo da história profissional: a mania do julgamento”⁵⁸. Afinal, que atire a primeira pedra aquele que nunca tiver sido tentado por este fantasma das origens. No entanto, há que se dizer, que a jornada do andarilho tem tomado agora alguns anos e que, nesse ínterim, tempo cronológico e histórico se mesclam e sofrem influências recíprocas. Que dizer com isso? Que Cronos segue sempre à espreita, com sua foice, mas Jano (que, diz Agostinho de Hipona, *omnium initiorum potestatem habere*⁵⁹) está aguardando detrás da primeira porta e Kairós prepara-se para irromper no instante mais oportuno, ainda que se desconheça por completo sua presença no recinto. Assim, a ingênua crença da origem⁶⁰ da nação brasileira repousa em 1822, retumbou em 1922 e em 2022 promete ecoar novamente, ainda que timidamente, como exige o momento ensurdecedor. Nesse sentido, Cronos estremece pois vê condensar-se no instante presente mais do que uma dimensão, em movimento que remexe a linearidade progressista em redemoinho de documentos e fatos que revolvem o passado não referente apenas a décadas, mas a séculos.

Muito se tem historiado sobre a formação da(s) identidade(s) brasileira(s), quer seja na produção historiográfica⁶¹ diretamente engajada com o projeto civilizatório do Império brasileiro – e, portanto, representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além da História Geral do Brasil de Varnhagem – quer pela literatura romântica e indigenista⁶², ou pela imprensa. Nesse quesito, contudo, ainda não foram suficientes aqueles que se debruçaram sobre as condições que tornaram possível o Primeiro Reinado com o intuito próprio de esmiuçar a potência dos jornais à época, catalisada pela liberdade de imprensa,

⁵⁷ INDURSKY, F.; CAMPOS, M. C. apud. CALDAS, G. In: BEZZON, L. C. Op. Cit., p.140.

⁵⁸ BLOCH, M. Op. Cit., p. 58.

⁵⁹ “Jano têm poder sobre todos os começos” (AGOSTINHO, S. **Cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1996, p. 612).

⁶⁰ Bloch, M. Op. Cit., p. 56.

⁶¹ De von Martius Varnhagen e os intelectuais do IHGB, passando por Joaquim Nabuco até Darcy Ribeiro apenas para citar de memória.

⁶² SILVEIRA E. **Tupi or not tupi**: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARTINS, E. T. **Iracema**: a alegoria da mãe genti(o)l. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

como veículos produtores de enunciados necessários à compreensão de nossa realidade circunstancial com relação à busca dos processos de enunciação da condição nacional. Isso em um Estado que o próprio Anderson vê como “interessante exceção”⁶³ no hemisfério ocidental daquele momento, dominado por repúblicas não dinásticas e mesmo em um momento histórico em que a velha ordem, caracteristicamente monárquica e religiosa, começava a perder força perante o ideário secular e republicano da Revolução, além dos nacionalismos emergentes e anti-imperialistas.

Empreender uma análise compreensiva sobre este momento, assim como dos estilos e ferramentas que distinguem cada um dos principais Brasis imaginados então não é tarefa fácil, sobretudo quando determinadas imagens se vinculam a tópicos e estabelecem temporalidades inicialmente incomensuráveis ao se pensar em um recorte de dez, quiçá vinte anos. Quer seja em direção ao um passado mais longínquo e místico emulado, quer em direção a um futuro mais urgente e incerto. Pensar este momento que – antes da longa concepção teórico-temporal que o precedeu ao longo de séculos – figura mais como dificultoso trabalho de parto que desta *terra brasilis* fez nascer a figura de um gigante híbrido e atormentado – como os hecatônquiros “de cujas espáduas projetavam-se cem braços impetuosos”⁶⁴ –, foi pensar o momento atual – que faz padecer este Briaréu⁶⁵ tropical com profundas e dramáticas convulsões na/da ordem política e social vigente –, não com o ímpeto instintivo da reação e do julgamento superficial, mas de uma genuína tentativa de compreensão acerca dessa dinâmica temporal, política, cultural e discursiva.

Pois como acentua Gladys Regina, “a ‘identidade’ surgiria, então, como fruto dos embates sociais”⁶⁶, mas não apenas deles. Sobretudo pelo fato de que, se autores como Anderson e Ernest Renan, estiverem certos, a construção, a concepção, a imaginação nacional se dá por um processo histórico ainda mais complexo, de *rememorações e esquecimentos* conscientes e inconscientes⁶⁷. Mas que rememorações seriam essas? Que esquecimentos? Ou dito de outro modo: Quais imagens-lembrança e imagens do esquecimento foram evocadas, gestadas e/ou veiculadas pela imprensa nesse período? Enfim, seleções, evocações,

⁶³ ANDERSON, B. *ibidem*, p. 83.

⁶⁴ HESÍODO. **Teogonia**; O Trabalho e os Dias. São Paulo: Martin Claret. 2014, p. 32.

⁶⁵ Um dos três hecatônquiros que, na obra de Hesíodo, teriam nascido de Gaia (a Terra) e Urano (o Céu estrelado), sendo, portanto, irmãos diretos dos titãs Cronos (o Tempo) e Mnemosine (a Memória), mãe de todas as nove musas, incluindo Clio (a História). *Op. Cit.*, p. 30.

⁶⁶ RIBEIRO, G. S. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas [s.n], 1997, p. 64.

⁶⁷ ANDERSON, B. *Op. Cit.*, p. 32.

atualizações históricas – somadas nesse trabalho aos recursos retóricos e tecnológicos da imprensa – capazes de fundamentar determinadas construções políticas, sociais e culturais.

2.1. A Imprensa é a Língua da Nação

Além de Gladys Ribeiro, Benedict Anderson e Ernst Renan que se fazer também referência a uma plêiade de outros pesquisadores que iluminam a abóbada deste templo nacional, dando ao andarilho melhor guia e referencial. É improvável não citar a abrangente e – à época – inovadora *História da Imprensa no Brasil*⁶⁸, de Nelson Werneck Sodré, tal como o homônimo de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. E quanto a esta última autora e quer seja com o minúsculo *O Nascimento da Imprensa Brasileira*⁶⁹, com o impetuoso *Insultos Impressos*⁷⁰, ou ainda com *O Jornalista que imaginou o Brasil*⁷¹, – título instigante para o presente estudo – Isabel Lustosa possui vasta experiência no trato dado aos periódicos que pegaram para si a tarefa de estimular a germinação de uma esfera pública no Brasil da primeira metade do oitocentos. Para não falar da rica coletânea *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, organizada por Marco Morel, em parceria com Lúcia Maria Bastos, Tânia Maria Bessone, e com a presença profícua de artigos, que em muito tem enriquecido minha compreensão das fontes, como *Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo na província Cisplatina (1821-1822)*, estudo revelador de João Paulo Pimenta sobre a inauguração da imprensa e sua função legitimadora das pretensões luso-americanas ao território da Banda Oriental do Prata (para não mencionar as impressões da população lusófona na região com relação aos acontecimentos de Lisboa, Salvador, Rio de Janeiro, etc, mas cujas fontes infelizmente parecem inacessíveis nas condições em que se deram esta pesquisa, por não se encontrarem digitalizadas pela Biblioteca Nacional de Montevideo); *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)*, pesquisa de Wlamir Silva, valendo-se de autores como René Remond e Pierre Bourdieu, para discorrer sobre as armas conceituais e estilísticas nos liberais mineiros “na luta simbólica pela produção do senso comum, buscando naturalizar o ideário liberal”⁷².

⁶⁸ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁶⁹ LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

⁷⁰ LUSTOSA I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁷¹ LUSTOSA, I. **O jornalista que imaginou o Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2019.

⁷² NEVES, L. M. B. P. N.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B da C. (Org.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas e práticas de poder**. 2006, p. 41.

Outros artigos relevantes para a pesquisa foram *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*, de Marcelo Basile e importante pesquisa para uma das hipóteses levantadas a respeito da primazia periódica quanto ao discurso nacionalista brasileiro (cujos registros historiográficos e literários remontam, respectivamente, à fundação do IHGB, em 1838 e a criação da revista *Nitheroy*, em 1836, portanto, precedidos por títulos como *Aurora Fluminense*, *Nova Luz Brasileira* e o *Caramuru*, apesar de suas divergências irreconciliáveis, “não punham em xeque a causa da nação, muito pelo contrário, e que a imprensa – no caso da Corte – antes contribuía para reforçar do que para minar os laços nacionais”⁷³; *Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense*, estudo estimulante de Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, relativo à “construção de afinidades na forma de ressignificar e manejar os conceitos políticos na imprensa”⁷⁴; *Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca do início dos anos 1830*, de Gladys Ribeiro, com quem também eu já havia travado contato bibliográfico através de sua tese de doutoramento intitulada *A liberdade em construção*, ambos estudos concernentes à construção nacional nesses primeiros decênios do Oitocentos, com o adendo de que em seu artigo o objeto principal é a imprensa e seu caráter instrutivo, tomando-se o verbo instruir aqui, como conceber sentidos, reforçando uma ordem política, seja ela a do pacto imperial ou qualquer outra, como atestamos pelo marcante pronunciamento do congressista lisboeta M. F. Thomaz, em 1821: “A imprensa é a língua da Nação e enquanto esta não for livre a Nação está muda”⁷⁵.

Além dela, vale também citar teses e dissertações que dialogaram com as páginas seguintes deste excerto, quer fosse pela abordagem teórico-metodológica, pelo uso das fontes, ou recorte temporal. Um balanço bibliográfico foi realizado ao começo da pesquisa para identificar trabalhos monográficos algo semelhantes e traçar qualquer horizonte de originalidade, que se apresenta no tocante à abordagem de algumas fontes perante à problemática referente aos imaginários sociodiscursivos na cultura política de então. Alguns títulos, catalogados no Banco Digital de Teses e Dissertações, ofereceram similaridades quanto a esse enfoque.

⁷³ Ibid, Op. Cit., p. 60.

⁷⁴ Ibid, Op. Cit., p. 96.

⁷⁵ Registrado na edição nº 131 do *Astro da Lusitânia*, publicado no dia 28 de abril de 1821.

Destacamos a seguir os títulos correspondentes às palavras-chave *Imprensa: Os periódicos da Independência e sua Geografia Política: estudo do surgimento do Brasil independente e sua inserção no contexto mundial*, de Edú Trota Levati (2015)⁷⁶. Trata-se de uma dissertação que analisa o papel de 35 jornais luso-brasileiros – dentre eles o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Conciliador do Maranhão*, o *Semanário Cívico* e mesmo *O Paraense* – na concepção do espaço geográfico brasileiro de um modo, até então, inédito e responsável por materializar um conceito político de nação entre os anos de 1808 e 1822. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, (1831-1845))*⁷⁷, de Álvaro Antônio Klafke (2011); outra tese responsável por averiguar a relevância da imprensa periódica, sobretudo àquela ligada ao projeto legalista do Império governado diretamente do Rio de Janeiro, nos rumos da Revolução Farroupilha. *Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil*⁷⁸: uma dissertação de Rafael Fanni (2015), responsável por defender a configuração de uma temporalização concernente aos discursos da imprensa em torno da dinâmica histórica que levou do absolutismo ao movimento revolucionário dos primórdios do século XIX. Além desses, há que se falar também de outras dissertações, como: *A imprensa do Rio de Janeiro e o conceito de República (1820-1822)*⁷⁹, um trabalho de Gustavo Garcia Toniato, voltado para a conceituação do termo “república” como encontrada nos *periódicos* da facção maçônica ligada a Joaquim Gonçalves Ledo e o padre Januário da Costa Barbosa redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* e *O Sylpho* além do comerciante João Soares Lisboa responsável pelo *Correio*. Christiane Pires Pereira apresenta *A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)*⁸⁰, onde parte do ponto de vista do comerciante português que transita entre Bahia, Rio e Portugal, imprimindo suas ideias de ambos os lados do Atlântico (em jornais como o

⁷⁶ LEVATI, E. T. **Os periódicos da independência e sua geografia política: estudo do surgimento do Brasil independente e sua inserção no contexto mundial**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2015.

⁷⁷ KLAFKE, Á. A. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, (1831-1845))**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

⁷⁸ FANNI, R. **Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

⁷⁹ TONIATO, G. G. **A imprensa do Rio de Janeiro e o conceito de República (1820-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2019.

⁸⁰ PEREIRA, C. P. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2013.

Semanário Cívico), de modo a traduzir os elementos que compunham a cultura política dos espaços onde Silva Maia atuou. Já em *O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do Oitocentos (1808-1837)*⁸¹, Laiz Perrut Marendino vai na contramão de uma historiografia que enxerga nos anos iniciais do *Diário* uma publicação sem grande impacto na vida cotidiana da sociedade circundante. A historiadora busca então demonstrar como o primeiro jornal diário do Brasil contribuiu para o delineamento de sociabilidades na Corte fluminense, além de difundir a ordem moderna por meio de notícias internacionais de ordem científica, literária, médica, etc. Além de seu comprometimento (mais explícito a partir do período regencial) com um projeto político específico, que Marendino relaciona aos caramurus, mas que, por ora, preferimos adjetivar apenas como governista.

Ainda versando sobre a imprensa do período abordado, *Os sentidos da nação e independência do Brasil sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)*⁸², de Giovanna Gertrudes Benedetto Flores, oferece contribuição singular para nossa reflexão, por trazer, entre suas fontes, jornais como o *Astro da Lusitânia*, interpretado à luz da análise de discurso francesa no Programa de Pós-doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade Fernando Pessoa, a fim de compreender, entre outras coisas, a representação do povo brasileiro em quatro jornais lusitanos e do processo de independência nesses além de analisar também o *Revérbero* e o *Macaco Brasileiro*, com o intuito de averiguar como essa imprensa tratou, política e discursivamente, os fenômenos supracitados. *Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação*⁸³ (2013) – dissertação de Nelson Ferreira Marques Júnior, responsável por perpassar a formação dos áulicos e dos veículos de imprensa que usavam para fabricar os ideais defendidos por D. Pedro I, notadamente sabidos como conflitantes⁸⁴, ora a gravitar o universo referencial do Antigo Regime lusitano, ora orbitando as “incendiárias” ideias constitucionais nos idos de 1824 a 1826. E, por fim, *Em busca da*

⁸¹ MARENDINO, L. P. **O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do Oitocentos (1808-1837)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2016.

⁸² FLORES, G. G. B. **Os sentidos da nação e a independência do Brasil sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)**. Relatório (Pós-Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2019.

⁸³ JUNIOR, N. F. M. **Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na corte fluminense (1824-1826)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

⁸⁴ Em biografia do primeiro imperador, assim é descrito D. Pedro I por Paulo Rezzutti: Apesar de certo esclarecimento e de suas noções de liberalismo, d. Pedro traria sempre consigo um conflito íntimo: além de ser português e brasileiro, era um liberal que gostava de mandar. Criado dentro do absolutismo, tinha consciência dos seus deveres, mas muito mais dos seus direitos (2015 p. 170).

*liberdade: Cipriano Barato e a construção da ideia de nação no Brasil (1823-1831)*⁸⁵, trabalho de Luiz Carlos Ferraz Manini, que, como o título aponta, trabalha com a ideia de nação no discurso jornalístico do período e que circulou no icônico *Sentinela da Liberdade à guarita de Pernambuco*. E através desta análise o autor chega à hipótese – que também defendemos – de que a concepção de nação (sua imagem se preferirem, ou sua identidade) no Brasil foi forjada gradualmente e que, neste processo, a imprensa desempenhou papel marcante.

Seguindo a esteira de Manini a segunda palavra-chave privilegiada em nossa busca pelas pesquisas anteriores foi precisamente: Nação e correlatas, como nacionalismo, ou identidade nacional no contexto que nos interessa. Os seguintes estudos chamaram-nos a atenção:

*A nação como possibilidade: imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista*⁸⁶, de Leandro Burgallo é uma dissertação que versa com a relevância dessa produção no ordenamento do Império brasileiro. Para isso, o autor elege dois sujeitos sociais protagonistas no cenário letrado fluminense: José Inácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo. Já em *Varnhagen: idealizador de um projeto de nação*⁸⁷, Liviston Gonçalves atém-se a um aspecto preponderante para a temática abordada, discutindo os lugares que Francisco Adolfo Varnhagen atribuiu à literatura e à história no seu projeto de nação para o Estado imperial. Além disso, Gonçalves busca investigar em que medida o visconde de Porto Seguro dialogou, em *Florilégio da poesia brasileira*, com os princípios que norteavam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos intelectuais membros, o autor reconhece como partícipes importantes para o programa identitário em questão.

Varnhagen e o IHGB são, de fato, fundamentais quando se busca compreender o processo de consolidação de um projeto civilizatório. Isso fica mais claro quando notamos a presença do historiador e diplomata brasileiro e outros ensaios, como a tese de Marcelo Barbosa da Silva, intitulada *Como inventar uma nação: o ensaio de interpretação do Brasil*

⁸⁵ MANINI, L. C. F. **Em busca da liberdade:** Cipriano Barata e a construção da ideia de nação no Brasil (1823-1831). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2016.

⁸⁶ PAIM, L. B. **A nação como possibilidade:** Imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

⁸⁷ GONÇALVES, L. F. **Varnhagen:** idealizador de um projeto de nação. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha⁸⁸. Buscando contextualizar a jornada desse ensaio interpretativo do Brasil desde a *Carta do descobrimento*, de Pero Vaz Caminha até *Os Sertões* de Euclides da Cunha – passando também por relatos de viagens no período colonial e pelo esforço na criação de uma língua literária correspondente ao estatuto político da independência, até a *História Geral do Brasil* e *O Abolicionismo* – Barbosa da Silva enfatiza os aspectos da construção do motivo nacional, a aquisição de uma linguagem de corte subjetivo e o relacionamento entre ciência e literatura. E ainda na órbita do autor de *História Geral do Brasil*, Marcela Machado Marinho escreve uma dissertação com o intuito de demonstrar e problematizar esse mesmo discurso nacionalista de Varnhagen, contudo, focada em seus escritos sobre as invasões holandesas ao Brasil colônia. Desse modo, a historiadora insere sua inquirição àquelas que tocam à história de uma historiografia brasileira mais tradicional e do compromisso dessa com o projeto do Estado imperial durante o Segundo Reinado em uma obra intitulada *Francisco Adolfo Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidades e sujeitos históricos e suas ressonâncias no ensino de história*⁸⁹.

E considerando que o projeto de Varnhagen não deixava de apontar a literatura como mecanismo para construção desse imaginário, catalogamos *Tupi or not tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*⁹⁰, tese de Éder Silveira apoiada na averiguação desse exercício de imaginação nacional na obra literária de Alencar e Andrade sob o prisma teórico-metodológico da História das ideias.

Ana Cristina Magalhães Jardim propõe em *O mito de Marília de Dirceu (1792-1889): aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da nação*⁹¹ analisar o modo como personagens da Inconfidência Mineira (com enfoque na imagem da Maria Doroteia Joaquina de Seixas) foram construídas de acordo com os moldes de heróis romanescos do século XIX e com o objetivo de contribuir para a formação da nação

⁸⁸ SILVA, M. B. da. **Como inventar uma nação:** o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagen, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. 2011.

⁸⁹ MARINHO, M. I. B. **Francisco Adolfo de Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil:** fato, temporalidades e sujeitos históricos e as suas ressonâncias no ensino de história. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. 2014.

⁹⁰ SILVEIRA E. **Tupi or not tupi:** nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

⁹¹ JARDIM, A. C. M. **O mito de Marília de Dirceu (1792-1889):** aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da nação brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

brasileira, novamente, no círculo de catedráticos do IHGB. Como pudemos ver até aqui a literatura será – veremos em breve – uma das principais fontes dos trabalhos em que identificamos a temática do imaginário mais presente, ainda que não de maneira explícita.

Voltando ao tema nacional propriamente dito, Elis Pacífico Silva nos presenteia com uma interessante dissertação, onde procura esmiuçar as descrições (de paisagens, costumes, etc) de viajantes estrangeiros (sobretudo ingleses e franceses) feita após a abertura dos portos, como possível instrumento de formação de uma futura identidade nacional em *A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822)*⁹².

De fato, não pesquisamos diretamente por imaginário ou imaginários, mesmo tendo em vista essa palavra-chave. Não obstante, ao procurar por nação, inúmeros trabalhos saltaram-nos aos olhos e, destes, selecionamos uma amostra daqueles que melhor dialogassem com nossa proposta de pesquisa. Nesse sentido gostaríamos de operar uma subdivisão entre os trabalhos que atentam ao imaginário edênico e aos que trabalham com imagens e cores sociorraciais.

Em *A geografia e a paisagem tropical nas pinturas de Johann Rugendas*⁹³, Vonei Ricardo Ceni nos fissa por integrar-se aquela miríade de trabalhos que tocam no conceito de imaginário quase inconscientemente, deixando implícitas tanto a constituição desse imaginário em seu *corpus* e da dinâmica entre este e a realidade em que se insere e abarca. Já na tese *Sublime tropical: transcendência, natureza e nação na formação do romantismo brasileiro*⁹⁴, Marcos Machado Nunes utiliza o conceito de sublime como trabalhado desde Longino e outros retóricos do período helenístico até o século XVIII interpretando suas fontes para postular a inserção dessa categoria – e como ela se dá – na literatura romanesca brasileira e sua relação com os projetos identitários propostos então. Esse imaginário edênico guarda relações com um imaginário “fecundo e feminino”⁹⁵ que nos leva a lançar os olhos sobre *Iracema: a alegoria da mãe genti(o)l*⁹⁶, dissertação onde Eugênia Tavares Martins

⁹² SILVA E. P. **A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

⁹³ CENE, V. R. **Geografia e paisagem tropical nas pinturas de Johann Rugendas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

⁹⁴ NUNES, M. M. **O sublime tropical: transcendência, natureza e nação na formação do romantismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁹⁵ ARAÚJO, A. F; CHAVES, I. M. **Entre luzes e sombras: em busca dos mitologemas da alma brasileira na perspectiva de Gilbert Durand**. In: BOECHAT, W. (org.). *A Alma Brasileira: luzes e sombras*. 2014, p. 48.

⁹⁶ MARTINS, E. T. **Iracema: a alegoria da mãe genti(o)l**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

explora o romance alencariano com pretensões de mito fundacional da civilização brasileira. Contudo, Tavares Martins vai além do pano de fundo selvagem, mergulhando na relação do romance com seu próprio tempo histórico e o projeto nacional audacioso de seu autor que quer traçar uma identidade tal como Iracema em seus conflitos ao longo da trama, rumo a um trágico fim de aculturação e esquecimento, de opressão e recalque por parte de uma estrutura colonizadora “fisiologicamente patriarcal”⁹⁷ e etnocêntrica.

Observando imagens de cunho mais social e racial, no entanto, nos chama atenção *Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina*⁹⁸, de Márcia Fagundes Barbosa, por inferir, em primeiro lugar, que o imaginário das classes letradas da Europa sobre o Novo Mundo tenha condicionado a forma como esse próprio mundo via a si mesmo. Através desse ponto, Márcia Fagundes postula em sua tese uma interpretação cultural do seu conjunto de fontes, a fim de repensar a imigração alemã no século XIX e sua relação com teorias científicas de branqueamento da raça no Brasil. Já em *Religião, racismo e Estado: a umbanda e a construção da nação brasileira nos séculos XIX e XX*⁹⁹, de Edgar Cavalli Júnior, o que mais nos prende em relação ao presente estudo é o argumento de como políticas eugenistas, o mito da democracia racial e, principalmente, o imaginário referente aos negros – desde o século XIX, senão antes, de um medo sempre presente de revoltas de escravos por parte das elites escravocratas – se relacionam com o surgimento e a consolidação da umbanda enquanto religião da resistência por assim dizer.

E, para finalizar, *A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido*¹⁰⁰; tese de Martin Adamec, que, valendo-se de *Raízes do Brasil, Casa-grande e senzala*, entre outros, postula averiguar o processo de constituição de nossa identidade nacional sob o prisma do conceito de ressentimento. Apresentando tal conceito de modo multidimensional o autor expõe as características desse ressentimento – que vão desde a centralização político-administrativa de um patriarcalismo de origens escravistas até o individualismo de uma liberdade e igualdade de direitos apenas em termos de *ethos* – que se

⁹⁷ ARAÚJO, A. F; CHAVES, I. M. Op. Cit. 2014, p. 57.

⁹⁸ BARBOSA, M. F. **Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

⁹⁹ JUNIOR, E. C. **Religião, racismo e Estado: a umbanda e a construção da nação brasileira nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

¹⁰⁰ ADAMEC, M. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

mostra melhor em suas potencialidades heurísticas e compreensivas no âmbito do movimento modernista.

Por ventura, esses são os precursores que já haviam adentrado o mesmo labirinto, deixando seus nós ao fio que guia o andarilho conforme este avança em seu caminho.

2.2. “Para que formando a opinião pública, os mesmos a respeitem e a sigam”¹⁰¹

Quanto à metodologia de trabalho adotada para a execução do presente projeto consistiu em alguns momentos distintos descritos a seguir: levantamento da bibliografia sobre o tema proposto, catalogação na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional de periódicos que compuseram o corpus de análise do projeto, leitura, transcrição e reflexão preliminar do material levantado até então, problematização e análise do *corpus* com base na bibliografia levantada, metodologia utilizada e contemplando os objetivos propostos. Para a análise dos jornais, o método utilizado foi o indutivo, uma vez que, com base em conhecimento preestabelecido “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”¹⁰². Trata-se, portanto, de uma pesquisa com finalidade aplicada, uma vez que “sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial”¹⁰³. Nesse caso, a realidade político-discursiva instituída pela imprensa que permeou a dinâmica social no contexto histórico pós Revolução do Porto e as lutas pela Independência política do Brasil.

Um levantamento sistemático feito na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil revelou ao todo 44 periódicos correspondentes ao recorte temporal 1820-1823, circulando entre Brasil, Portugal e Londres (que contava então com uma emergente comunidade luso-brasileira). Desse total, 19 periódicos foram originalmente publicados no Rio de Janeiro. Outros 6 em Portugal, 5 na Bahia, 3 em Londres, 2 no Pará, 2 em Pernambuco, 2 em Minas Gerais, 2 sem identificação geográfica (*O Macaco Brasileiro* e *O Censor Lusitano*), 1 no Ceará e 1 no Maranhão.

Para melhor efeito de visualização, organizamos todos esses dados no quadro abaixo.

¹⁰¹ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 080019. 23 ago. 1822.

¹⁰² GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 29.

¹⁰³ *Ibidem*, Op. Cit., p 44.

Tabela 1 – Lista de periódicos que circularam no Brasil entre 1820 e 1823.

Local	Título	Período de circulação	Páginas digitalizadas
Rio de Janeiro	A Malagueta	1821-1824	720
	Amigo do Rei e da Nação	1821	8
	Anais Fluminenses	1822	116
	A Verdade Constitucional	1822	4
	Compilador Constitucional	1822	73
	Conciliador do Reino Unido	1821	66
	Correio do Rio de Janeiro	1822-1823	1160
	Despertador Brasiliense	1821	6
	Diário do Rio de Janeiro	1821-1858	46.925
	Gazeta do Rio de Janeiro	1808-1822	7.740
	Jornal de Anúncios	1821	23
	O Bem da Ordem	1821	74
	O Constitucional	1822	32
	O Espelho	1821-1823	726
	O Papagaio	1822	48
	O Regulador Brasílico-Luso	1822	533
	O Volantim	1822	209
	Revérbero Constitucional Fluminense	1821-1822	625
	Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum	1821	39
Bahia	Diário Constitucional	1822	148
	Idade d'Ouro do Brasil	1811-1823	4107
	O Constitucional	1822	240
	O Descobridor de Verdades	1822	12
	Semanário Cívico	1821-1823	541
Portugal	Astro da Lusitânia	1820-1823	3033
	Gazeta Universal	1821	677
	Gênio Constitucional	1820	344
	Jornal de Coimbra	1812-1820	8808
	O Campeão Português em Lisboa	1822-1823	999
	Censor Provinciano	1822-1823	96
Londres	Correio Brasiliense	1808-1822	22.066
	Campeão Português	1819-1821	1.840
	O Português ou Mercúrio Político	1814-1821	6.838
Maranhão	Conciliador do Maranhão	1821-1823	1111
Grão-Pará	O Paraense	1822	259
Sem localização	O Censor Lusitano	1822-1823	983
	O Macaco Brasileiro	1822	40

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

No início da coleta de dados, o intuito foi selecionar ao menos um jornal de cada província. Contudo a ausência de títulos na maioria das capitânicas no período que vai de 1820 até 1823 impossibilitou a plena concretização desse requisito. Restando, portanto, o recorte temporal, tivemos-nos aos periódicos que circularam, ininterruptamente, entre os referidos anos, dos quais constam: o *Correio Brasiliense*, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Idade d'Ouro do Brasil* e o *Astro da Lusitânia*. No entanto, o *Correio Brasiliense* foi descartado por estar distante geograficamente e por seu extenso número de páginas, que tornaria dificultosa – senão inexecutável – a tarefa de analisá-lo satisfatoriamente num curto período de tempo. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, por sua vez era menos volumosa, mas seu caráter de veículo oficial

nos afastou, ao menos por momento. E a *Idade d'Ouro de Brasil* infelizmente encontra-se apenas com poucas edições preservadas, de modo que, do recorte temporal, ativemo-nos apenas ao *Astro da Lusitânia*.

Devido a seu conteúdo intrigante e atentando ainda para a questão da representatividade regional (o tanto quanto possível) destacamos *O Conciliador do Maranhão*, publicado entre 1821 e 1823, bem como *O Paraense*, de 1822. De fato, ainda que a Revolução do Porto tenha eclodido em agosto de 1820, as primeiras notícias do movimento a alcançarem estas margens do Atlântico chegariam apenas em meados de outubro, encontrando maior eco no Rio e na Bahia a partir de fevereiro de 1821, com o juramento à Constituição – ainda por ser feita em Lisboa – por parte de D. João e dos príncipes D. Pedro e D. Miguel. Assim, localizado em uma das muitas periferias geográficas que compunham o então Reino do Brasil, *O Conciliador* seguia a esteira dos acontecimentos conforme estes confluíam ao porto de São Luís, vindos tanto de Lisboa e do Rio de Janeiro, quanto de Salvador, Recife e outras localidades.

Figura 2 – Mapa indicativo da região de origem dos jornais escolhidos para análise.



Fonte (dos dados): Fundação Biblioteca Nacional sob projeção cartográfica do autor.

Essa relação indica também a importância da dinâmica transatlântica de ideias concernentes ao liberalismo vintista, bem como ao debate político em torno do estabelecimento da nova ordem constitucional no então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não é possível ainda falar em Império, tampouco em República, uma vez que mesmo os elementos mais “democráticos” dessa emergente imprensa não ousavam sequer defender a separação de fato. Por isso, incluir um representante do periodismo ibérico parece uma escolha acertada, destacando-se o já mencionado *Astro da Lusitânia*, quer por sua abrangência temporal, quer pelo diálogo estabelecido com agentes das elites do Brasil setentrional, pela facilidade de acesso às fontes. Tudo isso parece encaminhar a presente

pesquisa para o ponto em que Antoine Prost afirma dever ser uma pesquisa sistemática, no início da qual,

o autor deveria explicitar o protocolo adotado na busca de seus exemplos; deste modo, o procedimento seria mais rigoroso. Esse rigor seria ainda maior se fosse definido o método com precisão e houvesse recurso à análise de conteúdo ou a uma das formas de análise linguística¹⁰⁴.

Explicitando o protocolo seguido nas próximas páginas (e sem o qual o presente estudo teria se tornado inviável), após um tal levantamento optou-se também por uma análise de conteúdo que conseguisse indicar os melhores títulos para uma análise linguística dentre aqueles catalogados. Disponível entre as ferramentas de busca da própria hemeroteca encontra-se um campo para preenchimento de palavras-chave, onde foram procuradas as imagens mais caras à pesquisa.

A escolha de tais imagens é, como muito dessa pesquisa, fruto subjetivo, intuito mesmo, porém calcado nos levantamentos bibliográficos e leituras apresentadas. Alguns conceitos como “revolução” e substantivos como “negros” podem levantar indagações compreensivas que gostaríamos de ajudar a responder de antemão dizendo que, com relação à primeira, consideramo-la relevante por uma leitura prévia das próprias fontes, ainda que termos correlatos como “regeneração” e “restauração” também fossem usados para falar do movimento iniciado no Porto. Com relação à segunda, nós a escolhemos após compará-la também com sinônimos correntes à época para designar sujeitos de origens afro-brasileiras, sendo este o mais corrente em todos os jornais selecionados¹⁰⁵.

Outra imagem-palavra que, a princípio, todos aqueles que estudam o período consideram como importante, e que poderia à primeira vista se impor a uma dissertação defendida no bicentenário da efeméride, mas que acabou saindo de nosso olhar prioritário trata-se do próprio vocábulo “independência”. E o motivo para tal não poderia ser mais objetivo; pois não se trata de uma das palavras mais empregadas naquele momento, ainda que não a descartemos por completo (o que seria uma temeridade) uma vez que ela se apresenta como legítimo conceito histórico, instituído mais pela interpretação do que seu uso corrente nas fontes do período analisado.

¹⁰⁴ PROST, A. Op. Cit., p. 261.

¹⁰⁵ Uma curiosa exceção é o *Diário do Rio de Janeiro*, de quem falaremos em breve. Ao pesquisar por “negros” o periódico carioca apresenta um total de 97 ocorrências distribuídas por suas quase 47 mil páginas, ao passo que “pretos” aparece 1351 vezes, despertando-nos para a problematização concernente à coisificação desses sujeitos, como outro termo (a saber, escravos) dará melhor a entender nas páginas a seguir.

A seguir apresentamos as palavras-chave procuradas em cada um dos jornais selecionados. E para melhor nos asseverarmos da relevância de cada periódico por temas levantados uma relação do número de ocorrência desses termos dividido pelo número total de páginas do periódico foi também acrescentada, além de uma soma total de ocorrências de cada palavra em todos os títulos selecionados, para indicar quais eram os temas mais iluminados pelas fontes. Deixamos, no entanto, termos pouco frequentes – sobretudo aqueles referentes a sujeitos marginalizados dos projetos de nação gestados e conceitos relegados ao esquecimento – voluntário ou não – por parte dos donos do poder retórico, mas que atenta observar exatamente para tatear essas sombras.

Tabela 2 – Média total de ocorrências dos termos pesquisados nos jornais selecionados.

Ordem	Palavra-chave	Astro	Conciliador	Correio	Diário	Semanário	Paraense	Média
1	Governo	0,576	0,594	0,523	0,010	0,439	0,455	2,597
2	Brasil	0,220	0,442	0,656	0,283	0,455	0,084	2,145
3	Nação	0,486	0,367	0,330	0,476	0,153	0,138	1,950
4	Portugal	0,333	0,389	0,355	0,195	0,264	0,119	1,655
5	Povo	0,284	0,279	0,375	0,181	0,367	0,169	1,655
6	Cortes	0,493	0,479	0,272	0,009	0,256	0,138	1,647
7	Constituição	0,408	0,372	0,264	0,231	0,133	0,111	1,519
8	Liberdade	0,321	0,290	0,388	0,130	0,125	0,046	1,300
9	Congresso	0,443	0,289	0,209	0,0007	0,123	0,127	1,236
10	Verdade	0,311	0,245	0,342	0,004	0,188	0,104	1,194
11	Pátria	0,258	0,227	0,274	0,167	0,127	0,138	1,191
12	Poder	0,286	0,262	0,287	0,025	0,170	0,154	1,184
13	Guerra	0,280	0,214	0,184	0,020	0,186	0,154	1,038
14	Rio de Janeiro	0,144	0,176	0,392	0,057	0,195	0,027	0,991
15	Bahia	0,121	0,182	0,140	0,035	0,386	0,011	0,875
16	Escravos	0,039	0,101	0,069	0,492	0,051	0,051	0,803
17	Razão	0,250	0,142	0,238	0,013	0,068	0,069	0,780
18	Portugueses	0,141	0,157	0,128	0,160	0,094	0,054	0,734
19	Maranhão	0,046	0,576	0,022	0,005	0,011	0,042	0,702
20	Política	0,142	0,171	0,153	0,112	0,070	0,054	0,702
21	Imprensa	0,101	0,166	0,167	0,004	0,025	0,220	0,683
22	Despotismo	0,149	0,152	0,144	0,013	0,092	0,115	0,665
23	Passado	0,173	0,182	0,105	0,026	0,088	0,061	0,635
24	Irmãos	0,056	0,099	0,103	0,256	0,060	0,019	0,593
25	Assembleia	0,056	0,085	0,193	0,209	0,014	0,011	0,568
26	Sentimentos	0,107	0,185	0,146	0,011	0,048	0,054	0,561
27	Soldados	0,089	0,173	0,059	0,088	0,038	0,088	0,535
28	União	0,090	0,112	0,162	0,006	0,096	0,030	0,496
29	Inimigos	0,125	0,095	0,129	0,053	0,062	0,030	0,494
30	Monarquia	0,071	0,280	0,068	0,0005	0,031	0,034	0,484
31	Independência	0,061	0,105	0,161	0,078	0,048	0,003	0,456
32	Brasileiros	0,025	0,067	0,171	0,078	0,073	0,003	0,419
33	História	0,093	0,065	0,047	0,148	0,031	0,011	0,395
34	Império	0,053	0,063	0,200	0,014	0,040	0,019	0,389
35	Patriotismo	0,055	0,125	0,078	0,001	0,040	0,051	0,350
36	Juízes	0,100	0,098	0,043	0,080	0,011	0,011	0,343
37	Op. Pública	0,054	0,064	0,079	0,024	0,014	0,077	0,312
38	Revolução	0,059	0,035	0,032	0,055	0,059	0,007	0,247
39	Regeneração	0,095	0,075	0,031	0,0006	0,027	0,003	0,231
40	Rep. Nacional	0,054	0,037	0,020	0,083	0,005	0,023	0,222
41	Grão-Pará	0,050	0,060	0,036	0,004	0,029	0,038	0,217
42	Futuro	0,062	0,074	0,037	0,002	0,025	0,015	0,215
43	Anarquia	0,025	0,063	0,059	0,019	0,036	0,001	0,203
44	Soberania	0,040	0,075	0,031	0,0003	0,007	0	0,156
45	Desordem	0,026	0,041	0,031	0,00008	0,018	0,007	0,123
46	Escravidão	0,031	0,031	0,036	0,00008	0,018	0,007	0,123
47	Negros	0,009	0,018	0,017	0,023	0,027	0,0007	0,102
48	Separação	0,022	0,018	0,028	0,0003	0,014	0,015	0,100
49	República	0,021	0,024	0,026	0,0003	0,012	0,001	0,084
50	Índios	0,002	0,019	0,006	0,026	0,001	0,030	0,084

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Ainda com relação à tabela acima, estruturas semelhantes contendo as ocorrências separadamente por cada jornal podem ser encontradas no Anexo I. Já a relevância em termos estritamente quantitativos de cada palavra-chave ficará mais clara uma vez que tenhamos apresentado as mesmas na seguinte imagem. Igualmente, gostaríamos de atentar para o fato de que outros gráficos, dessa vez demonstrando o processo das palavras mais frequentes ao longo da vida de cada título, pode ser encontrada no Anexo II.

Figura 3: Termos-chave dispostos em formato de nuvem de palavras.

Impressões da nação (1820-1823)



Type something



Made with infogram

Fonte dos dados: Fundação Biblioteca Nacional.

Como se pode observar na representação gráfica das ocorrências, a palavra governo é a mais evidente nas páginas dos jornais analisados, seguida por Brasil e Nação. Resta-nos interrogar – como um grande compositor uma vez fez: que governo é esse de que tanto se fala? Que Brasil era aquele enunciado entre 1821-1823, pela imprensa? E mais! A pergunta deve estar no singular? Encontraremos um único Brasil nessas páginas? Qual/quais o(s) seu(s) sentido(s)? Como continente, reino integrante da dita Nação Portuguesa dos deputados lisboetas, ou Império centralizador? As mesmas perguntas implicam falar também do governo. Inquiri-lo sobre si mesmo no discurso que produz, mecanismo da própria relação de forças no interior da sociedade. E a nação? Quando falamos de nação é curioso notar como, por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro* é o veículo que mais evoca essa imagem de ordem sintética¹⁰⁶. O aspecto mais curioso e instigante desse fato, contudo, é que boa parte de suas referências a esse termo não são fruto de um exercício opinativo em prol dos debates então e voga no macrocosmo social luso-brasileiro, mas o uso, quiçá inconsciente, da palavra em alusão às nações étnicas de onde provinham as levas de africanos escravizados para a costa brasileira.

Outra interpretação inicial dos dados quantitativos que chama a atenção é precisamente o uso da palavra ‘escavidão’, pouco recorrente nos jornais (46º lugar). Seu uso está mais relacionado ao despotismo do Antigo Regime do que propriamente ao tráfico negreiro e à forma de trabalho institucionalizada que parecia corriqueira demais para figurar nas páginas dos jornais. Mesmo assim, podemos notar uma escassez de menções¹⁰⁷, principalmente quando comparada ao termo “escravos” relativo aos sujeitos na condição de escravizados, objetificados pelo comércio infame e, que, como objetos, figuram nas páginas de todos os jornais.

Voltando à discussão atinente à nação – não apenas do *Diário*, mas bastante ilustrativa por meio deste – acreditamos que as ocorrências de outras duas palavras sirvam para corroborar a hipótese que colocamos à prova durante a análise dos dados. Falamos de “governo” e “pátria”, dessa instituição que dirige, instrui e controla, em última instância,

¹⁰⁶ Em *Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand*, Danielle Rocha Pita, o regime sintético é aquele em que “o tempo se torna positivo”, pois “trata-se do movimento cíclico do destino e da tendência ascendente do progresso” (2017, p. 35) que, como veremos ao trabalhar o *Diário* encontra-se presente pelo vínculo do jornal ao projeto iluminista europeu. Cf. PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

¹⁰⁷ De fato, o *Diário* é o jornal que menos usa essa palavra, sendo, no entanto, o primeiro quando se trata do termo “escravos”.

quase todos os aspectos da vida humana e dessa imagem poderosíssima ao longo de séculos, de heroísmo e compromisso, às vezes, viscerais, sendo, portanto, mormente imaginá-las e imaginá-las muito bem. Concernente ao governo, naquele momento talvez em suspenso (daí o termo ‘provisório’ que lhe acompanha em tantos casos); de Lisboa até o retorno do rei, e do Rio sob a regência do príncipe-herdeiro, até a junta governativa que administrou a Bahia e o Maranhão, com seu capitão-general, Bernardo da Silveira Pinto, eleito por aclamação popular para seguir governando até que a Constituição estivesse promulgada e um governo efetivo pudesse tomar assento em São Luís. E a pátria, aquela que enfeita hinos, por quem os bravos soldados derramam seu sangue, colocando sua honra à prova, às vezes contra os desígnios do próprio governo – mantendo uma relação próxima com a guerra, este tema igualmente relevante e, incrivelmente, mais frequente nos jornais do que na própria realidade vivida durante o processo de independência – e que se constrói histórica e afetivamente falando, atrelada a um regime diurno, como explicitaremos nas próximas páginas, em detrimento da nação, que apostamos ser uma imagem de cunho sintético, ligada as diversas conceituações jurídico-filosóficas dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Outras imagens que irrompem dessa tentativa de quantificação e para as quais estaremos mais atentos referem-se a Portugal (a quarta palavra mais evocada) e a imprensa. Além, é claro de não nos escapar a independência (apenas a 31^a mais evocada) e o império (34^a), por suas profusas ocorrências, sobretudo no *Correio do Rio de Janeiro* e que nos levam também a postular o projeto vencedor como fruto de uma concepção majoritariamente centro-sulista imposta – ao menos em parte – às demais regiões, sobretudo ao extremo Norte, que permaneceria fiel à Coroa e às Cortes portuguesas até 1823, onde a batalha do Jenipapo pode ser vista não apenas como um conflito entre brasileiros que buscam sua independência e portugueses opressores, mas, talvez, entre sulistas coercitivos e nortistas resistentes¹⁰⁸ a um determinado projeto político que, *a posteriori*, sabemos ser vencedor na história vivida e na lembrada. Tal vitória transcende o próprio período enfocado, envolvendo diversos outros eventos, desde as revoltas no período das Regências até a Guerra de Canudos, já quase adentrando o século XX. Não obstante, excluimos – ao menos por ora – a Bahia deste cenário, por tratar-se do Brasil a imagem mais comum no *Semanário Cívico*. E, por fim, para responder à questão maior que nos norteia, é impossível furtar-se de inquirir essa imprensa sobre si mesma. O que seus protagonistas falam sobre ela? Assim, encontramos deliciosa

¹⁰⁸ Conciliador do Maranhão, n. 195, 24 mai. 1823.

surpresa ao notar, além de uma frequência maior do que imaginávamos, o fato de ser *O Paraense* campeão em menções, para não falar das profícuas colocações do *Astro* e do *Conciliador* sobre os lugares da imprensa na cultura política de então.

Tais procedimentos representam o principal critério para que se pudesse estabelecer uma seleção minimamente objetiva dentre todos os documentos levantados e dentre todas as questões urgentes tratadas pelos jornais nesse período. Minimamente posto que seria hipocrisia de nossa parte postular – pretendendo um cientificismo que não combina com nossa abordagem e tampouco com o nosso contexto temporal e acadêmico – que a análise de conteúdo (e apenas a análise de conteúdo) daria conta plenamente de indicar os títulos mais condizentes com nossas metas e desfiar parte de seu emaranhado conceitual. Nesse sentido, a extensa pesquisa bibliográfica foi também de grande valia e se o andarilho vos falar num tom deveras estoico a respeito de algum título ou redator, sua voz poderá ser confundida com a de outros autores em suas próprias críticas, ironias e idiosincrasias demasiado humanas. Subjetividades, enfim, que quando somadas às nossas, levando-nos, por exemplo, a preterir o supostamente tedioso (em termos estritamente políticos) *Idade d’Ouro do Brasil* pelo aguerrido *Semanário Cívico* – que chega a ser citado pelo *Astro da Lusitânia*¹⁰⁹ em uma das primeiras escaramuças discursivas entre brasileiros e portugueses, e que tanto marcaram aquele contexto histórico prenhe de futuro que estava longe de ser concebido pelos contemporâneos como o tempo da “pré-independência”, como não raro é referido.

Finda essa primeira etapa quantitativa (que corresponderia em parte ao que Tânia Regina de Luca, dialogando com Mazini, acaba por organizar como o primeiro ponto de sua “metodologia possível”: encontrar fontes e constituir uma longa e representativa série” a se pautar sobre o que podemos chamar atualmente de linha editorial), restavam ainda outros três passos, três longas respirações à procura de maior fôlego para vencer o primeiro obstáculo do labirinto: um poço por onde passa o novelo da princesa de Creta. Tais passos foram: localizar as publicações na história da imprensa”, ou seja, buscar o contexto histórico em que o discurso parcial e implícito, ou explícito a depender do caso, do autor e passível de resgate através de uma análise aprofundada e solidamente embasada; assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo”, reconhecendo que, ao menos em parte, as palavras-chave inventariadas encontram-se nas primeiras páginas dos jornais. Contudo, por se tratar de um

¹⁰⁹ *Astro da Lusitânia*, n. 125. 11 ago. 1821., citando trecho do *Semanário Cívico*, n. 14. 27 jun. 1821., que, por sua vez citava *O Português*, ou *Mercúrio Político, Comercial e Literário*, 1820, v. 11, n. 64, p. 332 criticando-o.

período ainda inaugural nas práticas jornalísticas – mesmo as da Europa – muito do que se poderia observar em uma análise de periódicos mais recentes não cabe aqui, quando muitos artigos importantes carecem mesmo de título em alguns casos e a organização do conteúdo não é sempre fixa. “Um passo importante para estudar a dedicação com que cada periódico se relaciona com os temas é caracterizar o grupo responsável pela publicação”, que de modo semelhante à análise da “linha editorial” busca conhecer os grupos por trás de cada publicação e seus interesses. Assim, e somente assim, seria possível enfim “analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida”, configurando uma ferramenta metodológica ampla o suficiente para aportar as contribuições dessa imprensa para a concepção dos projetos de nação então em voga, tendo em vista que os imaginários – alimentam, mas também – são construídos por grupos sociais que importa conhecer melhor a fim de nos aprofundarmos em seus repertórios culturais, referenciais e significantes.

Tabela 3 – Características gerais relativas ao *corpus* documental selecionado.

Jornal	Proprietários/redatores-chefes	Linha editorial identificável	Colaboradores identificáveis
Astro da Lusitânia	Joaquim Maria Alves Sinval	Opinativo: liberal constitucionalista	-
Conciliador do Maranhão	José Antônio Ferreira da Cruz Tezo Antônio Marques da Costa Soares	Opinativo: moderado constitucionalista	-
Correio do Rio de Janeiro	João Soares Lisboa	Opinativo: liberal nacionalista	Fernando Joaquim de Mattos
Diário do Rio de Janeiro	Zefferino Vito de Meirelles Antônio Maria Jourdan	Informativo: conservador governista	João Soares Lisboa Miguel de Sousa Mello e Alvim
Semanário Cívico	Joaquim José da Silva Maia	Opinativo: liberal nacionalista	-
O Paraense	Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente Daniel Garção de Melo Luís José Lazier João Antônio Alvarez João Batista Gonçalves Campos	Opinativo: liberal constitucionalista	-

Fonte (dos dados): Biblioteca Nacional e levantamento bibliográfico.

2.2.1. – Se o Astro da Lusitânia tem sabido retificar e dirigir a opinião pública?¹¹⁰

Apesar de ser citado em diversas obras sobre a história da imprensa luso-brasileira, onde é creditado como “um dos mais importantes periódicos editados em Lisboa, logo após as movimentações militares no Porto”¹¹¹ e “defensor da liberdade de imprensa e do regime liberal”¹¹², as informações que temos do redator do *Astro da Lusitânia*, Joaquim Maria Alves Sinval são relativamente esparsas. Com relação a isso, inclusive, nos assusta que vários trabalhos dedicados à história do periodismo vintista pesquisados se abstenham, às mais das vezes, de investigar um pouco mais a fundo os sujeitos que, em última instância, são aqueles responsáveis pelas construções discursivas que analisamos, dada a importância de se esclarecer através da biografia e da história o criador e suas relações de sentido com o mundo à sua volta.

¹¹⁰ Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a opinião pública dirigida pelo *Astro da Lusitânia*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821, p. 4.

¹¹¹ DIAS, E. J. C. O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820 In: **Livros ICNOVA**. [s.i]. 2021, p. 69.

¹¹² FLORES, G. G. B. 2019 p. 38.

Natural de Viseu¹¹³, no norte de Portugal, Joaquim Maria Alves Sinval teria nascido em 1790. Podemos destacar também sua formação jurídica na Universidade de Coimbra, tendo concluído o curso em 1813¹¹⁴ e nos deixando apenas fabular a respeito de sua vida nos anos sangrentos da invasão francesa, quando intelectuais de Coimbra – e o grosso da população – segundo Vasco Pulido Valente¹¹⁵, resistiram arduamente perante os exércitos de Napoleão. E ainda que não se encontrasse na universidade então, possivelmente o contexto conturbado no qual esteve Portugal desde a fuga da família real, serviram-lhe de fundamento não apenas para ação política e social, mas até pessoal, pois sendo natural de Viseu, Sinval teria visto de perto a decadência, a humilhação e sublevação guerrilheira que Valente elege como “a heroica, a gloriosa, a inesquecível revolução que libertou Portugal da garra do tirano francês”¹¹⁶, atribuída pelo mesmo historiador quase completamente ao povo, à plebe.

Jorge Peixoto dá conta de que poucos meses após começar sua empreitada no ofício de redator, Sinval teria participado da criação de um projeto de Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e Encadernar; iniciativa que visava:

Traduzir para português as obras estrangeiras de maior valor, imprimir os nossos clássicos, cujas edições são raras ou deficientes, etc. A Sociedade compromete-se a publicar volumes de 300 a 400 páginas, em papel de fábricas portuguesas, de boa qualidade, ao preço de 960 réis por volume¹¹⁷.

Visando difundir o progresso das ciências e artes liberais tanto pela Sociedade quanto através de seus escritos no *Astro*, Joaquim Maria Alves Sinval não deixaria de se envolver em polêmicas acaloradas devido ao teor de seu jornal e o debate que gerava entre outros redatores e na sociedade de então. Sem poupar críticas ao Antigo Regime e aos membros do governo, Sinval “obteve então grande popularidade com a sua atitude liberal”¹¹⁸, antes que o golpe de Vilafrancada reintroduzisse a censura prévia em Portugal, extinguindo o *Astro* e a estada de seu dono em Lisboa. Voltando para Viseu, Peixoto nos informa que Sinval teria advogado e exercido “larga atividade política”¹¹⁹ até falecer prematuramente em 1827.

¹¹³ É flagrante que a maior quantidade de informações a respeito do proprietário do *Astro* seja encontrada em artigo do historiador e biblioteconomista Jorge Peixoto sobre a história do livro em Portugal. Cf. PEIXOTO, J. *Para a história do livro em Portugal*. In: *Revista Portuguesa de História*. v. 11. n. 1. 1964.

¹¹⁴ PINHEIRO, S. M. D. Religião, sociedade e vintismo no jornal *Astro da Lusitânia*. In: **Lusitânia Sacra**. 2004, p. 348.

¹¹⁵ VALENTE, V. P. O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809. In: **Análise Social**, vol. XV, n. 57, 1979, p. 11.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 7.

¹¹⁷ PEIXOTO, J. *Ibid.*, p. 237.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 240.

¹¹⁹ *Ibid.* Op. Cit. Loc. Cit.

O *Astro da Lusitânia* nasceu em 30 de outubro de 1820,. Fruto da inquietação por parte de seu redator, ao

[...] notar-se que havendo hoje em Portugal tantos homens de Letras ocupados em escrever Jornais e Periódicos, ainda nenhum deles se lembrasse de patentear aos olhos do povo Português, quais eram esses vícios, esses abusos, essas instituições monstruosas que, nascidas nos séculos da mais caliginosa ignorância, se tem conservado até os nossos dias, à despeito do bom senso e da Filosofia. Ainda nenhum entre nós se lembrou de apontar os remédios indicados pela nova Ordem das coisas que somos entrados¹²⁰.

Pode-se dividir o *Astro* em três séries, tendo em vista que o número das edições zera em três momentos distintos. A primeira série comporta 357 edições, de outubro de 1820 a 5 de fevereiro de 1822, começando a série 2 no dia seguinte e durando até 31 de dezembro do mesmo ano. Ao todo, essa série conta com 262 números, enquanto a terceira conta com 80 números publicados de 2 de janeiro de 1823 até 15 de abril de 1823, quando Sinval chega a anunciar o fim de sua empreitada jornalística sem, no entanto, dar pistas do motivo que, podemos apenas conjecturar como sendo uma confluência tanto do processo que sofria o redator quanto dos acontecimentos políticos que levariam ao golpe de Vilafrancada e ao fim da liberdade de imprensa, entre maio e junho daquele ano. Tudo o que Joaquim Maria Alves Sinval nos lega são essas palavras, dirigidas a seus assinantes: “Esta é a última folha do *Astro*. Os Srs. Assinantes que tiverem verificado as assinaturas em casa do Redator ou dos Livreiros para isso autorizados, poderão mandar receber o seu importe com o abatimento de 11 números que se tem publica; que é 480 réis”¹²¹.

Essas edições variavam em seu número de páginas entre quatro e oito, sendo publicadas três vezes por semana nos primeiros quinze números e diariamente após isso, com exceção dos dias de culto religioso. No começo eram impressas na oficina de J. F. M. de Campos, passando, posteriormente, à Tipografia Rollandiana, em Lisboa, contudo o formato em folha A4 foi mantido, mudando a ilustração solar que dava nome ao periódico em três momentos distintos. Essas edições podiam ser encontradas para venda avulsa nas lojas “de João Henriques, na rua Augusta nº 1; de Carvalho ao Chiado, defronte da rua de São Francisco da Cidade; na de Antônio Manuel Policarpo, debaixo da Arcada do Senado e nade Antônio Pedro Lopes, rua do Ouro, junto à Loja da Gazeta”¹²². Seu valor avulso era 60 réis e a assinatura trimensal, 1\$920 réis, podendo ser feita apenas na loja de João Henriques. A

¹²⁰ *Astro da Lusitânia*, n. 1. 30 out. 1820.

¹²¹ *Astro da Lusitânia*, n. 80. 15 abr. 1823.

¹²² *Astro da Lusitânia*, n. 2. 1 nov. 1820.

colaboração era aberta ao público, tendo Sinval solicitado aos interessados que se dirigissem à sua residência, na rua Bica de Duarte Belo, nº 55, para subscrever seus escritos.

2.2.2. Um libelo ao Conciliador... E por quê?¹²³

Segundo Roseane Pinheiro, pesou sobre o *Conciliador do Maranhão* a “reputação de jornal oficial”¹²⁴. Isso poderia ter influenciado sobre a ausência de trabalhos de pesquisa mais fecundos concernente a esse periódico, uma vez que nos é possível encontrar, mesmo nas primeiras edições, vários trechos elogiosos e laudatórios não apenas a D. João VI, mas também ao governador-geral da província – e mecenas do projeto – Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, como vemos na poesia de Antônio Marques da Costa Soares, extraída da segunda edição do *Conciliador*:

[...] Graças mil a João, que há de breve,
Aos votos Nacionais unindo os votos,
Ser a bem do Seu Povo, um Pai da Pátria,
O Soberano maior do Mundo inteiro!

Maranhenses, louvai este áureo Dia,
Em que vem rutilar na vossa Esfera
A sã Constituição, que vos promete
Os ridentes anais da Idade de Ouro:

E gratos exaltai Silveira exímio!
A cuja sombra venturosos sempre,
Alcançareis a meta esclarecida,
Por qual a Lusa Nação ansiosa anela¹²⁵.

Parece-nos, contudo, no mínimo curioso observar que um veículo oficial tivesse tamanha ânsia doutrinária a ponto de começar a circular de forma impressa e permanecer assim por 35 edições! De fato, as oito primeiras edições disponíveis em formato impresso que podemos encontrar em acervos como os da Biblioteca Nacional ou da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, foram impressos posteriormente, de modo que as edições 9 a 34 encontram-se perdidas, bem como as últimas edições, que teriam circulado entre 16 de julho – a última que consta nos acervos supracitados – e 23 de julho de 1823. Tratava-se, portanto, de uma iniciativa que – apesar da proteção do governo provincial e da Coroa Portuguesa – visava, além de fornecer aos historiadores “documentos mais verídicos” dos “acontecimentos políticos das nações”, “servirem de mediadores entre os Governos e os Povos”¹²⁶, mas, é

¹²³ *Conciliador do Maranhão*, n. 51. 5 jan. 1822.

¹²⁴ PINHEIRO, R. A. 2016, p. 26.

¹²⁵ *Conciliador do Maranhão*, n. 2. 19 abr. 1821.

¹²⁶ *Conciliador do Maranhão*, n. 1. 15 abr. 1821.

claro, a tecnologia tipográfica auxiliava sobremaneira na produção seriada e uma maior/melhor disseminação desses discursos, dessa mediação, que se pretendia imparcial, verdadeira e franca – o próprio veículo elege esses como seus “timbres, e o amor do bem público e da boa Ordem, os nossos únicos incentivos”¹²⁷. Assim, a partir de outubro de 1821, o jornal redigido por José Antônio da Cruz Ferreira Tezo (conhecido então como padre Tezinho) e dirigido pelo Oficial-maior da Secretaria do Governo daquela província, Antônio Marques da Costa Soares, seria impresso na Tipografia Nacional Maranhense em formato de tabloide, ao valor de 200 réis a cópia avulsa.

Apesar de desconhecermos o valor da assinatura, sabe-se que o *Conciliador* contou com 443 assinaturas registradas, sendo a maioria da cidade de São Luís (174), seguida de Itapecuru (78), Caxias (58), Alcântara (24) e 52 em outras localidades, além de outras províncias como Piauí, Grão-Pará e Ceará (contando 31 assinaturas nas três regiões administrativas), para não falar de outros países, como Portugal e Inglaterra, contando com 2 assinantes. Desses números, Roseane Pinheiro extrai uma maioria de militares (77%), seguidos de clérigos (8%), advogados (7%), comerciantes (4%), médicos (1%) e até mesmo cônsules (0,6%)¹²⁸.

Não foram encontradas informações relativas ao passado pessoal dos dois principais responsáveis pela condução do jornal *Conciliador do Maranhão*; a saber, o padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezo (conhecido então como padre Tezinho) e Antônio Marques da Costa Soares. O que se sabe de antemão é que, como muitos padres brasileiros àquela época, José Antônio acumulava diversas profissões além da eclesiástica, sendo comerciante, dono de uma botica em sociedade com Daniel Joaquim Ribeiro – onde vendia as edições avulsas e assinaturas do jornal – e, mais tarde, deputado eleito para a segunda legislatura das Cortes de Lisboa, então pelo distrito maranhense de Caxias, onde, segundo Galves, gozava de grande influência devido à publicação que encabeçava¹²⁹. Contudo, sua atuação política e jornalística contrária à independência rendeu-lhe alguns processos por crime de imprensa ainda em São Luís e, por fim, quando de sua estada em Lisboa, o confisco de seus bens por despacho da

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

¹²⁸ PINHEIRO, R. A. Op. Cit., p. 161.

¹²⁹ Sua eleição pode ser vista a partir da importância que o jornal ganhara na vida política provincial, especialmente se considerarmos o fato de Tezinho ter sido eleito pelo distrito de Caxias, região distante da capital São Luís, onde residia, mas que contava com um significativo número de leitores do jornal: dos 443 assinantes localizados, mais de 30% identificaram-se como moradores da região de Caxias (GALVES, 2011, p. 190). Cf. GALVES, M. C. Os impressos e as formas de lembrar: memórias produzidas sobre o jornal *Conciliador*, Maranhão, 1821-1823. In: *Recôncavo – Revista de história da UNIABEU*. Ano 1. N. 1. Dez. 2011.

Junta Governativa daquela província a mando da administração de D. Pedro I em 1824, como se lê a seguir:

Determinando Sua Majestade Imperial pela Provisão de 2 de janeiro de 1823, expedida pelo Tesouro Público à Junta da Fazenda desta Província; entre outras providências, que se sequestrassem os bens dos Deputados desta Província nas Cortes de Lisboa, se no prazo de seis meses, contados da data da mesma Provisão, não comparecessem nas suas respectivas Províncias; por se achar nestas circunstâncias, o ex -Deputado o Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezinho, mandou esta Junta do Governo proceder a sequestro em os seus bens, o qual com efeito se verificou, como consta da Certidão junta.

Este Padre ex -Deputado ainda se acha existindo em Lisboa, e se julga não se ter recolhido a esta Cidade talvez com algum temor, *por ter sido um dos mais violentos inimigos da Causa da Independência do Brasil*, e até mesmo da Sagrada Pessoa de Sua Majestade Imperial, como ele próprio sem reboço algum o publicava em a Gazeta intitulada o *Conciliador*, de que ele era o Redator nesta Cidade; e *além de infamar na mesma e injuriar atrocemente a muitos dos Cidadãos, que presumia amantes da Independência*; provocando assim, a desordem e ódio, entre as famílias dilaceradas em o melindroso ponto de honra, pela sua Satírica mordacidade [grifos nossos]¹³⁰.

Àquela altura o *Conciliador* já havia parado de circular e, entre seus bens constavam algumas casas na rua do Sol, em São Luís; a referida botica; além de seis escravos e quatrocentos livros, entre outras coisas. Já Antônio Marques da Costa Soares era homem de confiança do governador da província, o general Bernardo Silveira Pinto da Fonseca. Diretor da Tipografia Nacional Maranhense, responsável pelas peças – panegíricas ao governo de Fonseca e de D. João – encenadas no Teatro União e, a partir de 1821, Oficial-maior da Secretária do Governo daquela província, Costa Soares também se envolveria em processos por crime de imprensa, antes de anunciar sua saída do jornal em agosto de 1822¹³¹, antes de voltar para tocar a empresa na ausência do padre Tezinho. Em 12 de julho de 1823, apenas quatro dias antes de publicar a última edição do *Conciliador*, e ainda na condição de Oficial-maior, Costa Soares assinou a ata de uma assembleia reunida “com o fim de se providenciar imediatamente o que cumprir à salvação pública” daquela província diante das ameaças de “cidadãos armados uns contra os outros [...], apoiado o partido da Independência por uma força de milhares de homens armados das províncias do Piauí e Ceará [...] e finalmente ameaçada a província de uma geral insurreição da escravatura”; resultado daquela agremiação “que se jurasse nesta Cidade e Província a Independência Política do Brasil, com obediência ao Imperador, o Senhor Dom Pedro I¹³²”. À altura de setembro de 1823, São Luís encontrava-

¹³⁰ As Juntas Governativas e a Independência. V. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 150.

¹³¹ PINHEIRO, R. A. 2016, p. 104.

¹³² As Juntas Governativas e a Independência. 1973, p. 184-185.

se em “explosão geral”¹³³ e Antônio Marques Costa Soares encontrava-se foragido, bem como outros portugueses que deviam ser expulsos da província, no caso de aparecerem, como atesta ofício da Junta Governativa fiel ao Rio de Janeiro.

2.2.3. Hoje não há Correio, o de amanhã está na forma. Mande ao seu amigo Lisboa¹³⁴.

Isabel Lustosa nos dá informação de que João Soares Lisboa teria sido o “jornalista de estilo e origem mais popular desse período”¹³⁵ na Corte brasileira. Português de nascimento, desconhece-se a sua data de nascimento, assim como o ano exato em que teria passado a viver no Brasil. Sabe-se, contudo, que era negociante. Citando Lúcia Bastos Neves, Isabel Lustosa afirma que, em 1818, Soares Lisboa conseguiu “matrícula como comerciante de grosso trato na Real Junta do Comércio, a partir de declaração de que ele ‘se achava estabelecido com créditos e fundos proporcionados para o giro de seu negócio, tendo, além disso, instrução suficiente de Comércio e Escrituração Mercantil’”¹³⁶. E que, em conjunto com Gonçalves Ledo, Januário Barbosa, Frei Caneca, Cipriano Barata e outros, fazia parte daqueles escritores que Renato Leite chama “libertários”¹³⁷, atribuindo, inclusive, ao pensamento ideológico de Soares Lisboa a categoria de “elo entre o republicanismo de 1824 – na gênese da Confederação do Equador – e o pensamento republicano de 1822”¹³⁸, cujos jornais Lustosa apregoa “um espírito democrático”¹³⁹ que, como era de se esperar, confrontavam-se violentamente com a ordem estabelecida. Contudo, há que se frisar que “a escravidão constituía o limite do liberalismo no Brasil”¹⁴⁰ e que, dessa forma, tanto Soares Lisboa quanto seus confrades passavam ao largo de quaisquer debates concernentes ao tráfico negreiro, bem como a outros aspectos de matriz econômica.

Dessa forma, tanto o *Correio do Rio de Janeiro* quanto Soares Lisboa teriam entrado para a história. O *Correio* como “a primeira publicação em que abertamente um jornalista

¹³³ Ibidem, p. 99.

¹³⁴ Correio do Rio de Janeiro, n. 73. 11 jul. 1822.

¹³⁵ LUSTOSA, I. 2000, p. 18.

¹³⁶ NEVES, L. B. apud LUSTOSA, I. Op. Cit., p. 177.

¹³⁷ LEITE, R. L. Republicanos e Libertários: pensadores radicais da independência – Rio de Janeiro (1822). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

¹³⁸ LEITE, R. L. 1997, p.vi.

¹³⁹ LUSTOSA, I. Op. Cit., p. 134.

¹⁴⁰ Ibid., p.49.

pedia a criação de uma Assembleia Nacional Constituinte para o Brasil”¹⁴¹, em seu número 11 de 22 de abril de 1822. Publicado na Oficina de Silva Porto – à qual João Soares Lisboa administrava –, o *Correio* possuía quatro folhas geralmente e suas cópias avulsas eram vendidas por 80 réis. Devido ao grande número de leitores, o redator publicaria a seguinte nota no dia 15 de abril de 1822:

O acolhimento que tiveram do judicioso público desta Capital os nossos primeiros números, nos obrigou sobremaneira; não temos vaidade louca e orgulhosa, de nos persuadirmos de que somos capazes de ilustrar e dirigir a opinião pública, e não cessaremos de repetir esta nossa ingênua confissão, porém trata-se de servir a Nação e temos conseguido nossos fins se alcançarmos com nossos escritos adiantar até consolidar-se a grande obra da Liberdade Nacional. Por tão poderosos motivos, e para facilitar o giro de nossa folha, abaixaremos o preço das assinaturas do modo seguinte: 4\$000 réis por três meses, 7\$200 por seis meses e 10\$000 réis até o fim do corrente ano.

Os Senhores que tiverem feito a subscrição na forma anteriormente anunciada podem mandar receber a diferença do preço nos lugares onde fizeram as subscrições. Assina-se para esta folha nas Lojas da Gazeta e Diário. Nas mesmas se vende a 80 réis cada folha¹⁴².

E João Soares Lisboa como o primeiro redator fluminense a ser enquadrado em crime de imprensa, pelo que ficaria preso, deportado para Buenos Aires, perdoado, preso novamente ao retornar e exilado. Tudo parece ter começado em meados de junho de 1822, quando Soares Lisboa teve seu nome inserido numa intriga preparada por lacaios de D. Pedro e que, além de envolver o príncipe-regente, levou o redator do *Correio* à casa do, então, todo-poderoso José Bonifácio. Em um primeiro momento a poeira pareceu assentar-se, porém, mal sabia o comerciante incauto e idealista, que “o Conselho de Estado, constituído por D. Pedro com os procuradores das províncias e os ministros, instalado em junho, encarou aquele problema [que, de modo geral, dizia respeito à questão da liberdade de imprensa] de modo diferente”¹⁴³, promulgando um decreto sobre os crimes de abuso da liberdade de imprensa que “fora escrito sobre medida para o jornalista”¹⁴⁴. Levado a júri, contudo, João Soares Lisboa seria absolvido daquele primeiro processo, sobrevivendo até a aclamação de D. Pedro, em outubro de 1822, quando seus efusivos elogios ‘libertários’ eriçaram os pelos de Bonifácio e despertaram a cólera do próprio monarca.

Os vivas e movimento de lenços eram sem interrupção e SS. MM. II. não só agradeciam tanto o aplauso com repetidas inclinações de cabeça, mas até S. M. o Imperador ia quase sempre descoberto, com o chapéu na mão!!! Eis o Homem singular!! *Eis o Pedro 1º sem 2º! Eis um puro Democrata!!!* Eis o Ídolo das adorações políticas dos portugueses do Brasil, modelo dos príncipes, amado dos seus súditos, seus amigos!!! Eis, finalmente, o Imperador do Brasil!!!!

¹⁴¹ Ibid., p.97.

¹⁴² Correio do Rio de Janeiro, n. 5. 15 abr. 1822.

¹⁴³ SODRÉ, N. W. 1999, p. 42.

¹⁴⁴ LUSTOSA, I. Op. Cit., p. 217.

José 2º (austríaco) imortalizou seu nome por sua assiduidade e boa administração de justiça; tornou-se singular por suas viagens, em incógnito às extremidades do Império, que só empreendia para observar pessoalmente o bom regime dos governantes. Pedro (Luso-Brasileiro) fazendo o mesmo, singulariza-se mais orando em público e sem receio; entre “amigos”, diz Ele, “não há que temer”. E como há de ter inimigos quem se esforça quanto pode por mostrar que de todos é amigo?? [...] Washington (americano) recusou o título de Rei ou Imperador, que lhe oferecia o seu Exército, imortalizou-se defendendo, sustentando e reconhecendo os Direitos do Homem, a Liberdade, e seu nome será respeitado por todos os sábios do mundo, assim como o foi por seus mesmos inimigos. Pedro (Luso-Brasileiro) fez mais aceitando o título de Imperador, porque antes e muitos antes desta época disse ele: “o Brasil pretende e deve ser livre para ser feliz e *se os povos manifestarem geral desejo de serem republicanos, não acharão em mim oposição*, antes farei quanto puder para que o consigam e eu me contento em ser seu concidadão [grifos nossos]¹⁴⁵.

Bastou que se lhe chamassem “puro democrata”, profetizando ser ele “1º sem 2º” e contente em ser concidadão de um povo que manifestasse “geral desejo” de ser republicano, para que o nome de João Soares Lisboa entrasse para a lista da devassa orquestrada por Bonifácio e que terminou por colocar o redator do *Correio*, enfim, no exílio em Buenos Aires, provavelmente em novembro daquele ano.

Retornaria menos de um ano depois, sendo preso logo em seguida. E, da cadeia – onde passou oito meses daquele ano de 1823 –, escreveria, nas palavras de Lustosa, seus melhores artigos. “Aí, de fato, o próprio caráter dramático da situação que vivia, aliado a sua natureza apaixonada, daria beleza às suas composições”¹⁴⁶. E seria essa mesma natureza apaixonada que o levaria a desobedecer a segunda deportação, em 1824, seguindo para Pernambuco a fim de participar da Confederação do Equador e defender os ideais pelos quais morreria, combate as forças imperiais na localidade de Couro Danta, sertão pernambucano, em 30 de setembro daquele mesmo ano.

Nas palavras de Frei Caneca, João Soares Lisboa foi:

Português de nascimento, era brasileiro por afeição; decidiu-se pela liberdade do Brasil, e por esta se dedicou a escrever o *Correio do Rio de Janeiro*, único periódico do Rio, dito pelos franceses. Pelo periódico da oposição, pela sua decisão a favor da liberdade, foi degredado para Buenos Aires, e depois pela intriga dos Andradas oito meses preso no Rio de Janeiro, para ser degredado por oito anos, saindo da prisão depois da dissolução da Assembleia, por um chamado perdão, dado pelo Imperador; e se passou a Pernambuco e trabalhou quanto esteve em seu poder para sustentar a liberdade das províncias do norte, contra o despotismo do Rio de Janeiro; e para melhor se entender o plano da tirania escreveu *O Desengano dos Brasileiros*.

O caráter de um homem livre foi por ele sustentado com toda a dignidade até os últimos paroxismos da vida, a qual acabou recomendando aos que o rodeavam, que prosseguissem na defesa da liberdade. Mostrou toda a coragem, quando encarou a morte; fortificou-se com o Sacramento da penitência, único que lhe podia ser

¹⁴⁵ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 157. 19 out. 1822.

¹⁴⁶ LUSTOSA, I. Op. Cit., p. 180.

administrado; falou muito pouco nas horas que lhe restavam de vida; mas tudo quanto disse foi sólido e conceituoso. Recostado a um amigo e rodeado de outros, quando supôs que acabava à violência de uma ânsia, disse aos que o cercavam: Morro nos braços da amizade!

Ele soube dar preço a este laço da sociedade. Morreu afinal o homem livre, aos ombros, e no meio das lágrimas e soluços dos amigos¹⁴⁷.

2.2.4. Para o estabelecimento de um útil e curioso Diário nesta cidade¹⁴⁸

No primeiro número do seu *Diário do Rio de Janeiro* o primeiro redator-chefe desse jornal que se tornaria um dos mais importantes do Império – tendo como colaboradores José de Alencar, Quintino Bocaiuva e Machado de Assis – apresentava-se como Zeferino Vito de Meirelles:

Convencido da utilidade que ao público resultará de um Diário no qual gratuitamente se imprimam todos e quaisquer anúncios ou notícias particulares (que convenham e seja licito imprimir), inclusive os dos divertimentos e espetáculos públicos que houverem de ter lugar em cada um dos dias, tem tomado a si a penosa tarefa de publicar o referido Diário quotidianamente e até as oito horas e meia impreterivelmente, desde o 1º de junho próximo futuro em diante, sendo o seu formato em 4º e de meia até uma folha, exigindo-o assim a importância dos anúncios que houverem a fazer-se, declarando desde já que não haverá outra preferência na publicação dos mesmos se não a que a razão e a sua natureza exigirem¹⁴⁹.

Timbrado em suas primeiras edições pela figura de um anjo segurando uma trombeta e, ao fim, uma imagem do deus mensageiro Hermes – o mensageiro dos deuses e patrono, entre outras coisas, da divinação, da eloquência, além dos pastores, dos comerciantes e dos ladrões¹⁵⁰ – o jornal de Zeferino zerava seu número de edições mensalmente e cada uma contava com as quatro páginas costumeiras para o formato periódico da época. Além disso, trazia em suas primeiras páginas informações meteorológicas, reservando-se as demais páginas para a publicação dos referidos anúncios e notícias que Meirelles “rogava encarecidamente a todas as pessoas, que o quiserem coadjuvar, [...] queiram ter a bondade de mandar entregar os seus anúncios e notícias na respectiva caixa, que estará exposta ao público na Loja de livros de Manoel Joaquim da Silva Porto, na Rua da Quitanda”¹⁵¹. Solicitava ainda, aos interessados, a subscrição saía por 640 réis mensais, garantindo ainda que aos assinantes, o *Diário* lhes seria entregue em casa até as oito horas e meia da manhã. E, para os

¹⁴⁷ FREI CANECA. Apud LEITE, R. L. 1997, p. 413.

¹⁴⁸ Diário do Rio de Janeiro, n. 06001. 1 jun. 1821.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ GRAVES, R. 2018, p. 108.

¹⁵¹ Ibid.

demais, cada edição avulsa saíria pelo preço de 40 réis, o que valeria ao *Diário* de Zeferino Vito Meirelles a pecha de *Diário da Manteiga*, ou *Diário do Vintém*¹⁵², de acordo com Laiz Perrut Marendino.

Foi, segundo Nelson Werneck Sodré, “realmente, o primeiro jornal informativo a circular no Brasil”¹⁵³ e “precursor originalíssimo” nesse sentido, apresentando, então “todas as características do jornal de informação”¹⁵⁴, ainda que para isso precisasse, ao menos em sua primeira década de existência, relegar-se a uma isenção latente em termos estritamente políticos. Ainda de acordo com Sodré, a empreitada do *Diário do Rio de Janeiro* não teria sido o primeiro contato de Zeferino com a tipografia e mesmo com a imprensa periódica, tendo em vista que Meirelles “ascendera, na Imprensa Régia, de operário a vice-administrador”¹⁵⁵.

Nascido também em Lisboa, desconhece-se quando Zeferino Vito Meirelles teria vindo morar no Brasil e ainda que sua atuação profissional primasse pela isenção política, nem por isso deixou de figurar na história da imprensa como mais uma vítima de seu próprio ofício, vindo a ser assassinado em sua própria casa, muito provavelmente por um crime de vingança em novembro de 1822. Laiz Perrut Marendino afirma que toda a questão é deverás nebulosa, tendo encontrado poucas menções ao acontecido em outros jornais— como no *Correio do Rio de Janeiro*, cujo redator, João Soares Lisboa, teria auxiliado o convalescente Meirelles na redação do seu *Diário*, em conjunto com Antônio Maria Jourdan, sucessor de Meirelles na condução do periódico – e nenhum processo foi aberto para averiguar o atentado. Ainda assim, a historiadora descarta a possibilidade de que o crime tenha sido político, mas encontra nas páginas do próprio jornal, forte indício do motivo por trás do crime.

O sujeito que encerrou sua filha, no dia 23 de julho findo, em uma prisão incomunicável dentro de sua casa, martirizando-a desde então até agora com castigos que nem a Lei, nem a humanidade podem tolerar, queira soltar a dita Senhora já e já. Quando não seu nome há de ser publicado com uma relação fiel das circunstâncias... Adverte-se-lhe mais que a infeliz Senhora que, contudo, foi salva do precipício em que se lançava, tem idade de emancipação e que temos um Regente Protetor a quem recorrer¹⁵⁶.

¹⁵² MARENDINO, L. P. 2016, p. 46.

¹⁵³ SODRE, N. W. 1999, p. 50.

¹⁵⁴ Ibid., p. 51.

¹⁵⁵ SODRÉ, N. W. Op. Cit. Loc. Cit.

¹⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, apud MARENDINO, L. P. 2016, p. 48.

Em seu lugar, Meirelles deixaria, como dissemos, Antônio Maria Jourdan, tipógrafo de origens francesas que tocara o projeto de Zeferino sem nenhuma mudança drástica em sua linha editorial naqueles primeiros anos. Não obstante, as mudanças no cenário político advindas da crise do Primeiro Reinado (1822-1831) levaram-no a mudar gradualmente de tom e assumir postura mais opinativa e mesmo combativa conservadora. Conduto, sua ação no *Diário* pareceu encerrar-se em 1829, quando Marendino nos dá notícia de estar Antônio Maria Jourdan em Minas Gerais, comandando agora o *Amigo da Verdade*, o que lhe valeria, em 16 de fevereiro de 1832, processo por crime de imprensa¹⁵⁷.

2.2.5. O *Semanário* é o trombeteiro da turma falida¹⁵⁸

Joaquim José da Silva Maia era outro comerciante de origens lusitanas – natural da cidade do Porto, onde nascera em 1776 – que no Brasil fizera segunda morada – teria vindo para o Brasil em meados de 1794¹⁵⁹ – e onde principiara nas artes jornalísticas. Entre 1821 e 1830 esteve à frente de quatro periódicos, sendo os mais longevos o *Semanário Cívico*, que Maia publicou em 119 números entre os anos 1821 a 1823 e o *Imparcial*, publicado na cidade do Porto entre os anos de 1826 a 1828 e contando com 120 edições na Biblioteca Municipal do Porto. Além disso, esteve à frente do *Sentinela Bahiense* em 1822 e em 1830 publicou seu quarto e último jornal, desta vez na cidade do Rio de Janeiro: *O Brasileiro Imparcial*¹⁶⁰.

Em 1821, anima-o as ideias constitucionais e o ambiente político propiciado pela Revolução do Porto, começando a escrever o *Semanário Cívico* logo após o juramento de D. João VI às bases da Constituição, em março daquele ano, prometendo:

Transmitir, pois, a todas as Nações, os feitos daqueles que cooperarão para a nossa regeneração; transcrever os atos de energia, e prudência do sábio Governo Provisório que acabamos de instalar; apontar os melhoramentos de que é suscetível esta província; instruir o povo dos seus deveres e dos seus direitos; é a que nos propomos nesta folha [...]

Lisonjeamo-nos que o generoso povo desta Cidade acolherá benigno esta folha, não pelas suas frases, porque nos falta *talento, engenho e arte*, mas pelas verdades que lhe pretendemos transmitir. Rogando, ao mesmo tempo, a todos os amigos do bem público nos comuniquem suas luzes, e o podem fazer dirigindo-as em carta fechada à casa da Tipografia¹⁶¹.

¹⁵⁷ MARENDINO, L. P. Op. Cit., p. 49.

¹⁵⁸ *Semanário Cívico*, n. 59. 18 abr. 1822.

¹⁵⁹ Diz estar estabelecido no Brasil há mais de 27 anos (*Semanário Cívico*, n.14. 31 mai. 1821).

¹⁶⁰ PEREIRA, C. P. 2013, p. 1.

¹⁶¹ *Semanário Cívico*, n. 1. 1 mar. 1821.

Transmitir verdades... Instruir o povo. Objetivos claros de um genuíno luso-brasileiro. De um sujeito ávido pelos melhoramentos que a nova ordem constitucional parecia trazer. Uma ordem vista como retomada das forças do passado; uma novidade vista como “regeneração”, mas também atento às ações limítrofes de ambos os lados da identidade que tomara para si e que compartilhava com outros indivíduos.

Como o próprio título indica, tratava-se de uma folha de caráter semanal, composta em quatro páginas na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, em Salvador. Curioso notar que, ao menos no Brasil, o *Semanário* é o único dos veículos analisados a se importar em explicitar ao final de suas edições que seu discurso era licenciado pela Comissão de Censura instituída após a Revolução e vigente até o estabelecimento da lei que decretava a liberdade de imprensa em Portugal e estipulava as punições adequadas para seus excessos. Além disso, as subscrições eram feitas na Loja de Sebastião José Coelho, na Botica do Leonardo, na Loja de Antônio Gomes Neto; na Cidade Baixa, e nas casas de Silva Maia – às Portas do Carmo –, de Antônio Teixeira de Freitas, além da Secretaria do Senado e da Botica da Misericórdia na Cidade Alta de Salvador. Assinaturas também podiam ser colhidas em Santo Amaro, no Recôncavo e no Rio de Janeiro¹⁶². O preço da assinatura semestral era 2\$400 réis, porém desconhecemos o valor do número avulso¹⁶³.

Nelson Werneck Sodré caracterizara-o como membro da “imprensa áulica”, panegirista “fazendo coro com a *Idade de Ouro do Brasil* e merecendo o apelido de ‘semanário cínico’ que lhe puseram os baianos”¹⁶⁴. Contudo, acreditamos que a questão tinha muitos matizes mais do que a clássica cisão “direita *versus* esquerda” empregada pelo historiador carioca a fim de analisar os embates ideológicos da época. Evidência disso pode ser mesmo encontrada no exemplo que extraímos do próprio *Semanário* ao defender o Brasil e os brasileiros de redatores residentes em Portugal ou Londres, como João Bernardo da Rocha Loureiro, que julgava, no seu *O Português, ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, estar o Brasil, em sua mesma fraqueza, seguro e que “os brasileiros nada mais desejam do que serem bem governados, que é o que não tem sido até os nossos dias”¹⁶⁵.

¹⁶² *Semanário Cívico*, n. 23. 2 ago. 1821.

¹⁶³ Christiane Pereira dá conta apenas de que o último jornal publicado por Silva Maia, teria sido vendido individualmente por 80 réis, de onde podemos deduzir que o *Semanário Cívico* também girasse em torno desse preço (2013, p. 1.).

¹⁶⁴ SODRÉ, N. W. 1999, p. 49.

¹⁶⁵ *O Português, ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, 1820, v. 11, n. 64, p. 332.

Então um português, residente em Londres, sabia exatamente que os brasileiros desejavam apenas serem bem governados? E mais. Sabia suas fraquezas e o caráter vaidoso dos povos que aqui viviam? Tudo sem jamais ter pisado o solo americano? Para Joaquim José da Silva Maia o redator d'*O Português* fazia “abjeta ideia” do povo brasileiro. Um povo que segundo Silva Maia, em 1789, 1798 e 1817¹⁶⁶ “tentou proclamar os eternos direitos do homem”¹⁶⁷ e que tendo “sentimentos tão nobres e elevados, está claro que terão valor para defender os seus direitos” e os meios, ainda que bélicos, para isso, enquanto *O Português* – talvez já esperando controvérsias – se justificava naquela mesma edição, defendendo-se como “o 1º jornal em Londres que propôs o plano de se unir o Brasil com Portugal, vindo de lá representantes para as Cortes (ainda que nunca em proporção dos de Portugal...)”¹⁶⁸. Sem preterir Lisboa em favor da “fraca e corrompida Corte do Rio de Janeiro”¹⁶⁹, o redator do *Semanário* atestava estar a defesa da Bahia reformada desde a adesão ao movimento constitucional e a formação duma junta governativa provisória àquela província. Tal reforma parecia objetivar, então, mais a defesa e resistência de Salvador a quaisquer conspirações urdidas pelo governo do Rio, como atesta o próprio jornal¹⁷⁰, mas que servia-lhe também contra invasores europeus, como acabou se verificando. Assim, Silva Maia escrevia, em 27 de junho de 1821, reagindo à provocação:

Em um mês galgamos mais de 200 peças de artilharia, construímos barcos artilheiros e armamos 10 embarcações com grossa artilharia e, se fosse necessário, duplicaríamos o número. Agora diga, Senhor Redator, duas fragatas reduzirão a Bahia, tendo esta força marítima 7.000 homens de guarnição na Cidade, afora mais 12.000 milicianos nos subúrbios?¹⁷¹

Fazendo um balanço dos títulos tratados até aqui, é possível notar uma ramificação plural de discursos, que, semelhantes a uma bacia hidrográfica, não deixam de se encontrar em determinados aspectos. Sobretudo aqueles alheios da Corte do Rio de Janeiro, que ainda orbitavam com maior atração gravitacional à imagem de uma Nação Portuguesa conjugadora

¹⁶⁶ Em referência, de Silva Maia, à Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana e Revolução Pernambucana respectivamente.

¹⁶⁷ *Semanário Cívico*, n. 14, 30 mai. 1821.

¹⁶⁸ *O Português*, ou *Mercúrio Político, Comercial e Literário*. Op. Cit., p. 315.

¹⁶⁹ *Semanário Cívico*. Op. Cit.

¹⁷⁰ Com informações vindas da própria capital, o baiano denunciava um movimento liderado pelo Conde dos Arcos, dentre outros cortesãos, que pretendia “fazer do Brasil um reino inteiramente separado de Portugal, onde o despotismo devia criar profundas raízes. Como a Bahia era somente quem se podia opor a este gigantesco projeto, haviam-se dado ordens ao Paxá de Pernambuco para marchar sobre nós pelas Alagoas, para onde se tinha mandado, com antecipação, um adjeto indivíduo [...] para promover recrutamentos. Entretanto que marchavam de Minas 600 soldados de cavalaria e se aprontavam as forças do Rio de Janeiro, juntamente com as do Sul para que, reunidas todas essas forças, arrasassem a Bahia. (Ibid, n. 18, 28 jun. 1821).

¹⁷¹ *Semanário Cívico*, n. 14, 30 mai. 1821.

daquele Reino Unido de Portugal e Brasil, ainda que cada periódico tenha suas contribuições singulares, quer ao estabelecimento de uma resistência do *Semanário Cívico* perante a arrogância lusitana e a desconfiança fluminense, quer à ponderação quase pragmática do *Astro* em alguns temas concernentes às relações entre as duas principais regiões do Império português; quer da fealdade intelectualmente afiada do *Conciliador* que, mesmo manuscrito, buscava incidir na emergente opinião pública que o rodeava, expandindo-se mesmo às províncias limítrofes. Esse fato, inclusive, – o caráter inicialmente manuscrito do *Conciliador do Maranhão* – nos confronta com uma de nossas principais premissas, a saber: a relevância da imprensa na produção dessas imagens discursivas, na instrução e na direção de suas respectivas verdades ontológicas. Sabemos já que a imprensa não era única mídia disponível aos agentes políticos do começo do Oitocentos, e que inúmeros panfletos – e outros instrumentos – circularam por essa sociedade luso-brasileira situada no limiar entre a oralidade do Antigo Regime crepuscular e a ascensão da modernidade capitalista tipográfica. Conseqüentemente, é inevitável considerar o poder do manuscrito e da cultura oral nessa equação, evidenciada pelo que foi dito acima. Não, obstante, pesquisadores como Benedict Anderson, Marshall MucLuhan e Peter Burke, também sustentam que, séculos antes da Revolução Industrial, “num sentido bem específico, o livro foi a primeira mercadoria industrial com produção em série”¹⁷², como frisa Anderson. E é o mesmo autor que considerará o jornal “uma forma extrema de livro, um livro vendido em escala colossal, mas de popularidade efêmera”¹⁷³. Em um primeiro momento parece clara que a maior contribuição da imprensa jaz realmente na escala e não pretendemos negar isso. Com efeito, o poder de maior transmissão e penetração dos seus respectivos discursos, de suas respectivas verdades, deve ter auxiliado todos aqueles redatores, diretores e patrocinadores a instruir e a dirigir a dita opinião pública sob a qual todos buscavam conscientemente influir. Menos explícita é, no entanto, a contribuição cultural.

Além de condensarem o tempo cronológico em uma justaposição de eventos e dilatarem o espaço com sua narrativa particular, os jornais iriam servir naquele momento como “artefatos culturais”, ao estilo do conceito trabalhado por Stuart Hall e outros pesquisadores dos Estudos Culturais. Somos levados a teorizar nesse sentido por termos em mente que, naquele contexto, um dos bens de consumo mais abrangentes fossem – com a exceção de mercadorias ligadas à cultura religiosa, como Bíblias e imagens de santos –

¹⁷² ANDERSON, B. 2008, p.66.

¹⁷³ Ibid., p. 67.

precisamente os jornais. Uma evidência disso pode ser levantada quando Roseane Pinheiro nos diz o número total de assinantes do *Conciliador* e relaciona seu sucesso comercial à eleição de José Antônio da Cruz Ferreira Tezo para a segunda legislatura das Cortes, implicando, ao menos até certo ponto, uma identificação estabelecida entre o redator e seu público, sobretudo quando descobrimos que o padre Tezinho foi eleito por um dos distritos mais expressivos em termos de assinantes do seu jornal na província do Grão-Pará.

Ainda de acordo com Hall “ao examinar sistemas de representação é necessário analisar a relação entre cultura e significado”¹⁷⁴. Por isso esses sistemas inseridos em um circuito que Hall designará por “circuito da cultura”, “produzem significados sobre o tipo de pessoa que utiliza tal artefato, isto é, produzem identidades que lhe são associadas”¹⁷⁵. E, na ausência do que veríamos delinear-se no século XX como cultura de massas, os jornais parecem-nos figurar como instrumentos muito bem posicionados para preencher os requisitos de um artefato cultural, principalmente quando se leva em mente que estes caracterizavam ferramentas de uma ordem mais “democrática” racionalista e capitalista, devido à sua polifonia natural.

2.2.6. A representação inserida no nosso *Paraense* [...] assaz o mostra¹⁷⁶

O Paraense não apresenta configuração distinta das demais folhas – à exceção apenas do *Diário* – no tocante à sua linha editorial de cunho marcadamente opinativa e política às raias da polêmica e da repressão como pudemos notar pelos processos seguidos pelos redatores do lisboeta *Astro da Lusitânia*, do *Conciliador do Maranhão* e do *Correio do Rio de Janeiro*. Sendo lançado em 22 de maio de 1822, *O Paraense* também não fugia à “regra” dos jornais da época no tocante a seu formato: quatro folhas – salvo suplementos – com duas colunas e poucos elementos gráficos além do título e do brasão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a lhe enfeitar o timbre. Comparando-o com outros papeis, como o baiano *Semanário Cívico*, ou mesmo o *Correio do Rio de Janeiro*, é, contudo, possível notar uma maior riqueza de detalhes, ainda que em seu número inaugural, seu fundador, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, reclamasse que ele e os demais responsáveis pelo projeto tinham

[...] feito todos os esforços para que saísse formosa a impressão dos nossos escritos, mas infelizmente a província acha-se desprovida de todos os materiais próprios ao

¹⁷⁴ HALL apud SILVA, T. T da. (Org.). 2014, p. 17.

¹⁷⁵ Ibid., p. 17.

¹⁷⁶ *O Paraense*, n. 44, 10 out. 1822.

alcance de tal fim [...]. Rogamos, portanto, aos Senhores Assinantes, queiram acomodar-se às circunstâncias, esperando todo o melhoramento por alguns esses, porque temos dado providências a fim de que em breve se torne perfeita a impressão¹⁷⁷.

Apesar dessa confissão e desse pedido de paciência aos assinantes, nada no jornal dá informação quanto aos valores de assinaturas ou mesmo cópias avulsas, nem mesmo de locais onde essas podiam ser feitas e aquelas podiam ser compradas. Talvez o motivo deva-se à conturbada e meteórica duração do jornal, marcada pela prisão de Patroni antes que saísse ao lume o número 7 de seu jornal, sendo, em seguida, deportado para Lisboa e deixando a empreitada d'O Paraense sobre orientação do cônego João Batista Gonçalves Campos que, segundo Fernandes & Seixas, “teria sua imagem associada a um importante agente das ideias de Independência do Brasil”¹⁷⁸ e, futuramente, responsável também pela publicação do *Publicador Amazonense* (1832-1834), que, entre outras ações políticas, fizeram de Batista Campos, um “importante agitador no processo que culminaria com a revolta regencial da Cabanagem”¹⁷⁹.

Ainda no que toca a Felipe Patroni, cabe salientar que apesar do nascimento em solo americano, era membro da elite luso-brasileira, sendo filho de pais humildes – o Alferes e lavrador Manuel Joaquim da Silva Martins e Maria Antônia Maciel de Souza – teve seus talentos reconhecidos e estimulados pelo padrinho – de quem herdara o nome –, o capitão-tenente da Armada Real Portuguesa Felipe Alberto Patroni¹⁸⁰, que o levou a estudar Direito em Coimbra – como tantos outros representantes da elite intelectual brasileira de então – por ocasião do movimento constitucionalista iniciado no Porto. “Agitador político audacioso”¹⁸¹ nas palavras de Werneck Sodré, Patroni aproveitara sua primeira estadia em Lisboa para trazer da Europa uma oficina tipográfica em sociedade com Simões da Cunha e José Batista da Silva, além do impressor Daniel Garção de Melo, que emprestaria seu nome à tipografia de onde sairia *O Paraense*.

E, após alguns meses de 1820 em Belém, Patroni para lá voltava, instalando-se em Lisboa como representante dos interesses do Grão-Pará perante as Cortes e o ministério. Ali,

¹⁷⁷ O Paraense, n. 1. 22 mai. 1822.

¹⁷⁸ FERNANDES, P. S de P.; SEIXAS, N. S de A. Imprensa e Política na Belém do início do século XIX (1820-1830). In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 9, 2010, Rio Branco, p. 4.

¹⁷⁹ FERNANDES, P. S de P.; SEIXAS, N. S de A. Op. Cit., p. 7.

¹⁸⁰ MARANHÃO, H. apud. PARENTE, F. A. P. M. M. **Dissertação sobre o direito de caçoar**: carta a Salvador Rodrigues do Couto. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 14.

¹⁸¹ SODRÉ, N. W. 1999, p. 37.

Patroni contribuiria ostensivamente para a imprensa lisboeta, assinando diversos artigos críticos da administração provincial paraense em periódicos como o *Astro da Lusitânia* e *Mnemosine Constitucional*. Nesse ínterim, Patroni chegaria a apresentar, em novembro de 1821, perante D. João VI um discurso onde alertava para uma possível independência do Brasil, caso o descuido dos ministros do Reino fizesse triunfar o despotismo¹⁸².

Dessa forma, podemos começar a ver aquilo que Patrick Charaudeau descreve quando diz que esse sujeito ou grupo deve, então, representar esses motivos “em interação com os demais [sujeitos falantes] da língua, e, representando-os, ele se faz existir e inventa a sociedade que o inventa ao mesmo tempo”¹⁸³.

2.3. Imaginários sociodiscursivos

Tânia Regina de Luca afirma que “o historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento”¹⁸⁴. Seguindo, pois, as orientações supracitadas, cabe também buscar maior rigor de análise nos recursos que nos oferece a linguística. Neste caso buscar-se-á respaldo analítico nas noções do francês Patrick Charaudeau que concernem à articulação dos imaginários sociodiscursivos na cultura política impressa.

Para o cientista social Claudio Marques Martins Nogueira, o trabalho de Charaudeau orienta-se por quatro preocupações teóricas básicas, que estão presentes, com certas nuances, em praticamente todos os seus estudos. São essas preocupações a articulação entre os planos situacional e linguístico, a integração entre os planos macro e microssocial, as interações sociais e as intencionalidades dos sujeitos envolvidos.

A primeira preocupação é com o contexto social *versus* dimensão linguística. O autor tenta equilibrar ambas as análises em suas obras. Já a integração entre os planos macro e microssocial se daria onde o contexto auxiliaria a explicação do discurso produzido no caso

¹⁸² COELHO, G. M. *O jornal O Paraense e as ideias liberais no Pará de 1822*. p, 180.

¹⁸³ ROUQUETTE, M-L.; RATEAU, P. apud. CHARAUDEAU, P. *Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor*. 2017, p. 575.

¹⁸⁴ LUCA, T. R de. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Op. Cit.*, p. 139.

do presente estudo, pelos redatores dos jornais selecionados, num momento concreto de interação que aqui delimitamos entre 30 de outubro de 1820 (data da primeira edição do *Astro da Lusitânia*) e 24 de novembro de 1823 (quando foi publicada a última edição do *Correio do Rio de Janeiro*). As interações sociais demonstram sua importância de acordo com esse modelo, uma vez que o discurso não nasce de modo homogêneo e engessado, rígido e imutável na mente de um único indivíduo; antes ele é fomentado no seio das interações sociais, da coletividade, para que, depois, tome forma. E para finalizar Nogueira também cita a intencionalidade dos sujeitos, levando-nos a indagar quais seriam as intencionalidades do padre Tezinho, de João Soares Lisboa, de Felipe Patroni e os demais protagonistas da nossa trama. Neste ponto, somos levados a concordar com Nogueira, buscando – como Charaudeau – um meio termo entre o sujeito cuja intencionalidade é “coisificada” pelo discurso e entre o sujeito que age plenamente consciente e livre, principalmente quando reconhecemos que muitos das imagens que interpretamos nesses discursos podem ter sido evocadas de maneira parcialmente inconsciente. Esse meio termo, segundo Nogueira, seria o “projeto de fala” que os sujeitos possuem, que os motivam na construção de seu discurso e que podem se modificar ao longo da construção do mesmo.

As definições de linguagem, poder, ação política, instâncias etc. de Charaudeau e em diálogo com Habermas, Arendt e Weber inspiram também nossa análise. Destes – e por estes – caminhos surgem seus conceitos de poder político, segundo os quais “é pela existência dos espaços de discussão e de persuasão, lugares de construção dos valores dos quais dependem a ação, que o campo político é, como diz Augé ‘o governo da palavra’”¹⁸⁵. E qual instituição mais se encaixaria e tal descrição do que a imprensa feita livre a partir de 1821.

Assim, começam as análises do discurso político em si, onde as imagens levantadas e carregadas com seus significados se relacionam no período histórico que, por ora adjetivamos à moda dos lusitanos: vintista. Atentos a tudo que foi dito, qualquer enunciado pode então dotar-se de determinado sentido político, sobretudo textos jornalísticos num momento conhecido pelo engajamento político e confronto linguístico entre as diversas classes que compunham a sociedade da época. Da mesma forma “um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política”¹⁸⁶. Logo “não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação

¹⁸⁵ CHARAUDEAU, P., 2006, p. 21.

¹⁸⁶ Ibidem. Op. Cit., p 39.

que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza”¹⁸⁷.

Com relação ao Brasil desse período compreendemos que o conceito de situação de comunicação num âmbito político encaixa-se com muito do que se escrevia explícita, mas também implicitamente sobre política, contribuindo, de fato, não apenas para o recrudescimento de um protótipo de esfera pública, mas pelos próprios rumos que a ação social tomava no processo que levaria à emancipação e à construção da nação brasileira moderna.

Em primeiro lugar é preciso compreender a representação discursiva feita da realidade circundante aos impressos selecionados, como enxergavam seu tempo e seu espaço. Para isso, evocaremos os conceitos de real/realidade de Charaudeau, segundo o qual, a realidade nada mais seria que o mundo “empírico” em si, alheio de qualquer significado *a priori*, externo ao ser humano. Enquanto isso, o real é precisamente o mundo tal e qual construído pela atividade significadora do homem por meio do exercício da linguagem. Essa atividade significadora do que estava acontecendo no universo luso-brasileiro nos anos vinte do oitocentos nos leva ao conceito de representação social, que, em Charaudeau é reconhecida mais como um mecanismo do que como um conceito.

Reconhecendo que existe uma lógica “que emana do sujeito”¹⁸⁸, o linguista postula que todo o aprendizado depende “de conhecimentos prévios e saberes adquiridos ao longo da socialização desse sujeito”, fundando-se, ao mesmo tempo, sobre uma consciência afetiva e outra de ordem racional. A primeira decorre das relações de desejabilidade entre os indivíduos e os objetos do mundo, enquanto a segunda seria fruto “dos discursos de justificação relativos à experiência de mundo”¹⁸⁹ desses sujeitos. Dito isso, questionamos os sujeitos que escreviam na imprensa: Quais suas experiências? Suas relações com os acontecimentos narrados? O que diziam? Quais seus desejos?

¹⁸⁷ Ibid., p. 40.

¹⁸⁸ Ibid., p. 194.

¹⁸⁹ Ibid., p. 195.

2.3.1. Entre a ação e a razão; a imaginação.

O prazer do homem nunca é completo, sua imaginação sempre em atividade lhe apresenta motivos capazes de lhe aguentarem o prazer por um ou outro modo. Há poucos dias era objeto de geral inquietação o modo porque as Cortes seriam convocadas, se pela Cartilha velha, desenterrada dentre os pulverulentos pergaminhos da Torre do Tombo, se pelos princípios dos Direitos do homem, reconhecidos por todas as Nações Livres¹⁹⁰.

Em novembro de 1820, o redator do *Astro da Lusitânia*, Joaquim Maria Alves Sinval, se batia nas palavras acima pelos “Direitos do homem, reconhecidos por todas as Nações Livres” em detrimento da pulverulenta tradição política portuguesa referente à convocação tradicional dos Estados Gerais em Portugal. Pode-se vislumbrar, então, o embate entre duas concepções distintas que, ademais, continuaram se chocando de forma mais intensa pelos próximos anos naquele momento: falamos dos imaginários de modernidade e de tradição. Arauto da modernidade reconhecida “por todas as Nações Livres” nas teorias iluministas do Direito, Sinval denunciava o apego à tradição como atividade imaginativa, confabuladora ou delirante, mas que se encontrava na base da sociedade lusitana daquele período, sendo vista por mentes liberais como o redator do *Astro* como “velha” política, “pulverulenta” que desejava ver “sepultada”,.

Segundo Charaudeau, que ao adentrar o conceito de imaginário, colocando-se próximo à linha antropológica, redefine-o no quadro da análise do discurso, como

Uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, à qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade e real significante. Ele [o imaginário] resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva¹⁹¹.

Reconhecemos, como Charaudeau, que os imaginários resultam desse esforço de/por representar que da percepção e constrói constelações inteiras de sentido, da mesma forma que “essa construção se faz por meio de sedimentação de discursos narrativos e argumentativos, propondo uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e do comportamento

¹⁹⁰ *Astro da Lusitânia*, n. 7. 13 nov. 1820.

¹⁹¹ CHARAUDEAU, p. 2017, p. 578.

humano”¹⁹². No entanto, e como pontuamos em momentos anteriores, essa não nos parece ser uma dinâmica unilateral, e da mesma forma que o discurso – ou a linguagem, preferimos dizer – engendra imaginários, estes retroalimentam discurso e práticas sociais as mais diversas com sua característica energia motivacional, legitimadora da ação e dotadora de sentido e valor, incluindo aqueles de função regulatória da ordem vigente.

Ainda assim, salientamos que, no entendimento de Charaudeau, esses imaginários não são todos construtos conscientes. E, de fato, se pensarmos nos arquétipos – essas matérias-primas dos imaginários – como teorizados por Carl Gustav Jung, logo seremos levados a refletir que, apesar das muitas intenções dos atores sociais construtores desses imaginários, nos lembraremos que estes são também movidos num nível afetivo que escapa aos estratos mais racionais da consciência humana. Em um estrato? mais consciente, mais interesseiro e interessado, podemos ver esses imaginários, muitas das vezes sendo quase sequestrados e manipulados por sujeitos e grupos que buscam resgatar e preservar alguma coisa, mas que, no fundo, apenas participam – como todos nós – dessa grande rede de significações, racionalizando-os, como diz Charaudeau, através de “discursos-textos [mas não apenas] que circulam nas instituições (escolas, constituições de Estado, religiões, justiça, etc.), lugares de ensino desses imaginários com fins identitários”¹⁹³. Em um estágio intermediário, alguns desses imaginários se materializariam em práticas e costumes mais cotidianos, tidos como naturais e inerentes, como julgamentos de valor, modo de falar, etc. Nesse aspecto, o linguista dá exemplo do centralismo jacobino na França e temos razões para crer que a ânsia brasileira por salvadores potentes, paternalista e, em última instância, bodes expiatórios, possa ser um exemplo correlato, como João Soares Lisboa explicita ao criticar o republicanismo no *Correio do Rio de Janeiro*:

E que direi do Republicanismo? Se alguém se lembra dele, nada de castigo! Hospital, hospital de loucos! Que elementos tem a nossa província para um governo democrático? Onde estão os exércitos para sustentar tão gigantesco projeto? Onde as rendas, os legisladores e os magistrados que devem fazer a felicidade da pátria? Mas... para pensar na nulidade dos meios, quando faltam absolutamente intenções? Falem as praças e as ruas; repitam os acentuados sons do geral entusiasmo com que foi aclamado imperador o senhor D. Pedro I. Quem duvidará que o Brasil, chegado ao grau da sua emancipação, e devendo, por impulso necessário da sua grandeza, aproveitar para esse fim a favorável conjuntura da reorganização política, teria caído nos horrores da anarquia senão tivesse em seu seio esta dádiva celeste, esta personagem eminente, diante da qual se curvassem o orgulho, a ambição e a rivalidade? Não estávamos nós horrorizados com os cruentos estragos que tem despedaçado os nossos bons vizinhos, partidos do mesmo porto e caminhando sem guia ao mesmo fim? Não estremeçíamos nós, agitados na borda do mesmo abismo

¹⁹² Ibid., p. 579.

¹⁹³ CHARAUDEAU, p. 2006, p. 205.

de males, de que só a existência e poderoso influxo do *Grande Pedro* podia salvar-nos?¹⁹⁴ [Grifos no original].

Por fim, haveria também aqueles imaginários “submersos naquilo que se chama inconsciente coletivo, pois todas essas implicações complexas são tecidas ao longo da história [preferiríamos tempo ao invés de história aqui], constituindo uma memória coletiva de longo termo que na prática é identificável apenas por uma abordagem histórica e antropológica”¹⁹⁵. Em todo caso, esses imaginários revestem-se de potencialidades ainda maiores quando tomam forma concreta por meio de discursos, por narrativas, por intrigas às vezes elaboradas, quase sub-reptícias, como as constantes epígrafes da Eneida de Virgílio em jornais tão díspares quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Conciliador do Maranhão*; às vezes simplificadas como referências bíblicas em panfletos manuscritos¹⁹⁶, mas “que devem ser compreendidos pela maioria e desempenham diversos papéis de apelo, de manifesto, de acusação, de polêmica, de reivindicação”¹⁹⁷.

Os imaginários – como resultados dessa atividade significativa e reservatórios de significado – são, nesse sentido, a própria manifestação – a mais bem elaborada e afetivamente imponente – da verdade ideológica e identitária defendida pelo grupo social que a cria e que é por ela criado. No entanto, é preciso reconhecer esses imaginários de forma menos rígida do que o termo “reservatórios” possa levar a crer. A própria noção de imaginário aqui deve ser entendida em sua dinâmica com o meio social, tal como tentamos ilustrar no quadro abaixo:

Quadro 1: A dinâmica dos imaginários sociodiscursivos na imprensa.

Ação	Jornais deslocando o tempo histórico como instrumentos da “razão”	Concepção 	Imaginário
	Jornais como potência mobilizadora das/nas relações sociodiscursivas	Retroalimentação 	

Fonte: Quadro do autor.

Instrumentos e potência também precisam ser vistos aqui como recíprocos. No primeiro caso, os jornais também atuam como potência criadora, fortalecendo as construções dos atores que os manuseiam e da sociedade que os circundam. Da mesma forma, no segundo caso, é ainda mais evidente a função de instrumento, de mediador ativo entre as esferas do

¹⁹⁴ Correio do Rio de Janeiro, n. 47. 26 set. 1823.

¹⁹⁵ CHARAUDEAU, p. Op. Cit. Loc. Cit.

¹⁹⁶ CARVALHO, J. M. de.; BASTOS, L.; BASILE, M. 2012, p. 84.

¹⁹⁷ CHARAUDEAU, p. 2006, p. 207.

governo e do privado. Por isso os imaginários que aqui chamamos sociodiscursivos são também, de acordo com Patrick Charaudeau, imaginários de verdade. Dizer isso é atentar para uma importante dimensão desses fenômenos; a saber, os efeitos de verdade (também chamados por Charaudeau de ‘força de verdade’ e que nos remete quase instantaneamente à ‘vontade de verdade’ como conceituada por Friedrich Nietzsche e, sobretudo, Michel Foucault) produzidos por discursos ligados mais às decisões e ao engajamento político do que com a simples confrontação de opiniões no campo da abstração. “Ora, esses efeitos de verdade dependem eles próprios das representações construídas por cada grupo social, portanto, dos imaginários que estruturam”¹⁹⁸.

Entre 1821 e 1823, o campo de forças da verdade, a vontade de verdade, sobre o que era a nação, o governo, o Brasil, estavam em franca disputa. Este é, precisamente, o ponto nevrálgico de nosso interesse: como isto aparece na imprensa, o consenso nacional português necessário ao equilíbrio da ordem política do reino já vinha sendo abalado desde pelo menos a saída de D. João de Lisboa. Essas imagens influenciaram o rolar das pedras dos acontecimentos recortados? Foram elas manipuladas para fazer as pedras rolar?

2.4. “A essas perguntas se seguiram todas as outras que se julgarem necessárias para a averiguação da verdade”¹⁹⁹

A vontade de verdade seria, da forma mais leiga possível e em nosso parco entendimento, a vontade que, em última instância, todos temos de estarmos certos. Nossa busca por verdades absolutas expressas quer pela metafísica, doutrinas religiosas, ou, em alguns casos, pela própria ciência, como Nietzsche expõe tão bem ao denunciar em sua *Genealogia da moral* que:

É ainda uma fé metafísica aquela sobre a qual repousa nossa fé na ciência – e nós, homens do conhecimento de hoje, nós, ateus e antimetafísicos, também nós tiramos ainda nossa flama daquele fogo que uma fé milenar acendeu, aquela crença cristã, que era também de Platão, de que Deus é a verdade, de que a verdade é divina.”²⁰⁰.

Trata-se, portanto, de verdade enquanto busca imanente; noção em tudo diferente das verdades entendidas como construto social, linguístico, histórico. E como busca, o suposto

¹⁹⁸ Ibid., p. 210.

¹⁹⁹ Conciliador do Maranhão, n. 36, 14 nov. 1821.

²⁰⁰ NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p. 130.

encontro dessa verdade acarreta a convicção que nos tem e que nos impele adiante. É por isso que, para Joaquim Maria Alves Sinval os direitos do homem parecem ser uma realidade em si, inerente, tal como os malefícios do despotismo, quando afirma que:

Os estragos do Despotismo estão traçados com os caracteres visíveis em todas as partes do Globo. Fácil é reconhecer os seus efeitos na despovoação (sic), no desalento, na pobreza, na inércia de todas as Nações que experimentam os seus furores. Porque os Povos a quem a Natureza havia colocado em um terreno fértil e produtor, achando por toda a parte recursos à sua indústria, e a quem as circunstâncias pareciam destinar a felicidade, porque, dizemos nós, estes Povos se definham na mais vergonhosa indigência, na mais estúpida preguiça e no desalento o mais completo? [...] Porque na nossa vizinha, Espanha, se apresentam aos olhos do viajante espantado, tantos desertos, tantos terrenos áridos, onde apenas se veem errar alguns Espectros com figura humana, quando nós sabemos pela sua História qual era a sua imensa população e fertilidade até os tempos anteriores ao Reinado de Fernando e de Isabel, a Católica? A Natureza do Solo daqueles Países não se há mudado: o Despotismo, a força de desordens tem vencido a Natureza e feito inúteis os seus dons²⁰¹.

O jurista lusitano chama atenção para a degeneração do governo e não apenas em Portugal, donde já havia falado em edições anteriores. Espanha, Itália, Grécia, todos lares de grandes e pujantes civilizações em tempos distantes, mas que naquele momento de 1820 jazia como que abandonadas à própria sorte por governos corruptos e corruptores, como indica ao afirmar que a constituição mesma do solo naquelas regiões não se teria mudado, mas que seu desértico desalento e “despovoação” nada mais eram do que fruto do despotismo, da “força de desordens” que teria “vencido a Natureza e feito inúteis os seus dons”. Ou seja, uma vontade de verdade que é também uma vontade de moral, de julgamento e, em última instância, uma vontade mesmo de poder; uma massificação do “que é individual e particular, de modo a instituir um controle da vontade humana com maior facilidade”²⁰². Nesse sentido, Nietzsche aponta o “instinto de rebanho” como aquele por trás dessa vontade.

Mas o que queremos dizer com isso? Em *A ordem do discurso*, Foucault resume de forma brilhante essa questão, ao afirmar que “o discurso verdadeiro [...] não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade [...] é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”²⁰³. E quando compreendemos que a verdade está intrinsecamente relacionada às relações de poder, fica mais fácil entender porque essa vontade esteve, por tanto tempo, afastada do campo reflexivo: porque reconhecê-la é legitimar a subjetivação do próprio discurso verdadeiro e enfraquecê-lo em detrimento de discursos

²⁰¹ Astro da Lusitânia, n. 4. 6 nov. 1820.

²⁰² HORDECTE, I. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. In: **Kinesis**, Revista dos Pós-graduandos em Filosofia. 2020, p. 110.

²⁰³ FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 19.

antagônicos.

Cabe, portanto, destronar essa verdade sobre a Independência, assim como as verdades subjacentes a ela e problematizá-las, buscando os antagonismos – e indo além deles – no que tange às disputas pela verdade em jogo no imaginário político luso-brasileiro do período que analisamos. Pois, como diz Foucault na "Microfísica do Poder", não se trata exatamente de "fazer a partilha entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos"²⁰⁴.

Um exemplo instigante pode ser extraído da espinhenta questão da recolonização do Brasil, tanto ao vocábulo e ao verbo derivante dele – recolonizar – quanto do significado que este encerra no contexto em cheque. Partindo também de uma pesquisa quantitativa podemos notar que o jornal mais atuante no sentido de fazer uso desse termo é o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa; seguido por outros jornais brasileiros, dentre eles o *Correio do Rio de Janeiro* e o *Semanário Cívico*. Criticando duramente os deputados José Joaquim Ferreira de Moura e Manoel Fernandes Thomaz pela corrupção deste e hipocrisia daquele, Hipólito da Costa procurava evidenciar que, ainda que estes falassem não serem suas intenções que as tropas enviadas de Portugal para províncias como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, se destinassem a “manter [o Brasil] no sistema de colonização e menos para o reduzir à escravidão”²⁰⁵, suas ações denunciavam o contrário, uma vez que teriam “votado sempre contra tudo que podia ser em honra e benefício, grandeza ou consideração do Brasil, que credito merece a sua asserção de que, votando pelas expedições de tropas contra o Brasil, não tinha em vista a sua recolonização?”²⁰⁶.

De opinião semelhante era João Soares Lisboa, que, do Rio, escrevia em seu próprio *Correio*, a respeito do parecer da Comissão especial dos Negócios Políticos do Brasil:

Não labora em menor engano a Comissão e a maior parte do Soberano Congresso no conceito que fazem dos Brasileiros e o mais é que um e outros tem razão: o Soberano Congresso quer união e parece-lhe que tem obrado com igualdade; os Brasileiros querem união, mas reconhecem e mostram a desigualdade. O Soberano Congresso, por informações dos malvados anarquistas, desconfia que os Brasileiros querem separar-se de Portugal e essa suspeita o assusta; os Brasileiros desconfiam que o Soberano Congresso os quer recolonizar constitucionalmente e esta suspeita os aterra. Parece-nos que os Brasileiros tem mais razão, porque os despóticos

²⁰⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2019, p. 44.

²⁰⁵ *Correio Brasiliense*, n. 29. jul. 1822, p. 270.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

decretos de setembro não foram pedidos, nem mesmo pensados pelos Brasileiros. E quem obra com despotismo uma vez habilita para a desconfiança, que continuará sempre que puder e lhe convier. E mais se corrobora a desconfiança com este parecer da Comissão, o que sem injustiça se pode tomar como reincidência e intenção formada²⁰⁷.

Podemos incorrer em erro, mas seja pela data, seja pelo tom com que Lisboa apresenta suas impressões desse parecer, julgamos tratar-se do Projeto de Decreto sobre as relações comerciais no Reino Unido, que previa a revogação dos tratados de 1810 com a Inglaterra, no qual Antônio Penalves Rocha vê “uma intenção de dominação das Cortes sobre o Brasil, no sentido de sujeitá-lo política e economicamente a Lisboa em benefício da recuperação econômica de Portugal”²⁰⁸. Quanto aos “despóticos decretos de setembro”, acreditamos que o redator do *Correio* fazia referência aos decretos promulgados pelas Cortes em 1º de outubro de 1821 e que causaram forte impressão nessa banda do Atlântico, ao instaurar “um novo regime de governo das províncias, que passariam a ser dirigidas por ‘governadores de armas’ diretamente subordinados a Lisboa” e ordenar, pela primeira vez, “o retorno de D. Pedro a Europa”²⁰⁹. Talvez por isso, na mesma edição, João Soares se indignasse com a concessão do Soberano Congresso na permanência de D. Pedro, por julgá-la

[...] não só temporária, mas atrevida e insultante, porque se considera S. A. R. como Governador do Rio de Janeiro!!! Este insulto feito ao Soberano Povo das três Províncias [Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais] na Pessoa do seu Regente, cujo título lhe não concedem os Srs. da Comissão é intolerável.

Já no *Semanário Cívico* de 12 de setembro de 1822, encontramos a imagem da recolonização com uma paleta de cores diferente. Uma paleta mais crítica e que, salvo raras exceções, esteve quase que relegada à completa ignorância até o fim do século XX.

Todos sabem hoje que os decretos que mandavam retirar o Príncipe, por ele mesmo assim o haver pedido a seu Augusto Pai, e abolição dos Tribunais, foram os principais motivos de todo o azedume Fluminense. Por outra parte, a maior parte dos Deputados de algumas Províncias do Brasil iniciados nos terríveis mistérios da iniquidade que hoje descobrem os facciosos do Brasil, instando para remover as Tropas Europeias e pugnando para não virem outras, vendo frustrados os seus planos, foram outros tantos inimigos, que se revoltaram contra as Cortes, caluniando-as para com os seus amigos e supondo-lhe vistas de recolonizar o Brasil. Mas assim era necessário para seduzir, ao menos com razões plausíveis, os incautos, inapercebidos (sic), fazendo-os satélites da hoje muito suspirada *independência* [grifo no original]²¹⁰.

Sabemos de antemão que o discurso da recolonização – então em disputa por aqueles que queriam firmá-lo como realidade, legitimar a independência e aqueles que queriam

²⁰⁷ Correio do Rio de Janeiro, n. 25. 8 mai. 1822.

²⁰⁸ ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**. São Paulo, Editora UNESP. 2009, p. 119.

²⁰⁹ Ibidem, p. 16.

²¹⁰ *Semanário Cívico*, n. 80. 12 set. 1822.

denunciá-lo enquanto estratagema fluminense para justificar a mesma ruptura a qualquer custo – consagrou-se como realidade histórica pelo menos desde a ideologia de cunho nacionalista proposta e encabeçada pelos intelectuais IHGB à partir do Segundo Reinado (1840-1889), mas que perduraria muito além da queda do Império, adentrando e avançando o século XX, inclusive em abordagens de cunho mais economicista, indicando, talvez, que um projeto desse tipo, quando bem-sucedido, não alcança apenas dar sustentação a um Estado-nacional enquanto máquina administrativa, mas de lançar as bases – como todos almejavam – de um projeto civilizacional sólido, fazendo, nesse sentido, manter-se o “Império” mesmo com a derrubada da Monarquia e dos diversos regimes internos ao sistema republicano posterior.

Retornando essas questões, é preciso salientar que o projeto do IHGB pode ser rastreado, historiograficamente falando, até a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, publicado em 1826, por ninguém menos que José da Silva Lisboa, visconde de Cairu e um dos redatores de jornal mais profícuos daqueles incertos anos da história política brasileira. Contudo, o que nos importa agora é que em sua *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, Cairu deu, pela primeira vez, “ares de fato histórico” à noção de recolonização. Noção essa paralela àquela da regeneração pregada pela maioria dos deputados portugueses, uma vez que esperam do Brasil sacrifícios que este “deveria fazer em benefício da ‘regeneração’ econômica de Portugal”²¹¹ e, servindo, portanto – e juntamente com os documentos oficiais que também introduziram essa noção à dinâmica política luso-brasileira – de fonte para historiadores subsequentes, de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Manuel Pereira da Silva, no século XIX, além de Raymundo Faoro e Emília Viotti da Costa, no século XX. Antônio Penalves da Rocha chega a afirmar que:

Pereira da Silva e Varnhagen, os principais historiadores do século XIX que examinaram a Independência, fundamentaram seus escritos nas fontes oficiais e na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa. Desse modo, fizeram a história pela apropriação tanto do sentido literal do vocábulo “recolonização” encontrado nos documentos quanto da história do plano de recolonização construída por Silva Lisboa; ou seja, voluntária ou involuntariamente, não os submeterem à devida crítica²¹².

O que Rocha não se prestou a examinar – e dizemos isso pelo próprio historiador deixar explícito em seu *A recolonização do Brasil pelas Cortes* que se ateve às fontes oficiais, além de reconhecer o mérito da imprensa nesse caldeirão político-cultural – foi que o “plano

²¹¹ ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 94.

²¹² ROCHA, A. P. Op. Cit., p. 24.

de recolonização construída por Silva Lisboa”, não partiu única e exclusivamente do velho e incansável áulico, mas que este foi o primeiro a reunir toda a construção prévia e delegá-la à posteridade em formato historiográfico. A imprensa aqui cumpria seu objetivo de acordo com o *Conciliador do Maranhão*, mas o que o padre Tezinho expressada pelo verbo “registrar”, passivo e pretensamente imparcial, reconhecemos como uma construção ativa e engajada da história naquele momento presente. Digladiavam-se, portanto, duas observações subjetivas dos mesmos fatos, levando-nos a tateá-las agora nas paredes desse labirinto e reconhecê-las em seus próprios pesos e medidas não como verdades imanentes, mas como construtos linguísticos datados e, portanto, passíveis da devida problematização. Se não era uma invenção historiográfica, como quer Rocha, a elaboração do medo da recolonização do Brasil pelas Cortes teve a contribuição da imprensa. Seria algo assim?

Dito de outra forma, não se trata exatamente de encontrar, ou eleger uma verdade sobre a Revolução do Porto, sobre as intenções dos deputados lisboetas, sobre as ações da elite fluminense que gravitava D. Pedro e que – podemos conjecturar pelo discurso do *Correio Brasiliense* e pelas relações, que também iam muito além de meras relações comerciais, entre essa elite e a Inglaterra – e, ainda mais, de impô-la ao outro, mas de entrever os dispositivos e estratégias que, como o "anãozinho corcunda"²¹³ de Walter Benjamin que, escondido debaixo de uma mesa falsamente transparente, controla um boneco, usando-o para sempre lançar mão do gambito da rainha contra quem quer que seja. Nesse sentido, as verdades impressas não apenas se revelam com toda a sua vontade de poder, mas também o conceito de vontade de verdade pode ser usado para enxergar essa verdade como não-absoluta, histórica, humana e, portanto, redentora, posto que crítica e consciente de si mesma e do outro.

Quando Paul Ricoeur diz que compor com imagens pode constituir “uma espécie de descrédito, de perda de confiabilidade para a memória” e que “a história partilha dessa forma das aventuras da composição em imagens da lembrança sob a égide da função ostensiva da imaginação”²¹⁴, parece incorrer no engodo dos modos de conhecimento que ele (e a tradição filosófica ocidental) consideram fortes, críveis, confiáveis. Deixando Ricoeur de lado por um instante, trazer Foucault e Certeau para desfiar esse novelo talvez seja um movimento adequado. Haja vista que nossa intuição parece apontar para a ordem do discurso como

²¹³ BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 9.

²¹⁴ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 70.

instância produtora, justificadora e legitimadora dessa cesura (e dessa censura) implícita aos argumentos de Ricoeur. E que se torna mais explícita conforme o autor de “Tempo e Narrativa” afirma que a questão da confiabilidade da memória é tão importante por ser, de fato, uma questão veritativa. Mas até que ponto essa questão pode nos afastar de uma busca mais profunda e compreensiva, posto que despojada de pré-conceitos da ordem de uma consciência racionalizante?

É o que Foucault começa dizendo, ao supor que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”²¹⁵. Apesar de estarem separados, poder e perigo podem ser entendidos como simbióticos numa situação como aquela que envolve também o poder dos discursos imagéticos, ou das imagens discursivas e da memória coletiva no seio da política, do governo, da dominação em si. Em seguida a esse excerto, Foucault apresenta a oposição razão versus loucura e, não sem hora, faz-nos lembrar que Jung, ao relatar que, em conversa com um teólogo, ouvira do sujeito que teriam sido “as visões de Ezequiel apenas sintomas mórbidos e que, quando Moises e outros profetas ouviam vozes, estavam sofrendo de alucinação”, mas, é óbvio, a total inexistência de qualquer censura clínico-científica de ordem lógica então inviabilizava tal diagnóstico, revelando o poder e o perigo do discurso numa de suas formas ais latentes: criando mitos, sistemas de crença e, em última instância, toda uma realidade paradigmática. Para não falar do potencial subversivo desse poder quando se manifesta em uma realidade já consolidada, como, por exemplo, a Guerra de Canudos e aquele sebastianismo supostamente pregado a Antônio Conselheiro. Urge também virar a face dessa mesma moeda, posto que a ordem do discurso também contribui ativamente para a manutenção da ordem política, ao controlar nossos corpos, nossos impulsos e nossas emoções, adestrando-nos para a conformidade racionalista, tecnológica e materialista do mundo moderno, pretensamente civilizado, mas de tudo neurótico, já que marcadamente dissociado de suas potencialidades subjetivas.

Quando dizemos que a ordem do discurso político vintista contribui para a manutenção da ordem política, percebemos mais claramente aquilo que Foucault deixa implícito ao afirmar que “essa vontade de verdade, como nos outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional”, mas o apoio aqui nos parece mútuo em muitos casos. Permitam-me elaborar melhor: falando diretamente do discurso intelectual (e, inserido

²¹⁵ FOUCAULT, M.2014, p. 8.

nesse contexto, do discurso histórico e historiográfico) Foucault e de Certeau nos indicam como o discurso se molda por essa divisão entre verdadeiro e falso, que remonta à filosofia socrática. E, apesar de sabermos bem que esse discurso define o que é verdadeiro pelo que é natural, verossímil, sincero e científico também, o que vemos desenhar-se (hoje assim como ao longo dos séculos) é um constante conflito, indicativo talvez, do deslocamento mesmo dessa vontade ao longo da história. Com relação à própria, de Certeau escreveu que

a historiografia ocidental se bate contra a ficção; entre a história e as histórias, essa guerra intestina remonta a épocas bem recuadas. Trata-se de uma querela familiar que, de saída, fixa posições. Entretanto, por sua luta contra a fabulação genealógica, contra os mitos e as lendas da memória coletiva ou contra as derivas da circulação oral, a historiografia cria um distanciamento em relação ao dizer e ao crer comuns, além de se instalar precisamente nessa diferença que a credencia como erudita ao distingui-la do discurso ordinário²¹⁶.

E mais! Digamos dialeticamente que ambas (verdade e mentira sobre a recolonização) tenham sido, por um determinado período de tempo, apenas verdades em potencial, defendidas por suas respectivas instituições (e, às vezes, sociedades inteiras). Reconhecer, portanto, a potencialidade de verdade num discurso antagônico, sem garantia de recíproca, irá enfraquecer qualquer potência inerente ao nosso discurso. Seria esse nosso engodo pós-moderno? Seria essa a aporia entre memória e história?

Um exemplo empírico dessa luta incessante pode ser destrinchado quando nos atentamos para o exemplo de algumas confabulações notáveis nos jornais analisados. Ainda em julho de 1822, após criticar os deputados portugueses responsáveis pelo envio de tropas ao Brasil, Hipólito da Costa seguia denunciando que um dos objetivos mais funestos da facção anti-brasileira nas Cortes era mesmo causar a independência deste para facilitar um suposto processo de unificação com a Espanha, o calcanhar de Aquiles da história política lusitana. E mais: dizendo possuir declaração de um conspirador malgrado, o *Correio Brasiliense* anunciava mesmo a intenção daquela cabala em causar uma revolta de escravos.

Como, porém, a perversidade desse partido intenta, já que não pode recolonizar o Brasil, tratar de reduzi-lo a cinzas, tem muitos sugerido e já se começa a por em prática o plano da sublevação dos escravos.

Nós já indicamos este mal, para que no Brasil se acautelassem dele, agora diremos mais as notícias que sobre isso temos, porque convém que se faça geral o conhecimento desta horrorosa conspiração Portuguesa, cujos resultados serão tão funestos ao Brasil que não há individuo algum que não deva fazer todos os sacrificios pessoais a fim de o prevenir.

Paris é o foco desta conspiração. E os Agentes Portugueses ali, que estão neste segredo, convidaram dois sujeitos que, indo viajar ao Brasil a título de naturalistas, se ocupassem de organizar entre os negros uma insurreição geral. Um desses

²¹⁶ CERTEAU, M de. **História e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 45.

convidados não quis ultimar o ajuste, por desconvir no preço, deu com a língua nos dentes e por este meio, diz o nosso informante, se veio a saber de quem eram os que meditavam esta negra trama e cujos nomes nos foram transmitidos sendo o cabeça um ex-diplomático Português.

O Norte do Brasil era o principal alvo desta infernal maquinação; porque na Bahia se deixa isso para último recurso, visto que se supõem segura atualmente a posse daquela cidade. Temos feito nosso dever anunciando estas notícias, mas se, apesar dela, o Maranhão e Pará continuarem a deixar-se governar pelos mandões Portugueses, dando-lhes tempo e oportunidade para verificarem suas medidas, terão os habitantes dessas duas províncias mais culpa em seus próprios desastres, por se não precaverem, sendo admoestados todos do perigo do que os próprios inimigos, que recorrem a esse funesto estratagema²¹⁷.

Por que será que Maranhão e Pará “se deixariam governar pelos Portugueses? É, no mínimo, curioso que os principais focos do maquiavélico esquema dos conspiradores lusitanos fossem justamente as províncias, então, mais fiéis ao velho Portugal. Mas o que nos importa aqui é mais a construção e a manipulação de um afeto político, a saber: esse medo negro, do qual falávamos anteriormente, como um fato concreto e mobilizador da ação social em prol da manutenção do território brasileiro perante as investidas descentralizadoras das Cortes. E é o *Conciliador do Maranhão* que corrobora essa nossa interpretação, ao afirmar, em 16 de julho de 1823 que, “certos todos em que no dia seguinte seria proclamada a independência [do Brasil em São Luís], ninguém se atreveria a perturbar a segurança pública”²¹⁸.

Tendo esses dois exemplos em mente – o da recolonização e o da rebelião de escravos – podemos ver mais claramente que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta”²¹⁹. O poder de, literalmente, conceber novas realidades, de imprimir às elites locais suas verdades, conquistando-as para os Brasis em que acreditavam e dirigindo-as rumo a suas propostas. Pois, “o indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma [senão de múltiplas] relação de poder que se exerce [que se imprimi, gostaríamos de pontuar] sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças”²²⁰.

Resta-nos ainda a indagação: por que trabalhar com essa chave de leitura? Para quê? Ora, para inventariar as imagens de Brasil que circulavam então por meio das palavras-chave e com suporte de todo o levantamento bibliográfico, com o intuito de imiscuir essas imagens nos discursos construídos através delas. Assim buscaremos, nas próximas páginas observar

²¹⁷ Correio Brasiliense, n. 29, jul. 1822, p. 283-284.

²¹⁸ Conciliador do Maranhão, n. 210, 16 jul. 1823.

²¹⁹ FOUCAULT, M. Ibid., p. 10.

²²⁰ FOUCAULT, M. 2019, p. 256-257.

como a ferramenta periódica contribuiu para a formação e/ou consolidação dessas constelações sociodiscursivas.

3. OS SEMBLANTES DA IMAGEM

Nós somos livres, nosso Rei é livre. Nossas mãos nos libertaram e o Senhor que tal consentir morra, e sendo Rei, não reine sobre nós.²²¹

3.1. Do governo dos livres

Governo e liberdade – temas recorrentes nos jornais que circularam entre 1820 e 1823 – traçam aqui um paralelo que, talvez, pudéssemos já ter divisado pelos dados quantitativos supracitados. Duas palavras caras aos redatores da época, de Joaquim Maria Alves Sinval, no velho Portugal até João Soares Lisboa, no Rio de Janeiro, e também caras a nós, ainda que, por vezes, quando os vemos falando de liberdade à sua maneira bastante hegeliana, o governo que vivificam se esconda detrás das imagens do senhor, do rei, do ato de – o que mais seria, senão governar – reinar. Mas como reinar? Assim encontramos Sinval, “defensor da liberdade de imprensa e do regime liberal”²²² lançando o número inaugural do *Astro da Lusitânia* em 30 de outubro de 1820, exatamente para:

Levantar o espesso véu que tem escondido tantos crimes, tantos erros e tantos absurdos. Vamos, bem o sabemos, desafiar as fúrias todas de muitas classes de muitos homens interessados na existência das nossas antigas e defeituosas instituições, e, que, sepultados no mais torpe egoísmo, não acordam nem ainda com dolorosos gemidos de dois milhões de desgraçados portugueses. Nós sabemos que nos vamos sacrificar no altar da Pátria e da Liberdade mas não será a primeira vez que Portugal tenha visto sacrifícios iguais²²³.

Quais crimes? Quais erros? Quais absurdos? Quais classes de homens estariam interessados nas “antigas e defeituosas instituições portuguesas”? Se Sinval era constitucionalista, colocava-se contra D. João VI? E os sulistas brasileiros romperiam com as Cortes para manter essas instituições consideradas degeneradas? A crítica que ele faz se aplicaria às novas instituições do Brasil independente, sabendo nós, a posteriori, que muitas delas constituíram verdadeira continuidade às antigas, a começar pela dinastia preservada?

Para responder a tais questões é legítimo revisitar as motivações das cortes 3

²²¹ Grito de Almacave, como extraído da Monarchia Lusytana. *Astro da Lusitânia*, n. 1. 30 out. 1820.

²²² FLORES, G. G. B. Op. Cit., p. 35.

²²³ *Astro da Lusitânia*, n. 1. 30 out. 1820.

3. 1. 1. “O primeiro objeto de reforma das Cortes”²²⁴

Dessa época incerta de um 1820, marcado pela Revolução do Porto, que tinha como motivo a regeneração daquele “caráter com que tanto se ilustraram os nossos maiores nos dourados séculos da Monarquia Lusitana”²²⁵, Joaquim Maria Alves Sinval evocava no segundo artigo de seu jornal, intitulado “O primeiro objeto de reforma das Cortes” o primeiro ponto no fio desse conto – que o andarilho tateia, esmiuçando labirinto adentro, remontando à outra época incerta para construir seu argumento. Revolução, contudo, que deve ser entendida aqui não no sentido moderno, de brusco rompimento com o passado, senão de retorno daquele passado glorioso, de uma tradição circular, de uma regeneração; enfim, de um movimento entendido como em tudo semelhante àquele das revoluções astronômicas, capaz de ser concebido através de “uma crença de que a história é ‘feita’ por homens exatamente do mesmo modo que como a natureza é ‘feita’ por Deus”²²⁶.

Sinval tratava, assim, sobre um resumo pormenorizado das desventuras políticas do reino português desde o tempo de Afonso Henriques, o primeiro a ser desvelado, mas importa menos a figura do conquistador lusitano do que aquelas “nobres ideias da Liberdade e a Soberania da Nação” que eram evocadas desde as lendárias Cortes de Lamego, entre 1139 e 1143, frente “a ignorância e a escravidão” que “sopeavam quase todos os povos do Universo”²²⁷. A Nação Portuguesa aparecia nas páginas iniciais do periódico lisboeta, demonstrando a veracidade da conjuração de deputados, ou procuradores, representantes de Portugal na igreja de Santa Maria de Almacave, para proferir as palavras da epígrafe do capítulo, e formar o primeiro pacto social – que Sinval chamará de constituição, ainda que não houvesse documento escrito passível desse nome para representar tal contrato – da monarquia portuguesa, redigindo as leis concernentes à sucessão do trono e à criação da nobreza, além da prerrogativa dos ditos procuradores em estipular os tributos e o montante destinado aos soberanos para a execução da administração pública.

Cantando à Musa da história para evocar o passado em busca de orientação frente aos acontecimentos e às incertezas políticas da época, ao invés de se lançar às incertezas do futuro, Sinval retrocede aos séculos da Baixa Idade Média, para fazer questão de pontuar momentos chave para a compreensão do argumento que construiria ao longo de várias edições

²²⁴ Idem, *ibidem*.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ ARENDT, H. 2016, p. 88.

²²⁷ Idem, *ibidem*.

do jornal²²⁸. Citava exemplos de valentia e virtude panegírica dos portugueses, como quando afirmava ter D. João II (1481-1495) ensinado “a ser Rei aos Reis do mundo”, ou quando alcunhava seu sucessor, o rei D. Manuel I (1495-1521) de “Salomão de Portugal”²²⁹. Diante dos acontecimentos de 1820, Sinval evocava exemplos de uma era de ouro para o, agora, “desgraçado Portugal”, atestando tanto que a decadência do momento era um estado de coisas degenerado que tomou forma lenta e gradualmente quanto a galhardia dos antigos portugueses, servindo de força legitimadora para a ação dos revolucionários e dos futuros congressistas.

Não obstante, o astro de sua pena brilha com mais força e vontade já entrada a Idade Moderna, como quando, no reinado de D. João III (1521-1557) “o amor da Pátria que dantes era o fanal de todos os Portugueses, foi substituído pelo amor do ouro”²³⁰, para não falar na introdução da Ordem dos Jesuítas e dos tribunais da Inquisição em Portugal, instituições que, Sinval adjetivava inicialmente como “os dois mais fatais inimigos da prosperidade pública, e ainda da espécie humana”. Seu punho endurecia então, denunciando o papel dos jesuítas na decrepitude e corrupção do Reino. Degeneração tamanha que levaria mesmo às raias da dominação estrangeira, por ocasião do reinado infeliz de D. Sebastião (1557-1578), jovem manipulado por seus ministros, conselheiros e confessores, como o escrivão Martim Gonçalves da Câmara e o padre Luís Gonçalves da Câmara, jesuítas de uma nobre família dos Açores e evidências, para Sinval, de que grande parte da responsabilidade pela criação inapta de D. Sebastião – quer para reinar, quer para, simplesmente dar continuidade a Casa de Avis e à soberania de Portugal – recairiam sobre a Companhia de Jesus.

O que se seguiu ao sepultamento do rei e do reino nas areias de Alcácer Quibir foi “um longo cativo de 61 anos”²³¹, concretizado através da União Ibérica (1580-1640). E mesmo após romper com “os horrores de uma tirania sistemática”²³² do domínio espanhol, Portugal viu-se ainda às voltas com as mazelas do despotismo.

Ainda que a Nação Portuguesa estivesse nessa época bem inteirada dos seus poderes e da origem do poder dos Reis, como largamente mostraremos no seu lugar competente, contudo nas Cortes que então se fizeram nada se reformou na antiga

²²⁸ Como acontecia com frequência naquela época, Sinval (e outros redatores como o padre Tezinho e João Soares Lisboa) dividiam suas extensas argumentações em mais de uma edição, de modo que um mesmo artigo, como o “Primeiro objeto de reforma das Cortes”, podia estender-se por várias edições. No caso desse artigo, podemos encontra-lo disperso pelas edições 1, 3 e 5, dos dias 30 de outubro, 4 e 8 de novembro de 1820, respectivamente.

²²⁹ Idem *ibidem*.

²³⁰ Idem, *ibidem*.

²³¹ Idem, *ibidem*.

²³² Idem, *ibidem*.

Constituição, nada se acrescentou; a teoria da divisão dos poderes soberanos que era ignorada em Portugal, quando já então fazia a base do poder Colossal a que depois chegou a Grã-Bretanha, e como senão havia de ignorar-se a Inquisição e os Jesuítas antes, no tempo dos Filipes, tinham dado cabo de quantos bons livros havia, e de quantos homens literários e sabedores tinha Portugal²³³.

Já nos tempos de D. Pedro II, o Pacífico (1683-1706), se manifestava na forma de todo tipo de arbitrariedades e despesas frugais, em detrimento daquelas necessárias à manutenção do órgão que, se outrora teve brio de enfrentar a Coroa em uma “luta bem sensível²³⁴” para resguardar suas prerrogativas privativas, como nos tempos de D. Afonso V (1438-1481), desde João III afigurava-se cada vez mais cerimonial e legitimador do poder régio, chegando a se decretar que fossem convocadas apenas no intervalo de dez anos, em contraste com as convocações teoricamente anuais determinadas no século XIV²³⁵. A solução foi pela extinção das Cortes, que após 1698 não mais se reuniram até a convocação feita por D. Miguel, em 1828. Como efeito “a vontade dos Povos não foi mais ouvida, nem consultada”, posto que o objetivo final “era extinguir essa tal, ou qual representação nacional”²³⁶. Uma observação retrospectiva, contudo, mostrará que tal instituição – as Cortes – não possuía uma periodicidade permanente, tampouco local fixo para sua realização, sendo convocadas pela vontade régia em determinadas ocasiões. E se Sinval acerta ao atribuir-lhes a tarefa de regular os impostos, falha em ver que conforme o Império colonial português se expandia comercialmente, a Coroa ficava cada vez menos dependente dos subsídios determinados pelas Cortes, que “progressivamente caíram em desuso”²³⁷, vindo a ser convocadas por João III apenas três vezes ao longo de um reinado de 36 anos, ao passo que João I, em 48 anos de governo, as teria convocado pelo menos 22 vezes. “Em consequência, o governo passava insensivelmente para o absolutismo”, escreve Manuel Antônio Coelho da Rocha.

Os Reis prestavam sempre no ato da aclamação o juramento de manter os foros e liberdades da nação. Seguindo a prática antiga, reunia as Cortes para reconhecer o sucessor da Coroa e, algumas vezes, para conceder subsídios, ou autorizar as leis, mas tudo isso se fazia como coisa de tarifa²³⁸.

²³³ Idem, *ibidem*.

²³⁴ ROCHA, M. A. C. da. *Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal para servir de introdução ao estudo do direito pátrio*. 1896, p. 102.

²³⁵ Algumas dessas informações podem ser encontradas no *Astro da Lusitânia*, n. 1. out. 1820. Não obstante, são também ampliadas e corroboradas por Rocha em seu “Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal”, *Loc. Cit.*, tendo recorrido ao suporte historiográfico das “Memórias para a história e teoria das Cortes Gerais”, 1827, do segundo Visconde de Santarém, que se valeu de arquivos preservados na Torre do Tombo para validar seus argumentos.

²³⁶ Idem, *ibidem*.

²³⁷ ROCHA, M. A. C. da. *Op. Cit.*, p. 101.

²³⁸ ROCHA, M. A. C. da. *Op. Cit.*, p. 102.

E não apenas em Portugal a degeneração política do despotismo criava raízes, como apregoador por Sinval e como parecia em voga também nos demais veículos de opinião da época, ou do absolutismo, como referenciado por Coelho da Rocha. De fato, a primeira edição do *Astro* identifica sua consolidação em Portugal durante o reinado de D. José (1750-1777), mais especificamente sob a administração pombalina, que teria importado da França²³⁹, o dogma da origem divina do poder dos reis²⁴⁰, “mandado crer como artigo de fé pelo Marques de Pombal aos Lentes da Universidade de Coimbra”²⁴¹. Um dogma, nas palavras do redator, “tão contrário ao Direito Natural e Público como aos interesses da aflita Humanidade”²⁴². Tão pernicioso era o Despotismo que Itália e Grécia, outrora “assento de Musas e Graças”, “donde saíram as inumeráveis legiões que avassalaram o mundo inteiro” encontravam-se à altura que Sinval cingia a pena incultas e despovoadas, com tantas províncias “estéreis” e apresentando “aos olhos do viajante espantado, tantos desertos [...] onde apenas se veem errar alguns espectros com figura humana”²⁴³ respectivamente.

Destarte, o Despotismo formulado no discurso do *Astro da Lusitânia* não é sequer um conceito de mau governo, estando mais para antinomia de qualquer governo, como encarnação de um tipo hedonista de desordem, de uma anarquia tirânica, um governo negativo. “Um poder insensato, que contente em satisfazer os seus extravagantes e desordenados apetites do presente dia, não tem a prudência de olhar para o futuro”. Um poder e uma autoridade que estariam “continuamente em guerra com a Razão, Direitos, Liberdade e bem ser do seu Povo”. Uma autoridade, por fim, “fundada sobre a violência e miséria pública”, ao contrário da autoridade legítima, baseada nos princípios da “felicidade pública e consentimento dos Povos”. Prossegue o jornalista:

Deste modo, *o Despotismo* não pode ser reputado como uma forma de Governo: carece de todas as formas, ele é o aniquilamento de todas as regras. Não pode ser legal, porque é unicamente fundado sobre o Capricho: é contrário às Leis da Natureza que sempre são conformes com a Justiça: é contrário às Leis Civis, que não podem derogar as da Natureza: *é contrário às Leis fundamentais de um Estado,*

²³⁹ Segundo Peter Burke em *A Fabricação do Rei*, os reis tomavam “o lugar de Deus, como foi assinalado pelo pregador da corte Jacques-Bénigne Bossuet e outros teóricos políticos. Os soberanos eram ‘imagens vivas’ de Deus, ‘os representantes da majestade divina’”. 2009, p. 21.

²⁴⁰ Mais à frente, no n. 2, de 1 nov. 1820, o mesmo periódico dava a entender que “com o especioso pretexto e abater o poder indireto do papa, ele [Pombal] fez ensinar e até jurar, como dogma, que o poder do Reis vem imediatamente de Deus”.

²⁴¹ *Astro da Lusitânia*, n. 1, 30 out. 1820.

²⁴² *Astro da Lusitânia*, n. 7. 13 nov. 1820.

²⁴³ *Astro da Lusitânia*, n. 4. 6 nov. 1820.

que sempre devem ter por principal objeto a boa administração do mesmo²⁴⁴ [grifos nossos].

Se o despotismo é contrário às leis fundamentais do estado, como escreveu o autor, é preciso, pois atentar para a definição de Estado, antes que se possa prosseguir. Não tão explícita quanto a sua contraparte despótica, por vezes esse Estado positivo parece corresponder, no discurso do *Astro* – e, ao menos em parte –, à própria sociedade civil, quando como Sinval diz que “o Despotismo é também essencialmente contrário à natureza do homem, e ao fim da Sociedade”, em um enunciado talvez mais explicitamente carregado de contratualismo, a fim de justificar suas construções ideológicas e retóricas marcadamente influenciadas por Locke, Montesquieu e Rousseau, entre outros. Assim, o Despotismo aparecia como o inverso da moeda política. E se este era um poder, de fato, execrável, muitas de suas atribuições talvez tivessem sido melhor combatidas se a sociedade de então não tivesse deliberadamente repugnado seus apetites em favor da resplandecência do verso ascético e estritamente racionalista do pensamento metafísico então em voga.

“Se por ventura naquela 1ª Constituição” – aquele primeiro pacto social não escrito selado entre Afonso Henriques e os procuradores do Reino em Almacave²⁴⁵ – indaga o reluzente *Astro*, “se houvesse instituído uma verdadeira Representação Nacional, teriam nossos maiores visto esses horrores praticados em Portugal?”²⁴⁶. Entretanto, todas essas fontes - com exceção da *Monarquia Lusitana* - utilizada por Sinval, datam do século XIX e nos deixam com uma estranha sensação de possível anacronismo quando carregam seu texto de conceitos contemporâneos, transportando ideais iluministas para um passado mais longínquo, do qual pouca, senão nenhuma informação concreta chegou até nós e/ou acomodando essas noções e conceitos inovadores à realidade histórico-social local. Por exemplo, ele parece entender as cortes antigas nos termos de uma assembleia legislativa ao gosto dos modernos ao mesmo tempo em que, impinge ao constitucionalismo português elementos do direito público de Portugal no Antigo Regime. E, ao que tudo indica, ele não estava sozinho, ainda que nos pareça um dos membros mais radicais dessa tradição.

²⁴⁴ Idem, ibidem.

²⁴⁵ Muito provavelmente ao dizer que data deste momento a primeira constituição de Portugal, Joaquim Maria Alves Sinval, deveria estar pensando no contratualismo inglês que, em Antônio Manuel Hespanha, caracteriza-se por “um pacto entre o rei e o reino”. Cf. HESPANHA, A. M. O constitucionalismo monárquico português: breve síntese. In: **História Constitucional**. n. 13, 2012, p. 8.

²⁴⁶ *Astro da Lusitânia*, n. 6. 11 nov. 1820.

Anacronismo não deve ser entendido aqui como algo necessariamente ruim, nem bom. Quer simpatizemos ou não com as discussões concernentes ao termo é impossível ignorar o trabalho de seleção e obliteração do passado em prol da construção, da invenção, da concepção de determinada ordem nacional, ou conceitual se assim preferirem, mas também temporal, como salienta Reinhart Koselleck²⁴⁷. Assim, a fim de influir sobre o debate “tradição *versus* inovação” concernente em primeiro lugar, à “junta preparatória”²⁴⁸ das Cortes; se deveriam ser convocadas pela “Cartilha velha, desenterrada dentre os pulverulentos pergaminhos da Torre do Tombo, se pelos princípios dos Direitos do homem, reconhecidos por todas as Nações Livres”; mas também (e como a parte final da citação implica) entre as experiências prévias do Reino no trato do elemento popular e as expectativas para o futuro. Mesmo assim, a matéria escolhida por Sinval para conceber esse futuro calcava-se, então, em outra perspectiva da tradição, em uma nova construção do passado; enfim, numa regeneração discursiva da realidade política. Mas qual era essa realidade política?

Era, afinal, 1820; não 1143, ou 1640. E da mesma forma que isso implicava ainda a aceitação das Cortes de Lamego e do Milagre de Ourique como acontecimentos concretos pela historiografia portuguesa, também deixa antever a formação e a seleção de um determinado passado, com objetivos políticos evidentes e que, neste caso, referiam-se à legitimação do movimento revolucionário iniciado em 24 de agosto daquele ano, na cidade do Porto e de seus ideais liberais e democráticos manifestados, por ocasião do lançamento do *Astro*, na convocação das eleições para deputados em Cortes. Para sustentar essa edificação, o redator lançava mão de teorias contratualistas estrangeiras e, como vimos, abusa do jusnaturalismo ao defender esse mesmo movimento e seus ideais, criticando e condenando de maneira vigorosa e causticante toda forma de despotismo como força essencialmente negativa, como a sombra do estado de natureza. Segundo Norberto Bobbio:

O estado de natureza era uma mera ficção doutrinária, que devia servir para justificar, como direitos inerentes à própria natureza do homem (e, como tais, invioláveis por parte dos detentores do poder público, inalienáveis pelos seus próprios titulares e imprescritíveis por mais longa que fosse a duração de sua violação ou alienação), exigências de liberdade provenientes dos que lutavam contra o dogmatismo das Igrejas e contra o autoritarismo dos Estados²⁴⁹.

²⁴⁷ KOSSELECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 325.

²⁴⁸ Termo utilizado para se referir aos preparativos que então se tomavam, concernentes à convocação de cortes em Portugal. SANTARÉM, V. de. Memórias para a história e teoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão pelos três Estados do Reino ordenadas e compostas neste ano de 1824, 1827, p. 12.

²⁴⁹ BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004, p. 36.

Contudo, Sinval servia-se também de argumentos de intelectuais portugueses, como Antônio Vieira e Francisco Velasco Gouveia e Manuel de Faria e Sousa, todos expoentes da geração nascida imediatamente após o estabelecimento da União Ibérica (1580-1640) e que, como atores política e intelectualmente engajados na empresa da Restauração, empreenderam diversos esforços teórico-conceituais para defender o “tão grande Direito que têm os Povos para se manterem em sua antiga Liberdade”, justificando então qualquer ação desses mesmos povos em relação a destituição de seu Rei, “caso que os oprima com tributos demasiadamente ou se mostre descuidado, ou incapaz para o governo de seus Reinos”. Citando ainda o segundo – clérigo, filósofo e orador da Companhia de Jesus, nascido em 1608 – Joaquim Sinval escrevia que

Não é maior o poder dos Reis para condenarem por traidores os Vassallos que no prometido e jurado faltaram, que nos *mesmos povos para lhes negarem obediência e os excluïrem quando os Reis lhes faltam com a palavra dada*, e quebrantam o juramento da sua promessa. Está nos povos a eleição e criação dos seus Reis, e nela contratam com eles haverem-nos de administrar em sua conservação e utilidade. Donde todas as vezes que os Reis lhe faltam no que lhes prometeram de os defender e conservar, os podem mover e negar-lhes a obediência. Das injustiças nasce a Tirania, não para estar ociosa, mas para obrar mais injustiças. E é assim que os autores a dividem quando a definem: a 1ª se dá quando se ocupa um Reino com violência contra as Leis: a 2ª *quando o Rei governa contra as mesmas Leis* [grifos no original].

O poder dos Reis para condenarem vassallos traidores era, segundo esses autores, de igual monta ao poder que os povos teriam para desobedecerem ao mesmo Rei em caso de desonestidade do mesmo. Desonestidade, sobretudo, para com sua principal incumbência sob o prisma do direito público medieval: defender o povo e conservar sua felicidade, cabendo, portanto, e naturalmente, ao povo – ou a seus representantes – zelar pelo cumprimento das leis fundamentais, quando não reformando e ampliando-as a partir da acepção vintista. Tudo isso Sinval escrevia para expor – ainda no contexto do debate político liberal do vintismo²⁵⁰ – que, por ocasião das Cortes de 1641, os próprios procuradores, em uma reviravolta momentânea daquele desuso dessa instituição do qual falamos acima, teriam afirmado:

Porquanto, conforme as regras do Direito Natural e Humano, ainda que os Reinos transferissem nos Reis todo o seu poder e império para os governar, foi debaixo de uma tácita condição de os regerem e mandarem com justiça, sem tirania. E tanto que no modo de governar usarem delas, *podem os Povos priva-los aos Reinos em sua legítima e natural defesa e nunca nestes casos foram vistos obrigar-se, nem o vínculo do juramento estender-se a eles* [grifos no original]²⁵¹.

²⁵⁰ HESPANHA, A. M. 2012, p. 489.

²⁵¹ Astro da Lusitânia, n. 7. 13 nov. 1820.

Se a liberdade, em todas as suas acepções – de consciência e credo até a de propriedade – é um direito essencial do homem e se” o homem, como ser físico, é, assim como os outros corpos, governado por leis invariáveis”²⁵², logo a liberdade é, também, uma lei invariável e, portanto, um direito inalienável do homem, justificando assim toda e qualquer ação que este tome em prol de garantir, ampliar ou restaurar esse seu direito. Um discurso, enfim, polvilhado de valores doutrinários e exemplos do passado justificadores da ação revolucionária no presente. Em seu *Constitucionalismo monárquico português*, Antônio Manuel Hespanha dá a entender que o posicionamento teórico e ideológico que vemos Sinal apresentar no *Astro* era, na verdade a regra entre os constitucionalistas lusitanos do vintismo. Mesmo os constituintes, como o deputado pela província da Estremadura, Bento Pereira do Carmo, pareciam empenhados em demonstrar que as Bases promulgadas em março de 1821, eram fruto “mais da reflexão sobre o antigo direito público português, do que sobre teorias políticas modernas”²⁵³. E, de fato, o próprio preâmbulo da Constituição Portuguesa de 1822 explicita isso ao afirmar que “as desgraças públicas, que tanto a tem oprimido [a Nação Portuguesa] e ainda oprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia”²⁵⁴.

3. 1. 2. “Assomou no brilhante e vasto horizonte do Brasil o Sol da Liberdade”²⁵⁵

Não faço mais que renovar ideias, que v. m., com mais energia do que eu, já patenteou. Que fará um voto demais! Nada certamente. Porém eu tenho o gosto de falar em favor de meus compatriotas, assim como esse que fez o mesmo a respeito do Brasil, sua Pátria.²⁵⁶

Poucos meses após a criação da Imprensa Régia no Brasil, em 1808, a história do periodismo brasileiro ganhava contornos um pouco mais bem definidos no formato dos jornais

²⁵² MONTESQUIEU, C de S, B de. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 23.

²⁵³ HESPANHA, A. M. Op. Cit., p. 482.

²⁵⁴ Ibid., p. 488.

²⁵⁵ Conciliador do Maranhão, n. 2. 19 abr. 1821.

²⁵⁶ Correspondência assinada por “Um Insular” a respeito da representação dos arquipélagos de Madeira e Açores nas Cortes de Lisboa seguindo o exemplo de um brasileiro residente em Portugal à época. *Astro da Lusitânia*, n. 47, 15 jan. 1821.

O Correio Brasiliense e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ao mesmo tempo, e dadas as circunstâncias políticas, sociais e econômicas de então, começava a ganhar forma o que chamar-se-á de agora em diante por Brasil-ideia; noção inspirada àquela de Portugal-ideia, concebida pelo erudito lusitano Agostinho da Silva e retomada pelo historiador Amon Pinho, em artigo intitulado: *Quinto Império, messianismos: Padre Antônio Vieira e a cultura popular luso-afro-brasileira*, onde se lê.

Para Vieira, Portugal passou a ser não propriamente um determinado país [...], mas sim uma ideia a difundir pelo mundo. Dizer-se Portugal é, para Vieira, dizer-se não aos graus de longitude e latitude, que ficam entre tal e tal ponto da carta, mas o Reino da irmandade, de compreensão, de cooperação que se devia estender pelo universo como preparação necessária para um futuro Reino de Deus²⁵⁷.

Nesse caso específico, Brasil-ideia tomaria inúmeras formas embrionárias no seio da imprensa emergente e antes mesmo do Brasil vir a ser um corpo político independente, como aponta o discurso de um “novo Império do Brasil²⁵⁸” passível de ser encontrado, inclusive, como título do artigo principal na sessão *Miscellanea* na edição inaugural do *Correio Braziliense*²⁵⁹, datada de junho de 1808, e cujas raízes epistemológicas podem ser rastreadas ao milenarismo português de nomes como o supracitado padre e sua imagem de um Quinto Império. Um Império, nas palavras de seu redator (Hipólito da Costa), com a missão civilizatória de “se apossar daquela parte das colônias espanholas que lhe ficarem ao alcance da força”²⁶⁰, uma vez que o “déspota da França” havia prostrado os governos da Europa – principalmente o de Madrid – e “abalado até aos fundamentos a antiga ordem”²⁶¹. Enfim, um *Império* representado aqui por aquela porção americana da monarquia lusitana que, com a transferência da administração metropolitana para o Rio de Janeiro, passaria a ser vitrine de ideias – algumas das quais viriam à luz do mundo material quando as circunstâncias políticas permitissem – e palco das grandes mudanças que transcorreriam ao longo de todo o Oitocentos.

Destarte, se para os “portugueses europeus” o movimento principiado no Porto foi compreendido como as novidades “não novas por novas, senão novas por antiquíssimas”²⁶²

²⁵⁷ SILVA, A. da. apud PINHO, A. 2017. p. 124.

²⁵⁸ Esse termo pode ser visto na imprensa desde o primeiro número do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, ainda que Hipólito, aparentemente, imaginasse este tal Império abarcando a “Nação Portuguesa”, igualmente citada por ele nesta edição. (CORREIO BRAZILIENSE, 1808, p. 4).

²⁵⁹ *Correio Braziliense*, n. 1. jun-1808, p. 57.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 61.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² VIEIRA, A. **História do Futuro e voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Bahia**. São Paulo: Edições Loyola. 2015, p. 166.

do padre Antônio Vieira, para alguns “portugueses do Brasil” – sobretudo das províncias adjacentes ao Rio de Janeiro – o movimento constituinte trazia em seu bojo um outro sentido histórico, um risco ao presente e ao futuro de um projeto que se delineava como possível através de determinadas manutenções da ordem, como, por exemplo, a permanência da Coroa em solo americano, centralizando a direção dos negócios públicos, bem como dos sentidos de uma nação imberbe. Ainda assim, outras regiões periféricas apresentavam e apresentariam suas próprias interpretações dos fatos, às vezes mais coadunantes como aquelas do Portugal velho, configurando o embate entre dois projetos políticos com sentidos históricos distintos, ainda que carregados de nuances e não de todo apartados a princípio.

3. 1. 3. Ourique outra vez.

Ao contrário da construção das nações tal como as conhecemos hoje, e que é fruto dos últimos duzentos anos, a imagem da pátria é muito mais recuada no tempo e bem distribuída no espaço, como o discurso do *Astro* nos dá a entender em suas primeiras edições. Nisto ele é acompanhado também pelo *Conciliador do Maranhão* com uma curiosa imagem relacional: a da batalha de Ourique.

Reproduzindo a proclamação do Major da Cavalaria Rodrigo Pinto Pizarro sobre os efeitos da Revolução do Porto nas províncias brasileiras do Reino Unido, o padre Tezinho escrevia no primeiro número do periódico maranhense:

Soldados do Maranhão = o amor da Pátria, soldados, e a valentia, não se manifesta só na Guerra, derrotando batalhões inimigos; também na paz há heróis, também se colhem louros. Despedaçar os ferros do despotismo, dar liberdade à pátria agrilhoadada, eis a façanha gloriosa para que altamente vos convidam os vossos irmãos, e camaradas do antigo, e novo mundo. As águas do Amazonas e as ondas do Recôncavo lavaram para sempre o ferrete da escravidão. O Pará, a Bahia, e Pernambuco já vos mostraram o caminho da honra, da virtude e da glória: sigamos lhes o trilho do heroísmo! Soldados: no campo de Ourique foi aclamado o primeiro do nossos Reis, seja aclamada n’outro campo de Ourique a primeira Constituição do Brasil. Eia, soldados! Tenha Portugal, tenha o Brasil uma só bandeira, uma só divisa = lealdade, amor e vivas ao nosso muito amado Rei, o Sr. D. João VI, e toda a sua real dinastia: Viva a Pátria e Viva a Constituição!²⁶³

Se, como propõe Michel Foucault, tentar decifrar as transformações do discurso “por meio de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações poder”²⁶⁴, podemos explorar a dimensão espacial expressada pelo major Pizarro em toda sua potencialidade

²⁶³ Conciliador do Maranhão, n. 1. 15 abr. 1821.

²⁶⁴ FOUCAULT, M. 2019, p. 252.

criativa; em toda sua vontade de agremiar-se às “águas do Amazonas e as ondas do Recôncavo” além de outras províncias, como Pará e Pernambuco – curiosamente, todas do Norte - para lavar “para sempre o ferrete da escravidão”. Esses são os contornos espaciais dos interesses do Brasil ligados aos do Portugal continental que ele enuncia pela evocação das antigas glórias portuguesas, no intuito de as regenerar e reatualizar através da ação política no momento em questão. Tratava-se, portanto, de uma concepção tão carregada de tempo histórico que chegava a mesclar e dilatar as espacialidades relevantes ao seu discurso, transpondo ao Brasil – mais especificamente ao Maranhão, além do Pará, de Pernambuco e da Bahia – um topos importante para a história de Portugal, atualizando-o quase como um Imenso Portugal, como diria Evaldo Cabral de Mello²⁶⁵. Este era o Brasil que Pizarro, Tezinho, Antônio Marques e Bernardo da Silveira deviam imaginar como partícipe de Portugal. Nesse sentido, é interessante como o próprio *Astro* também indica uma atenção – e quiçá uma consideração – maior de Portugal para com o Norte do que hoje chamamos Brasil. Afinal:

Se das Ilhas passarmos ao Brasil, nós encontraremos o mesmo aferro e o mesmo interesse pela Causa da Metrópole; seus habitantes choravam também conosco a Liberdade cativa [em referência à União Ibérica] e também seguiram as partes de Bragança quando nós as proclamamos. As necessidades do Estado obrigaram o Senhor D. João IV a ceder à Holanda, pelo Tratado de Haia, a Capitania de Pernambuco, da qual os holandeses se tinham quase inteiramente apoderado. Seus habitantes, porém, conhecendo a causa da cessão e lembrados dos grandes danos que dela resultavam ao Estado, decidiram continuar a guerra que tão felizmente concluíram com a total expulsão dos holandeses e os nomes de Vieira, Henrique Dias e Camarão serão lidos com respeito e admiração por todos os amigos do Rei e da Pátria²⁶⁶.

A maior prova de heroísmo e de patriotismo que os militares portugueses – quer europeus ou americanos – podiam dar naquele momento era “despedaçar os ferros do despotismo” e “dar liberdade à pátria agrilhoada”. Era, afinal, abril de 1821. O movimento inicial no Porto já havia rebentado há quase oito meses e os primeiros ecos ouvidos no Novo Mundo datavam de janeiro daquele ano, fazendo com que o Major pronunciasse aquelas palavras eletrizado não apenas pelos desdobramentos de tão valente ato, mas também pela urgência que o momento parecia implicar. Urgência semelhante àquela que antecede uma batalha real, evocando o mito fundacional da identidade portuguesa: a milagrosa batalha de Ourique. E não sem motivo, afinal, o quartel em que se encontravam levava o mesmo nome, representando um novo marco geográfico na história pátria. O momento de aclamar a

²⁶⁵ MELLO, E. C. **Um imenso Portugal**. São Paulo: Editora 34. 2002.

²⁶⁶ *Astro da Lusitânia*, n. 19, 7 dez. 1820.

primeira constituição de Portugal, assim como naquela batalha teria sido aclamado o primeiro dos reis portugueses.

De acordo com Hobsbawm “é inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras”²⁶⁷ e ainda que o historiador britânico categorize esses fenômenos, em parte, como mentiras preferimos olhar por detrás das aparências, onde jaz a vontade de verdade inexpressiva, porém latente, potencializando a capacidade inventiva dos imaginários. Com relação a isso, o próprio Jung nos traz uma contribuição muito feliz, ao descrever que:

É comum supor que numa ocasião qualquer da época pré-histórica as ideias mitológicas fundamentais foram ‘inventadas’ por algum sábio e velho filósofo ou profeta e então, depois disso, ‘acreditadas’ por um povo crédulo e pouco crítico. Diz se também que histórias contadas por algum sacerdote ávido de poder não são ‘verdades’, mas simples ‘racionalizações de desejos’. Entretanto, a própria palavra ‘inventar’ deriva do latim *invenire* e significa ‘encontrar’ e, portanto, encontrar ‘procurando’²⁶⁸.

E se, como pretende Walter Benjamin e teóricos das mais diversas searas do saber, o tempo “absoluto” – *illud tempus* – caracteriza-se pela atualização ressignificante no instante presente o leitor há de nos perdoar por dizer que a história narrada a seguir inicia-se em dois tempos cronologicamente distintos, mas atualizados no instante da narração. De fato, mesmo o instante com o qual jogamos brinca conosco, como partícula fugidia, astuta, para não dizer trapaceira perante àqueles que a reconhecem num dos lampejos dessa *creatio continua* – bem como àquele “salto do tigre para o passado”²⁶⁹ como anacrônica invenção, artificialmente forjada apenas para legitimar interesses políticos e ideológicos. E não é que neguemos tudo isso. Antes, compartilhamos tal visão, apenas com algumas nuances teóricas no que toca à suposta artificialidade de um caso em específico; a saber, aquele que chamaremos doravante de tempo luso-brasileiro.

Nesse sentido, teceremos uma breve reflexão apoiada na transdisciplinaridade que das filosofias da história e das teorias da memória percorra também o trajeto antropológico das estruturas do imaginário e da psicologia analítica para encetar uma maior compreensão da mitologia heroica e patriarcal presentes na narrativa do milagre de Ourique e de sua atualização maranhense por ocasião do vintismo luso-brasileiro. Tais mitologemas, ou

²⁶⁷ HOBSBAWM, E. 2016, p. 370.

²⁶⁸ JUNG, C. G. (Org.). **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016, p. 98-99.

²⁶⁹ BENJAMIN, W. 2019., p. 18.

imagens primordiais – em suma, arquétipos, que na definição de Carl Gustav Jung nada mais seriam que “imagens integralmente ligadas ao indivíduo através de uma verdadeira ponte de emoções”²⁷⁰ cujas implicações ainda se fazem sentir em nossa coletividade contemporânea.

Cabe ao historiador, quando peregrina pelos reinos da memória, do imaginário e de todos os fenômenos que a perpassam, atentar para a estrutura espiralada do tempo que Maffesoli descreve como “ciclo de renovação dos valores”²⁷¹ presentes na história e que abarcam em si não apenas valores cognitivos, mas também sensíveis, e geral catapultados aos campos luminosos da consciência por imagens-lembrança condensadas de emocional que é o ponto de partida para uma compreensão de nossos motivos coletivos às mais das vezes inconscientes, mas não por isso neutros de impacto em nossa realidade material e objetiva. Partimos portando da percepção no presente da fonte analisada, do padre Tezinho e do major Pizarro, desse “movimento instituinte que torna irrelevante a concepção de um presente que não seja [...] carregado de memória”²⁷²; de um movimento que desenha “planos diferentes de consciência”²⁷³ – consciência essa radical e criativamente próxima da intuição na acepção bergsoniana – e buscamos justapor momentos prenhes de significação, uma vez que vivenciamos nós mesmos um período que, além de toda a crise – material, mas também geracional e, porque não, existencial – traz consigo uma densidade simbólica muitas vezes difícil de discernir em meio a tanto, e tão profícuo, caos. Assim encontramos-nos neste promontório do presente, encarando o horizonte crepuscular do porvir, prontos para mergulhar nas turvas profundezas dos mares passados. Conosco levamos nossa bagagem cultural e é, e última instância, com essa aporte cognitivo-sensível que encaminhamos nossa consciência analista num redemoinho que, com sorte, levar-nos-á aos sedimentos assentados no mais profundo abismo da temática à qual nos propomos.

Partindo, enfim, do momento em que a proclamação é reproduzida no *Conciliador* onde a própria memória, no dizer de Jacy Seixas “evoca as percepções passadas análogas à percepção presente”²⁷⁴ e cuja marca recente é a ascensão de fantasmas que há muito julgávamos esconjurados de nosso convívio coletivo – a saber o fanatismo obscurantista, o

²⁷⁰ JUNG, C. G. 2016, p. 122.

²⁷¹ MAFFESOLI, MICHEL. **Iniciação, arquétipos e Pós-modernidade**. In: BOECHAT, W. (org.). *A Alma Brasileira: luzes e sombras*. 2014, p. 19.

²⁷² SEIXAS, J. A. **Os campos (in)elásticos da memória**: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. S.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (org.). *Razão e paixão na política*. 2002, p. 63.

²⁷³ SEIXAS, J. A. **Os tempos da memória**: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? 2002, p. 45.

²⁷⁴ SEIXAS, J. A. **Os campos (in)elásticos da memória**., p. 65.

extremismo político-ideológico – não podemos nos esquivar a uma contemplação mais detida e aprofundada desses fenômenos, ainda que a experiência cotidiana nos repila quase que naturalmente face as últimas notícias. Contudo, apontamos não apenas o momento atual como lugar temporal onde se sobrepõem figuras e narrativas de um passado pretensamente heroico, viril e vertical; que nos endereça a uma “sociedade colonial fisiologicamente patriarcal, etnocentrista, cuja *Anima* se encontra ferozmente recalcada nas profundezas da sua psique coletiva”²⁷⁵. Apontamos também para figuras e comportamentos contemporâneos, de modo que a trama bordada no tecido da realidade se condensa e o princípio democrático nos leva a problematizar o fato de uma parcela expressiva de nossa população escolher comprar determinada narrativa, acreditando em determinadas imagens e em toda a carga arquetípica que as acompanha, caracterizando e atualizando aquelas mesmas imagens construídas do passado.

Em termos estritamente cronológicos duzentos anos separam o momento presente do segundo ponto em nossa busca interconectada às fontes. Qualquer pessoa que se dirija a São Luís do Maranhão hoje, encontrará, em suas andanças, um monumento curioso, conhecido como “Pedra da Memória”. Datada de 1841, a escultura piramidal foi encomendada à época para celebrar a maioridade de D. Pedro II, este rei “autoctone” que desde seu nascimento, em 1825, “foi saudado não só como o primeiro rei ‘genuinamente brasileiro’, mas como um pequeno D. Sebastião, que resumia as esperanças da jovem nação”, escreve Lilia Schwarcz. “Entre cosmologias cruzadas, a mítica portuguesa tornava-se um tema brasileiro”²⁷⁶. Assim, o obelisco permaneceria até 1940 em uma área que, como o imperador da pedra, atualizava a memória de matriz lusitana referente ao mito da fundação nacional deste lado do Atlântico: o campo de Ourique.

Aqueles afeitos à história do medievo português certamente podem ter tido suas atenções despertadas perante referência tão icônica. Não obstante, o campo de Ourique de que falamos encontrava-se adjacente ao Quartel Militar do 5º Batalhão de Infantaria estacionado na capital maranhense desde o último decênio dos setecentos e que, a 6 de abril de 1821, protagonizou a adesão daquele corpo aos princípios constitucionais pregados pelos liberais do velho Portugal que se reuniam nas Cortes para deliberar o futuro da transcontinental nação portuguesa.

²⁷⁵ ARAÚJO, A. F.; CHAVES I. M. Op. Cit. 2014, p. 57.

²⁷⁶ SCHWARCZ, L. M.. 1998, p. 289.

Aquelas palavras energéticas proferidas por Pizarro, provável autor da ode que figura à epígrafe e um dos principais articuladores do movimento liberal de São Luís naquele momento, e dirigidas aos soldados, visavam inflamar os ânimos à ação concreta através da vinculação de imagens e afetos que os representasse como membros de um mesmo corpo político, ainda que todo um oceano os distanciasse. Um dos principais, mas não o único, tendo em vista que poucos dias após a proclamação de Pizarro, e ainda no clima politicamente incerto, o Teatro da Cidade serviu também de instrumento ideológico, na encenação da “sugestiva” peça intitulada: Aclamação de D. Afonso I, Rei de Portugal, no Campo de Ourique de que nos dão conta Marcelo Cheche Galves²⁷⁷, além de figurar na edição de número 6 do *Conciliador*, dando a entender que o “espetáculo gratuito e franco”²⁷⁸ teve lugar no dia 13 de abril de 1821.

Nas palavras do padre José Antônio da Cruz Tezo ao jornal *Conciliador do Maranhão*, tais gestos deveriam

animar ainda as cinzas venerandas do Fundador da Monarquia Portuguesa; pois sete séculos depois da sua vida gloriosa ainda seus heroicos filhos clamavam, num campo ao seu nome consagrado, fidelidade ao nosso Augusto Rei, o Sr. D. João VI, seu Ilustre Sucessor, às mesmas Quinas por quem vencera e aquela Constituição que lhe ofertou a Coroa; mas onde dura ainda o padrão da Liberdade: *nos libere sumus* [grifo no original]²⁷⁹.

E, a 24 de maio de 1823, já consumada a “independência do Rio de Janeiro”²⁸⁰ o padre Tezinho escrevia, animando os maranhenses que se batiam pela união à Portugal, contra “o espírito de facção e discórdia”²⁸¹ que, em idos de outubro do ano anterior, não era de todo estranho naquela província, sobretudo perante o avanço da “fatal mania da Independência Brasiliense”²⁸²:

Às armas, maranhenses! Às armas seguindo intrépidos o adorável pavilhão constitucional, onde está gravado o símbolo mais Santo e Augusto da nossa Religião; esse Escudo Sagrado que o próprio Deus das Vitórias ofertou ao Grande Afonso I. Onde está esculpido o nome adorável do nosso Liberal, Poderoso e muito amado primeiro Rei Constitucional, o Senhor D. João VI! Onde, finalmente, está escrito com caracteres indeléveis o primeiro Direito, o primeiro Bem Nacional; a Liberdade!
Maranhenses, às Armas! CONSTITUIÇÃO ou MORTE [grifo no original].
Concebei, gravai, proferi firmemente estas palavras terríveis para os vossos

²⁷⁷ GALVES, M. C. **Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823)**. In: Revista Outros Tempos, vol. 8, n. 12. dez. 2011.

²⁷⁸ *Conciliador do Maranhão*, n. 6. 3 mar. 1821.

²⁷⁹ *Ibid.* Op. Cit. .

²⁸⁰ *Conciliador do Maranhão*, n. 193. 27 mai. 1823.

²⁸¹ *Conciliador do Maranhão*, n. 148. 11 dez. 1822.

²⁸² *Conciliador do Maranhão*, n. 186. 23 abr. 1823.

inimigos: jurai vencer ou morrer, e a Vitória é vossa, porque jamais foi vencido quem perante Deus e a Pátria profere um tal juramento, trivial ao caráter Português: nossos ilustres avós o proferiram no Campo de Ourique, nas margens do Indo e do Ganges; nas raías de Portugal, restaurado em 1640...²⁸³

O símbolo neste caso referia-se ao brasão de Portugal, que ainda hoje ostenta os cinco escudetes em forma de cruz, em suposta referência às chagas de Cristo crucificado e aos cinco reis mouros derrotados por D. Afonso Henriques aquando da batalha no campo de Ourique, onde o próprio Jesus Cristo lhe teria aparecido, com a promessa de “fundar os princípios do teu Reino em pedra firmissima²⁸⁴”, se o jovem cavaleiro desse à sua descendência conhecer “de cuja mão recebem o Reino, comporás as tuas armas do preço com que comprei o gênero humano”²⁸⁵.

Um fato intrigante sobre a narrativa de Ourique e de Afonso Henriques é que, apesar de não figurar com a mesma relevância em crônicas contemporâneas ao primeiro monarca português, a construção do “venerado fundador da monarquia” lusitana apresenta elementos “messiânicos” pelo menos a partir da década de 1180, como atestam as crônicas *De Spugnatione Scalabis* e os *Annales Domni Alfonsi*, apontados por Tiago João Queimada e Silva. Sustentando nossa argumentação transdisciplinar referente à construção mitológica da figura heroica, o historiador português escreve que as crônicas supracitadas – especialmente a segunda, produzida pelos monges de Santa Cruz de Coimbra e, portanto, figuras de vanguarda na concepção e justificação do reino nascente – descrevem Afonso Henriques como um “herói da cristandade”. Apresentado como

um rei ao estilo veterotestamentário, habilidoso nas armas e piedoso no trabalho santo, um autêntico escolhido de Deus para conduzir os caminhos dos homens. Na composição desta imagem messiânica de Afonso Henriques, a Guerra de Reconquista toma o papel principal, ao longo de todo o texto, e é precisamente o fato de ser um príncipe protegido pela divindade que lhe permite todas as subsequentes vitórias contra os muçulmanos²⁸⁶.

Nesse ínterim, Joseph Henderson acrescenta que “ouvimos repetidamente a mesma história do herói de nascimento humilde, mas milagroso” – Afonso Henriques, na crônica de 1419, teria nascido aleijado, no que foi curado por Egas Moniz, por interferência da Virgem

²⁸³ Conciliador do Maranhão, n. 195, 24 mai. 1823.

²⁸⁴ BRANDÃO, A. **Terceira parte da Monarquia Lusitana**: que contém a história de Portugal, desde o Conde Dom Henrique até todo o reinado de El Rei Dom Afonso Henriques, 1690, p. 162.

²⁸⁵ Ibid. Op. Cit., p. 163.

²⁸⁶ SILVA, T. J. Q. **As metamorfoses de um guerreiro**: Afonso Henriques na cronística medieval. 2011, p. 24.

Maria²⁸⁷ – “provas de sua força sobre-humana precoce, sua ascensão rápida ao poder e à notoriedade” – como quando Afonso Henriques toma para si as armas da cavalaria, em 1129, contanto então quinze anos incompletos²⁸⁸ – “sua luta triunfante contra as forças do mal”²⁸⁹, bem como o “aparecimento de poderosas figuras tutelares que lhe permitem realizar as tarefas sobre-humanas que lhe seriam impossíveis de executar sozinho”²⁹⁰.

Se dizer tudo isso parece nos afastar de nossa primeira imagem referencial - a saber, Ourique, quer o original lusitano ou sua atualização brasileira – por outro lado nos leva ao fundo em nossa busca. Precisamente, nos faz perpassar a tênue, e por vezes confusa senda que separa ideologia, imaginário, história e memória. Se “mais do que as 'percepções conscientes, são as sensações, as impressões e os afetos múltiplos os elementos fundamentais no ato de memória”²⁹¹ urge (re)pensarmos algumas dessas imagens para além daquilo que fica mais evidente, daquilo que nos fala mais à consciência racional.

Dizer isso nos leva a uma espécie de encruzilhada interpretativa, uma vez que podemos considerar em jogo aqui não apenas a relação ideologia/imaginário, mas também a própria relação história/memória voluntária/involuntária, que desembocaria em uma argumentação tão extensa e complexa que poucas páginas não dariam conta da teia epistemológica que temos em mente. Recolhemo-nos então à construção analítica do motivo heroico – a metaforização do dinamismo organizador que liga o profano ao sagrado nas palavras de Danielle Perin Rocha Pita, discípula de Gilbert Durand²⁹² – em torno dos nossos dois instantes privilegiados, sobretudo ao mito fundador de Ourique, com a intervenção divina e à imagem heroica de Afonso Henriques, que Queimada e Silva vê como “mecanismo retórico de legitimação política inequivocamente eficaz, quando devidamente enquadrado na mentalidade da época²⁹³”. Longe de nós contra-argumentar sobre tal percepção, contudo, aprofundemos a questão: pretender que tal construção narrativa tenha se dado de modo plenamente consciente e maquiavelicamente interessada, ainda que verossímil, parece-nos uma análise elitista que (como o próprio corpus e os sujeitos que o construíram indicam), que

²⁸⁷ Consta do Capítulo III da Crônica: "Como D. Egas Moniz criou a D. Afonso, filho do Conde D. Henrique, que foi são por milagre de N. Senhora do aleijão com que nasceu". GALVÃO, D. **Crônica de El Rei Dom Afonso Henriques**, 1906, p. 44.

²⁸⁸ SILVA, T. J. Q. Op. Cit., p. 23.

²⁸⁹ HENDERSON, J. L. **Os mitos antigos e o homem moderno**. In: JUNG, C. G. 2016, p. 142.

²⁹⁰ HENDERSON, J. L. In: JUNG, C. G. Op. Cit., p. 144.

²⁹¹ SEIXAS, J. A. 2002, p. 68.

²⁹² PITA, D. P. R. 2017, p. 15.

²⁹³ SILVA, T. J. Q. 2011, p. 102.

ignora quase por completo a “mentalidade da época” e quase atestando uma descrença com relação aos credos desses sujeitos por parte deles próprios, como quando Foucault nos revela que “o discurso verdadeiro [...] não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa e a vontade de verdade [...] é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”²⁹⁴. Essa ignorância inviabiliza a percepção das imagens e dos complexos afetivos por detrás delas, complexos esses que permeiam e influem ainda sobre parte de nossa vida, seja social, cultural ou politicamente falando.

Jacques Le Goff também nos ajuda a compreender melhor essa relação, ao conjecturar que a ideologia é empossada

por uma concepção do mundo que tende a impor à representação um sentido tão perverso do ‘real’ material como do outro real, do ‘imaginário’ [...]. Quando os clérigos da Idade Média exprimem a estrutura da sociedade terrena pela imagem dos dois gládios [...], não descrevem a sociedade: impõem-lhe uma imagem destinada a separar nitidamente os clérigos dos leigos e a estabelecer entre eles uma hierarquia²⁹⁵

Da mesma forma, o medievalista acrescenta que o imaginário “pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra.”²⁹⁶ E mesmo ocupando esse território parcial nos domínios da representação o imaginário iria além dela, devido a sua inerente potencialidade criativa, uma vez que a representação seria puramente intelectual. Isso nos remete de volta à aura milenarista construída em volta de Afonso Henriques e que, Le Goff nos indica em outra obra, ao tratar da imagem do Rei Arthur, talvez o melhor representante o arquétipo do herói na Idade Média e que, como Afonso I, e futuramente D. Sebastião “tira proveito de dois grandes temas do imaginário: o do grande guerreiro, e o do comandante que aguarda em lugar misterioso até poder reaparecer e reconquistar seu reino”²⁹⁷, unindo o sagrado e o humano em um passado lendário que “prepara o futuro escatológico”²⁹⁸ do milenarismo cristão.

À estrutura heroica em questão poderíamos relacionar também, e de forma ainda mais profunda, a imagem de verticalidade. Uma imagem que imprime o sentido de ascensão,

²⁹⁴ FOUCAULT, M. 2014, p. 19.

²⁹⁵ LE GOFF, J. **O imaginário medieval**. 1994, p. 12.

²⁹⁶ Ibid. Op. Cit., p. 11-12.

²⁹⁷ LE GOFF, J. **Homens e mulheres da Idade Média**. 2018, p. 377.

²⁹⁸ Ibid., Op. Cit., p. 378.

vitalidade, virilidade; “vitória sobre o destino e a morte”²⁹⁹. Um sentido, talvez, mais positivo, tendo em vista que representa um dinamismo organizador, mas que também é patente de se enrijecer em sentidos e estruturas sombrias tão mais próximas de nossa reflexão. Pois a verticalidade também implica a cisão, separação, oposição polarizante, classificação hierarquizante. É no mínimo peculiar que uma das primeiras imagens históricas que tenhamos do Brasil na escola seja precisamente aquela do Tratado de Tordesilhas, cuja cortante divisão nos remete a uma sociedade “fisiologicamente patriarcal, etnocentrista”³⁰⁰, cujas principais características, em nosso caso, podem ser resumidas à “obsessão pela ordem política, pela rigidez e pela estratificação social”³⁰¹.

Não obstante, no que toca ao aspecto dinâmico dessa estrutura, não podemos também deixar de relacioná-la com o caráter involuntário da memória e, concomitantemente, com toda a potencialidade criativa do instante da ação. Tais imagens remetem à figura do malandro, iconicamente figurado em nossa literatura por Macunaíma, herói cuja ausência de escrúpulos e improvisação latente nos impede de ver a capacidade criativa, quase como se estivéssemos diante de um espelho de Calibã, onde tornamo-nos hipercríticos, tendo nosso complexo de inferioridade papel flagrante aqui, ao petrificar nossa própria potência através de uma memória histórica que em pouco nos fala, posto que pouco nos representa e, conseqüentemente, pouco nos afeta em termos sensíveis. E mesmo aqui, podemos encontrar também em Afonso Henriques, talvez naquele mais próximo da realidade material inclusive, um guerreiro astuto, traiçoeiro e ambicioso³⁰², registrado nas crônicas do clero castelhano que, como observador estrangeiro, e muitas vezes antagônico, não possuíam qualquer vínculo político-ideológico ou de patronagem.

E recuando ainda mais nessa mitologia que cria e nesse tempo da memória que recria encontramos o próprio fundador da cidade Lisboa, que, figurando na primeira parte da Monarquia Lusitana, é assim descrito:

O astuto capitão Ulisses, inda que na casta Penelope não tinha que temer semelhantes erros, nem porque deixar suas ilhas, o mar lhe foi tão contrário que dando com ele em várias partes, o fez chegar ao estreito de Gibraltar e saindo ao mar Oceano, foi dobrando às praias de Lusitânia, até entrar pela corrente do Tejo³⁰³.

²⁹⁹ PITA, D, P. R. Op. Cit., p. 30.

³⁰⁰ ARAÚJO, A. F.; CHAVES, I. M. A. Op. Cit., p. 57.

³⁰¹ Ibid. Op. Cit., p. 58.

³⁰² SILVA, T. J. Q. Op. Cit., p. 12.

³⁰³ BRITO, B. **Monarquia Lusitana**: parte primeira, que contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, 1597, p. 65.

Certamente uma coincidência instigante que o ardiloso rei-guerreiro, favorito da deusa Atena, e responsável pela invenção extremamente criativa que valeu aos troianos a própria vida e a vitória, tenha na ancestral Lusitânia fundado toda uma civilização, uma ordem, um império.

Isto posto, caberia então a “heróis” como Pizarro e os soldados maranhenses, paraenses, pernambucanos e baianos (re)formar, (re)generar essa civilização, essa ordem, esse império do outro lado do Atlântico?

3.1.4. “Senhor, não é uma comoção violenta”³⁰⁴

Quando acima falávamos da proclamação do Major Pizarro publicada pelo *Conciliador do Maranhão* em abril de 1821, deixamos entrever seu grito de ordem, então bastante comum naqueles tempos de ruptura principiados no universo luso-brasileiro pela Revolução do Porto, ainda que com algumas diferenças circunstanciais: “Vivas ao nosso muito amado Rei, o Sr. D. João VI e toda a sua real Dinastia. Viva a Pátria e Viva a Constituição!”³⁰⁵. Já nas “ondas do Recôncavo” que “lavaram para sempre o ferrete da escravidão”, Joaquim José da Silva Maia, redator do *Semanário Cívico*, dava voz a um grito semelhante, quando conclamava aos “portugueses de ambos os hemisférios” que exterminassem “todos os perversos que pretenderem desunir-vos”, antes de completar no mesmo parágrafo:

Cheios do mais nobre entusiasmo exclamemos todos. Viva a grande generosa Nação Portuguesa, uma indivisível! Vivão os representantes reunidos em Cortes! Viva El Rei, o Senhor D. João VI Constitucional! Vivão todos os bons Portugueses desta Província! Viva o nosso atual Governo! Morrão os malvados!³⁰⁶

Por “malvados” e “perversos que pretenderem desunir-vos” tomamos as lideranças que cercavam D. João VI antes de 1821, como o visconde de São Lourenço e Tesoureiro-Mor do Erário Real, Francisco Bento Maria Targini, pintado como “tragador das rendas públicas”³⁰⁷ de acordo com o *Conciliador* e, sobretudo, os condes de Palmela e dos Arcos, Pedro de Sousa Holstein e Marcos de Noronha Brito respectivamente e o marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, a quem, Silva Maia identificava como conspiradores

³⁰⁴ *Conciliador do Maranhão*, n. 1, 15 abr. 1821.

³⁰⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁰⁶ *Semanário Cívico*, n. 45, 3 jan. 1822.

³⁰⁷ *Conciliador do Maranhão*, n. 2, 19 abr. 1821.

responsáveis pela elaboração de um pérfido plano para estimular os anseios separatistas, estando o marquês à frente da iniciativa independentista e absolutista na Bahia³⁰⁸.

Já do outro lado do Atlântico, no *Astro da Lusitânia*, Sinval traduzia o grito do Douro e do Tejo rumo à eleição para as Cortes com as seguintes palavras: “Viva a nossa Santa Religião. Viva o nosso bom Rei, D. João VI. Vivão as Cortes e, por elas, a Constituição”³⁰⁹. E mesmo depois da convocação de uma assembleia constituinte exclusivamente brasileira e do grito de D. Pedro às margens do Ipiranga, João da Silva Lisboa insistia em conclamar: “Viva a Santa Religião! Viva o Senhor D. João VI, nosso bom Rei Constitucional! Viva o Príncipe Regente Constitucional e Perpétuo Defensor do Reino do Brasil! Viva a nossa Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil! Viva a união dos Brasileiros!”³¹⁰

Com a Revolução do Porto uma peculiaridade política surgia então no universo luso-brasileiro, mas não de todo inédita, sobretudo no caso dos primeiros estágios da Revolução Francesa e de outros movimentos semelhantes, espalhados pela Europa de então. Num primeiro momento tais agitações sociais não pareceram buscar uma sanção física de fato contra a instância política. Assim, Luís XVI não perdera a cabeça tão logo a Bastilha foi tomada, e João VI não perdeu o trono pelas mãos dos liberais rebeladas no Porto. Ao que tudo parece indicar – e no caso francês é notório o papel predecessor da propaganda, do discurso, da palavra política na crise de credibilidade do Antigo Regime³¹¹ – trata-se antes de um crescente descrédito que a instância política do absolutismo passava a sofrer, quer pelos duros golpes do processo histórico em um nível mais geral – e aqui representados pela independência das Treze Colônias, da própria Revolução e das Guerras Napoleônicas –, quer pela delicada situação de virtual abandono em que se encontravam os portugueses quando eclodiu a revolução. Um sinal disso pode ser encontrado ao se analisar mais atentamente a divisa daqueles que corriam para juntar suas vozes ao coro revolucionário: Viva El Rei, a Religião, a Pátria e a Constituição!

Aparentemente uma óbvia – e corriqueira – adaptação das palavras proferidas por Henrique IV e formuladas pelo gênio criativo de Shakespeare, então, na Inglaterra elisabetana. Tal divisa – e não somente no caso brasílico ou lusitano – deixa, no mínimo, uma impressão teatral, senão trágica – ou ainda tragicômica – a todo o discurso de nosso Hotspur

³⁰⁸ Semanário Cívico, n. 37. 9 nov. 1821.

³⁰⁹ *Astro da Lusitânia*, n. 25. 15 dez. 1820.

³¹⁰ *Correio do Rio de Janeiro*. n. 144. 4 out. 1822.

³¹¹ VOVELLE, M. **A Revolução Francesa**, 1789 – 1799. São Paulo: Editora UNESP. 2012, p. 32.

ludovicense, que, então, buscava inflamar os ânimos e seduzir pela persuasão, e/ou persuadir pela sedução, sendo ambas ações típicas da palavra política que pende constantemente entre *dizer* e *fazer*, entre “uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão (ordem da razão) e/ou de sedução (ordem da paixão)”³¹². Assim o redator do *Conciliador do Maranhão* almejava conquistar as mentes e corações, endereçando-se mesmo ao Governador da Capitânia. Podemos aqui supor ainda a presença (ou as múltiplas presenças, quando se pensa no governador como um funcionário, um representante local direto do Rei) de um poder individual e individualizante, semelhante ao que Platão definiria por “tirano”³¹³, ou Arendt por “totalitário”³¹⁴. Um poder que, curiosamente, parece sempre pouco disposto a ouvir as demandas populares provenientes de debates na esfera social, a deixar que a sociedade siga seu próprio ritmo no que toca à proposição e à formulação de sua própria comunidade, de um “contrato social” mais genuíno, ou a discussão e a compreensão de seu próprio passado e dos efeitos que tal passado exerceria em nosso meio, seja ele encarnado pelo despotismo do Antigo Regime, pela barbárie do tráfico de escravos, pelas vantagens e desvantagens de ambas, Monarquia e República, ou pela desumanização da Ditadura.

Dessa forma, mesmo em seus momentos mais tranquilos a sociedade que hoje se diz brasileira, não raro pareceu deslocada em seu próprio solo, descolada de seu próprio centro, quando não relegada às mais distantes margens, quer da “ágora” ou dos livros de história. Poder e Linguagem parecem nem sempre ter estado na dinâmica mais proveitosa e mesmo que Charaudeau afirme que a relação entre Palavra e Ação política não se dá de forma igual, podemos apenas abrir espaço para um instante de ponderação crítica à cerca de um Estado que, às mais das vezes, sempre pareceu distante do ideal arendtiano de “um consentimento, de uma vontade dos homens de viverem juntos que funda o fato político no qual poder e ação se definem reciprocamente”³¹⁵, aproximando-se antes do conceito weberiano de dominação “exercida por homens sobre outros homens e apoiada na violência legítima”²⁴, ou daquele que Robert Hartman sintetizou como sendo o Anti-Estado hegeliano, ao afirmar que “uma organização coletiva que mantém apenas a forma mas não o conteúdo daquilo que Hegel chama de ‘Estado’, um poder burocrático sem uma cultura, ou, pior ainda, um pseudo-Estado que usa este poder formal para destruir todo o conteúdo cultural e todo o desenvolvimento

³¹² CHARAUDEAU, P. 2006, p. 79.

³¹³ PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2016, p. 342.

³¹⁴ ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva. 2016, p. 134.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 17.

individual dentro dele, é uma monstruosidade, o verdadeiro oposto de um Estado”³¹⁶. Contudo, uma tal hipótese não se sustenta naquele momento específico – tendo como provas a anuência do governador maranhense, o retorno de D. João à Portugal ou mesmo a abdicação de D. Pedro I em 1831. Assim, os valores do movimento parecem legitimar a ação política naquele momento, ressoando ao andarilho que revisita essas páginas de jornal hoje, as palavras de Charaudeau ao dizer que

Os valores correspondem às ideias que defendemos neste espaço de discussão [...]. Neste momento, a ação política seria uma ação concertada e seu responsável se confundiria com essa mesma coletividade. A propriedade coletiva dos valores cria entidades abstratas (Estado, República, Nação) que garantem os direitos e os deveres dos indivíduos; entidades que superam cada um dos membros do grupo e sobredeterminam esse último ao produzir o que Ricoeur chama de uma ‘desapropriação de indivíduos’³¹⁷.

Nesse sentido, uma análise mais detida com relação a alguns dos valores mais explícitos nos enunciados identitários formulados por quase todos os jornais analisados – à exceção d’*O Paraense* – pode ser de especial interesse, uma vez que apesar de explícitos, ainda carregam uma carga cognitiva por ser aprofundada. Seja de Shakespeare, ou de grandes produções literárias e cinematográficas atuais, dizeres semelhantes a “pelo Rei, pela Religião, pela Pátria, pela Constituição”²⁷ povoam o imaginário ocidental há séculos, evocando uma aura sacrossanta de lealdade e devoção que se deve destrinchar a fim de que se possa compreender um pouco melhor a forma como, sobretudo a Pátria se relaciona com a Religião – tal como Benedict Anderson reconhece ao afirmar que “o imaginário nacionalista” tem “grande afinidade com os imaginários religiosos”³¹⁸ – e vice-versa, quer na Grécia Antiga, na Alemanha hitlerista ou no Brasil, tanto daqueles idos do Oitocentos quanto hoje, quando o próprio país divide com Deus o lema eleitoral vitorioso na campanha presidencial de 2018: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

Tal expressão, usada de inúmeras formas ao longo dos tempos remonta – antes mesmo do óbvio *pro Deo et Patria* – a um dito romano, flagrante do caráter vital da primitiva e persistente religião doméstica, enfática quanto a importância do culto aos antepassados, bem como à manutenção do fogo ritual em cada casa para a harmonia e prosperidade de uma família. Sendo assim também, um dos primeiros lampejos da consciência comunitária exclusiva, excludente e profundamente direcionada pelas emoções e, principalmente, pelas

³¹⁶ HARTMAN, R. apud. HEGEL. G. W. F. **A Razão na História**. 2012, p. 29.

³¹⁷ CHARAUDEAU, P. Op. Cit., p. 20.

³¹⁸ ANDERSON, B. 2008, p. 36.

reações mais conservadoras do instinto humano em relação à sua pertença comunitária. E essa expressão é *pro aris et focis*, traduzindo-se por “pelos altares e pelos lares.

Em “*A Cidade Antiga*” Fustel de Coulanges demonstra como as crenças mais arcaicas de alguns povos indo-europeus – dentre eles helenos, latinos, sabinos, etruscos e mesmo hindus – formavam “uma íntima relação entre esses juízos e regras antigas e os ritos derivados dessas crenças e as suas instituições políticas”³¹⁹. *Aris*, antes de nos remeterem estritamente aos deuses da ordem social que habitavam o Olimpo além de outras representações do mundo natural e mesmo do intelecto humano – nos falam do culto aos mortos e da importância de preservar-lhes a memória, agradando-os mesmo com oferendas alimentares, libações e tratando-os, literalmente, por deuses – *Dis Manibus* em latim e *Theoíz Khthoníois* em grego. Habitavam esses deuses não um reino infernal, posteriormente reconhecido como o Hades, mas seu próprio túmulo, de onde poderiam inferir ativamente no bem-estar de sua descendência, quer auxiliando e protegendo aqueles vivos gratos e diligentes para consigo, quer punindo aqueles que negligenciavam seus deveres para com esses templos fúnebres. Assim,

Foi talvez por via da morte que o homem pela primeira vez teve a ideia do sobrenatural e quis tomar para si mais do que lhe era legítimo esperar da sua qualidade de homem. A morte teria sido o seu primeiro mistério, colocando o homem no caminho de outros mistérios. Elevou o seu pensamento do visível ao invisível, do transitório ao eterno, do humano ao divino³²⁰.

Se tal noção nos parece incrivelmente distante a princípio e até mesmo estranha, não podemos deixar de ressuscitar um contemporâneo e compatriota de Coulanges, caríssimo à compreensão moderna da relação entre os mortos e à nação; a saber, Jules Michelet, a quem creditamos tão famosa assertiva sobre o dever e a dívida da história para com os mortos, seu dever de fazê-los “ressuscitar”, de tratá-los – bem como ao bem mais precioso que nos deixam, sua memória – como próximos, uma vez que “há uma ligação primordial entre os vivos e os mortos, uma ligação estabelecida nos começos da humanidade pela ereção de túmulos”³²¹. E mais! Se Michelet conceberá tal noção, ecoando antigas crenças em um discurso mais palatável ao refinado gosto do europeu – e sobretudo o francês – metódico no século XIX, um de seus pupilos irá mais longe, propondo mesmo que se faça erguer a consciência francesa através da intersecção onde encontram-se a “voz dos Ancestrais” e a

³¹⁹ COULANGES, F. **A cidade antiga**. 1998. p. 4.

³²⁰ *Ibid.*, p. 18.

³²¹ MICHELET, J. Apud. DETIENNE, M. Op. Cit., p. 35.

“lição da Terra”. E tal pupilo era Maurice Barrès, que nas palavras de Marcel Detienne “recorre ao historiador das religiões, Louis Ménard, que, olhando os gestos simples de uma família em luto, nos mostra ‘como uma religião começa’: com o culto dos mortos. Uma pátria é fundada sobre os mortos e sobre a terra”³²². Aqui, não podemos também deixar de pensar nesse uso – e, quando não, abuso – dos mortos, da memória e, concomitantemente, do esquecimento no tocante à comemoração – mesmo que naquela de caráter mais oficial e protocolar possível, da qual a instância política se aferra e faz todos os usos e desusos necessários para buscar estimular os ânimos populares e legitimar-se a si mesma – do moderno “culto” aos mortos, dos patriarcas e ‘anjos tutelares’, propondo as bases de um culto nacional como bem ilustra o Mausoléu da Independência – assim como, em outros lugares, o Panteão de Paris, o Panteão Nacional de Lisboa, ou os memoriais norte-americanos erigidos a figuras como George Washington, Thomas Jefferson, Abraham Lincoln e Martin Luther King um cavernoso túmulo, a guardar sequiosamente os espectros do ‘libertador’ d. Pedro I e seu ‘anjo tutelar do Império’, d. Leopoldina, bem embaixo de suntuoso monumento que (re)presenta todos os demais patriarcas. Lá o fogo que simboliza a energia vital da pátria jamais se apaga.

A exceção é 2015 quando testemunhas oculares e matérias jornalísticas dão conta de que entre novembro e dezembro do dito ano a pira com a chama que simboliza o ‘ardor cívico’, ou o espírito do Brasil independente, esteve apagada por pelo menos 20 dias. Contudo, o que nos interessa não é o ato em si, antes algumas das impressões deixadas pelo ocorrido nos transeuntes que vão com frequência ao parque circundante ao monumento e ao Museu do Ipiranga, em São Paulo, para fazer exercícios; pessoas comuns como a aposentada Elaine Xavier, então indignada. “Não podem deixar acesso só no 7 de setembro. É um monumento histórico nacional. Tem que mantê-lo.”, teria ela expressado em entrevista ao portal “Agora” da Folha de São Paulo e ecoando as palavras do professor Renato dos Santos, que afirmou ser esse o “fogo da independência, então deveria continuar acesso. Faz muita falta nesse lugar, sem dúvida alguma”. Sem dúvida alguma... Ainda que tal fogo tenha levado mais de cem anos para ser concretizado, legando-nos então inúmeras décadas de independência sem espírito encarnado na realidade física.

Carl Gustav Jung nos dá um indicio interessante com relação à significação desta imagem como “energia vital”. Diz ele que:

³²² Ibid., p. 36.

Esse conceito de energia também é a primeira versão do conceito de deus entre os primitivos. A imagem desenvolveu-se em variações novas no decurso da história. No Antigo Testamento a força mágica resplandece na sarça que arde em chamas [sem ser consumida por elas] diante de Moisés. No Evangelho manifesta-se pela descida do Espírito Santo em forma de línguas de fogo vindas do céu. Em Heráclito aparece como energia universal, como ‘o fogo eternamente vivo’³²³.

No entanto, podemos ver essa imagem flamejante usada com o mesmo sentido por alguns dos jornais analisados. Ainda em sua “Exposição Justificativa” endereçada à D. João, sobre os motivos que levaram os portugueses à ação revolucionária, Joaquim Maria Alves Sinval, no Portugal de 1820 expunha que:

Por este fugitivo quadro de nossos males e de nossas misérias, já Vossa Majestade poderá fazer ideia da justiça dos nossos procedimentos. Tudo se conspirava para a nossa total ruína, e para tirar a nossa Pátria aquela consideração que entre as Nações lhe granjearam nas épocas passadas e presentes os gloriosos feitos de seus beneméritos filhos. Mas o Deus de Afonso Henriques não permitiu a consumação dos projetos da iniquidade e, por sua misericórdia influiu um esforço mais que humano nesses primeiros Portugueses que, no memorável dia de 24 de agosto fizeram tremular nas margens do Douro o Auriflamma da Liberdade, fazendo ao mesmo tempo ressoar as vozes sempre gratas aos verdadeiros Portugueses. *Viva El Rei N. S., Viva a Dinastia de Bragança, as Cortes e a Constituição*. Este sagrado fogo lavrou momentaneamente pelas três Províncias do Norte [de Portugal], apesar dos esforços de alguns inimigos de Vossa Majestade e da Nação³²⁴.

E ainda que este ‘mesmo’ fogo seja hoje carregado por estudantes, atletas e/ou celebridades locais e acesso em piras de diversos pontos do país na Semana da Pátria, detenhamo-nos neste que, por razões explícitas, congrega altar e lar em um único templo – uma capela católica em frente aos sarcófagos do imperador e suas duas esposas – erguido com o intuito de imprimir alguns valores da comunidade afetiva que chamamos de Brasil. Os mortos mais ilustres da emancipação e fundação do Império, convertidos mesmo após a queda do regime monárquico em heróis, ou, como Coulanges diz, “deuses tutelares” de um Estado que, ao longo do século passado, viu-se às voltas com golpes, ditaduras e disputas constantes pelo poder da ação político e do domínio da linguagem, aquela mesma capaz de legitimar tais atos, às vezes com a vinculação de tradições “inventadas”, como essa de colocar dois cadáveres em um lugar em que, de fato, pouco estiveram em vida, transformando-os, tanto quanto aquele próprio “lugar de memória”³²⁵ – na acepção de Pierre Nora – na glorificação dos valores ditos mais básicos à qualquer comunidade política nascente ou carente de autoconhecimento, de referências, enfim, de representações: deuses, espíritos naturais

³²³ JUNG, C. G. **Psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes. 2014, p. 80.

³²⁴ Astro da Lusitânia, n. 2. 1 nov. 1820.

³²⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**, v. 10, jul/dez. 1993, p. 21.

protetores, símbolos e rituais em si não tão antigos, mas ainda assim aparentemente capazes de impingir uma determinada impressão de lealdade quase familiar.

Assim é do mesmo período do traslado dos restos mortais da imperatriz e da proposição do fogo simbólico por Olavo Bilac,

a concepção do grandioso salão nobre do Museu Paulista, onde, à direita do quadro “Independência ou Morte”, de Pedro Américo, encontra-se o retrato de d. Leopoldina, encomendado por Afonso Taunay ao pintor Domenico Falucci, significativamente não na condição de imperatriz, mas de mãe – cercada de seus cinco filhos vivos em 1826 – rememorando-a não apenas como ‘vetor da tranquilidade e continuidade’, segundo análise de Ulpiano Bezerra de Menezes, mas materializando a imagem, construída já durante sua vida, de ‘Mãe da Nação’, a que vela pelo país recém-nascido³²⁶.

E mais do que isso, quer em 1826, 1922, ou mesmo nos dias atuais, quando sua imagem e sua memória parecem novamente serem revitalizadas – pelos mais diversos interesses – d. Leopoldina ganha novas roupagens interpretativas, sem que se deixe de perder a ‘aura vestal’, que em vida a fez traçar um caminho oposto ao do – cada vez mais politicamente desacreditado – marido, com seus arroubos autoritários e escândalos sexuais, tornando-se “um símbolo de comportamento moral e virtuoso, capaz de inspirar amor e respeito à instituição monárquica e à nação que representava”³²⁷. E que, para a posteridade, parece, ao menos esporadicamente, encarnar aquele fogo, não exatamente por arder uma pira acima de seu túmulo, mas por ser tal fogo relativo à pureza, à castidade, à temperança, sendo visto, pois, como “uma espécie de ser moral”³²⁸.

Foi desse modo que os antigos fundadores da civilização que hoje chamamos ocidental criaram, a partir do fogo sagrado em cada lar, “a grande Vesta”, conhecida dos gregos como Héstia e que “surge como a deusa virgem”, não representando a fecundidade como sua irmã Ceres/Démeter, tampouco o poder institucional do matrimônio, como Juno/Hera. Ao contrário, Vesta/Héstia, nas palavras de Coulanges, “encarna a ordem moral”³²⁹.

Podemos então antever nessa divisa, em muito evocada entre 1820 e 1823, uma expressão dos valores que, se não brotaram magicamente dos intelectos ‘iluminados’ de finais do Setecentos e primórdios dos Oitocentos – principalmente por muitas de suas teorias e conceitos serem então fruto de reflexões sobre a antiga cultura clássica – por certo parecem

³²⁶ REZZUTTI, P. D. **Leopoldina, a história não contada**: a mulher que arquitetou a independência do Brasil. 2017, p. 386.

³²⁷ Ibid., p. 380.

³²⁸ COULANGES, F. Op. Cit., p. 25.

³²⁹ Ibid., p. 26.

ter sido atualizadas em trajes mais modernos, compatíveis tanto com a lealdade que via na antiga ordem um reflexo da ‘família – núcleo mais básico da organização social segundo alguns autores, chamado por Charaudeau como “estruturação sociobiológica” – , quanto com o contrato social e o ideário democrático, liberal e nacional responsável por ver na ‘grande família’ de um determinado povo o poder e a legitimidade para tomar as rédeas da ação política.

3. 2. A Guerra

Queira mandar publicar na sua folha essas duas páginas que são de uma carta vinda da Bahia e, juntamente, esta minha. Aquela rica porção do Reino do Brasil está em desassossego e perturbação, e mesmo promete uma próxima guerra civil que arrastará fatais e irremediáveis consequências. Os batalhões portugueses que de lá se pediram em socorro temporário e que cá se mandaram em guarnição pretoriana (como se aquele país fosse conquista), são os que dão ocasião a desastrosos sucessos, porque tendo aquele governo provisório apertado nas mãos as rédeas da administração com manifesta tirania (pois que se rebelou contra as convenções da ata do dia 10 de fevereiro de 1821), chamou a si as ditas tropas europeias e, fortificado com elas, ameaça a província com notório e mau iminente perigo de sofrer essa uma terrível concussão; na qual pode tomar interesse a gente de cor, que fazendo guerra aos soldados, acabe abrasando tudo como um rio de fogo. O Brasil está em convulsão moral, lutando com mortais angústias e pede piedade. Deus queira abrir os olhos a quem pode estabelecer a paz e a ordem, apartando já dali as mau-ajustadas medidas de conservar guarnições no Brasil. E quando assim não aconteça (o que Deus não permita) reze V.m., Sr. Redator, um Pai Nosso e uma Ave Maria por alma da defunta união do Reino do Brasil, enquanto eu vou cantando o – *De profundis clamavi ad te, Domine*³³⁰.

Passado o entusiasmo inicial com as inúmeras promessas do liberalismo vintista, bem como as prováveis retaliações do governo joanino assentado no Rio de Janeiro, a lua de mel entre Portugal e as províncias do Norte do Brasil começaria a esfriar. Já temos dito que deputados lusitanos como José Joaquim Ferreira de Moura e Manoel Fernandes Thomaz, estavam entre aqueles que votaram pelo envio de tropas europeias a províncias como Bahia e Pernambuco e, pelo que podemos extrair do trecho acima, a atitude dessas tropas, somadas as atitudes do governo provisório em Salvador, designado pelas Cortes? começavam a entornar o caldo onde fermentava a resistência à “tirania”. Outras fontes também farão uso de semelhantes imagens para referir-se ao Brasil naqueles momentos especialmente conturbados: convulsão, vulcão, fogo. Todas representações de um rompimento traumático e temerário, posto que não envolvia apenas o elemento metropolitano e o colonial, mas também – e,

³³⁰ Astro da Lusitânia, n. 28, 11 mar. 1822.

talvez, o mais importante para a sedução das elites soteropolitanas – “com notório e mau iminente de sofrer uma terrível concussão, na qual pode tomar interesse a gente de cor”, de modo que principiava a já dar por defunta a união do Reino do Brasil.

O princípio da alteridade parece estar presente, ainda de que forma bastante generalista nos processos de independência da América espanhola e das Treze Colônias, além das colônias europeias na África e na Ásia. Na gênese do processo transformador das sociedades coloniais em entidades nacionais independentes, um processo identitário próprio precisa ser encetado, excogitado, enfim, “inventado” em sua suposta unidade indiscutível a fim de glorificar aquele recorte histórico-temporal – que, no entanto, não parece anular todo o montante de história consciente, ou inconscientemente, ignorado – para preencher o suposto “vazio deixado pelo desmantelamento da comunidade e estruturas sociais anteriores”³³¹. Aqui enxerga-se um Brasil borbulhante de imagens e concepções de si, sem que nenhuma seja, contudo, inocente. E inocente no sentido de que:

na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder³³².

Como vimos dizendo, disputava-se não apenas a primazia da construção do Estado-nacional, tampouco apenas os recursos que este poderia capitalizar, ou subsidiar através de cargos, benesses, tratados, ou mesmo da manutenção do *status quo*. É claro, isso também estava em jogo, mas era o fim, o finalmente realizado, o concretizado. Para alcançá-lo cabia cavar trincheiras discursivas, ou melhor, cabia tomar posse de partes do discurso através das ferramentas tornadas disponíveis primeiro pelo advento da tipografia, mas principalmente pela liberdade de imprensa em 1821.

3.3. A nova ordem renasce

Rio de Janeiro 12 de Outubro.

Império do Brasil.

*Novus ab integro saeculorum nascitur ordo*³³³.

³³¹ HOBSBAWM, E. 2013, p. 134.

³³² SILVA, T. T da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2014, p. 81.

³³³ Gazeta do Rio de Janeiro, n. 124. 12 out. 1822.

Se os antigos césaes mandavam pintar seu céu de nascimento na sala do trono para fundamentar a origem de sua fortuna e justificar sua ascensão ao poder como manifestações de uma verdade mística superior à mera política mundana, o que um observador atento poderia dizer ao ler as páginas da *Gazeta do Rio*³³⁴ em outubro de 1822? A pergunta em si possui um caráter implícito, ambivalente, talvez até mesmo oculto se não se procurasse desvelá-lo logo de início, lançando luz sobre o que Foucault chama de manifestação da verdade – uma verdade que é consequência de um constructo social, cultural, discursivo –, uma manifestação que “acompanha o exercício do poder”, ultrapassando “largamente os conhecimentos que são úteis para o governo”³³⁵.

À primeira vista, um jornal parece figurar bastante aquém de manifestações tão requintadas quanto adornos astronômicos na abobada de um palácio imperial; no entanto, a presente explanação procurará demonstrar como uma determinada aleturgia – que, de modo algum, reserva-se apenas à manifestações, digamos, místicas da verdade – baseada no milenarismo lusitano – que misturava as crenças em figuras salvadoras da justiça e da ordem, como no sebastianismo, com as profecias do Quinto Império, responsáveis por construir um imaginário à época da Restauração de que Portugal, e o Brasil, ao ver de alguns atores políticos no contexto da Independência, estava destinado a suceder os impérios Babilônico, Persa, Grego e Romano – inseria-se mesmo na razão política que conduziu a criação do primeiro império no sul do Novo Mundo. Para tanto foram consultadas duas edições da *Gazeta do Rio* onde se encontra no título das primeiras colunas os disseres adaptados da quarta Écloga Virgílio: *novus ab integro saeculorum nascitur ordo*³³⁶. O principal diálogo deste trabalho estabelecer-se-á com Michel Foucault, mas para melhor fundamentação com relação ao argumento central fontes primárias e secundárias serão suscitadas, como excertos de outros jornais referentes ao mesmo período e o próprio discurso de D. Pedro I por ocasião da abertura da Constituinte em 1823.

³³⁴ Fundada em setembro de 1808 como *Gazeta do Rio de Janeiro*, a publicação inicialmente semanal (posteriormente bissemanal) e de caráter oficioso, devido à sua redação submeter à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, passou a denominar-se *Gazeta do Rio* em 1821, quando também passa a publicar três edições por semana, permanecendo assim até 1822, quando converte-se em *Diário do Império*, de acordo com José Marques de Melo (1973, p. 87).

³³⁵ FOUCAULT, M. 2009, p. 6.

³³⁶ Em tradução literal lê-se: Uma nova ordem nasce novamente. Na quarta écloga de Virgílio, contudo, o adjetivo “novo” encontra-se substituído por “magnus”, ou seja: A grande ordem dos séculos nasce novamente”, citação em muito semelhante – e que na verdade será a inspiração – à inscrição no verso do Grande Selo dos Estados Unidos da América, assim como na nota do dólar norte-americano. Atenta-se para o fato de que a preposição “ab” enfatiza o tempo que, para Raymond E. Brown, era visto pelos etruscos como “um ciclo de dez períodos e história com o primeiro e o décimo governados por Saturno; e o reinado deste estava chegando” (2007, p. 78).

Além do exemplo de Sétimo Severo, usado por Foucault e da *Gazeta do Rio* – à qual configurará objeto da presente análise – a história encontra modelos semelhantes no que concerne ao usufruto dos mais diversos artifícios, quer estéticos ou linguísticos, com o intuito de manifestar uma determinada ideia; a saber, uma determinada verdade que se quer fazer crer sobre este, ou aquele governo. Aplica-se aqui a noção de governo tal qual concebida também por Foucault quando fala em “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens”³³⁷.

Sem recuar à Antiguidade neste momento pode-se centrar a atenção em dois casos modernos, apenas a título de exemplo: Luís XIV de França e Elizabeth I da Inglaterra. Em um interessante estudo de caso das relações entre arte e poder na fabricação da imagem de Luís XIV, o historiador britânico Peter Burke assinala entre outras coisas que a analogia entre o soberano francês e Sol “desempenhava a importante função de ‘naturalizar’ a ordem política³³⁸”. Da mesma forma, a imagem de Elizabeth I havia sido fabricada, entre outros aspectos, com referência à virgindade mariana, relacionando-a com uma imagética cristã que é “invocada em defesa de uma nova ordem política que transferia sua potência para a figura da própria monarca”³³⁹ uma vez que seus usos estritamente religiosos haviam sido abolidos pela Reforma Anglicana.

Com isso pode-se perguntar se não seria um mero texto impresso em uma publicação periódica deveras econômico para figurar ao lado de manifestações de tão denso caráter simbólico? E, talvez, a resposta fosse sim, caso não se atentasse ao contexto em que tais manifestações se inserem. Se era cabível representar Luís XIV como o Sol e Elizabeth I como a Virgem – assim como tantos outros soberanos que, ao longo da história, serviram-se da ordem mística para fundamentar seu poder na terra³⁴⁰ – nos séculos XVI e XVII, parece não ser mais possível, contudo, esperar uma tal manifestação em pleno século XIX. E por que não?

O motivo para isso parece ser apontado também por Foucault no princípio de *Omnes et Singulatim*, quando afirma que “uma das tarefas do Iluminismo era multiplicar os poderes

³³⁷ FOUCAULT, M. Op. Cit., p. 18.

³³⁸ BURKE, P. 2009, p. 140.

³³⁹ HILTON, L. 2016, p. 237.

³⁴⁰ Apenas a título e curiosidade e para melhor embasar tal argumento cita-se aqui outros exemplos, como o dos faraós no Egito Antigo: encarnações de Hórus na Terra, guardiões e fiadores da ordem cósmica neste mundo (ARAÚJO, E. 1996, p. 5), além dos imperadores do Japão, tidos pela religião xintoísta como descendentes da deusa Amaterasu de acordo com a antropóloga Emiko Ohnuki-Tierney.

políticos da razão”³⁴¹. Em sincronia com Foucault, Peter Burke elenca como motivo para este descenso da magia, do oculto e do alquímico a revolução intelectual dos séculos XVII e XVIII que diminuíra drasticamente o poder “místico” de representações como estas perante a “ascensão da literalidade”³⁴² de uma cosmovisão mecanicista – como observada em autores como Isaac Newton – e racionalista – creditada em Burke a Descartes, entre outros.

Possível indício da ascensão de uma técnica de poder diferente, inserida na dimensão que um novo estilo discursivo tomaria neste campo de manifestações fabricadas com o mesmo objetivo: fazer valer sua vontade de verdade condicionadora da ordem política. Assim o estilo econômico parecia sobrepor-se ao místico, ainda que isso não significasse uma completa abolição do segundo, mas, talvez, seu usufruto de formas mais sutis – ou nem tanto – como ainda pode-se observar nos rituais que correspondem, de alguma forma, ao modelo de dominação tradicional como concebido por Max Weber. Leva-se em conta tudo isso pois “o poder político tem raízes mais profundas do que se imagina; existem núcleos e pontos de apoio invisíveis e pouco conhecidos; sua verdadeira resistência e solidez talvez se localizem onde ninguém espera encontra-las”³⁴³.

E mesmo nesta razão política de caráter um tanto mais econômico não se pode esquecer que o objeto de análise no caso se trata de um jornal da primeira metade do século XIX. Quando somado a isso o caráter experimental dos impressos que caracterizaram a maioria daqueles produzidos no Brasil durante este período tem-se um instrumento um tanto dessemelhante daqueles que encontramos nas bancas e livrarias de nosso tempo. Afinal, não é sempre que se vê, no século XIX, um jornal citando poetas da Roma Antiga, de forma em muito semelhante a alguns dos primeiros jornais europeus, como o exemplo francês do jornal *Gazette* de Paris pode indicar. Veículo oficial do governo francês a *Gazette* foi lançada ainda durante o governo de Luís XIII, que “ocasionalmente mandava para os editores notícias a serem publicadas”³⁴⁴ e que publicaria diversos panegíricos a Luís XIV durante seu longo reinado, ainda que seu estilo fosse mais próximo à população, de modo que “tendia a ser despojado, com poucos adjetivos e outros ornatos, mas muito informativo. O tom sóbrio

³⁴¹ FOUCAULT, 1990, p. 77.

³⁴² BURKE, P. Op. Cit. Loc. Cit.

³⁴³ CHOMSKY, N; FOUCAULT, M. 2014, p. 51.

³⁴⁴ BURKE, P; BRIGGS, A. 2004, p. 94.

(exceto no caso e números especiais, comemorativos de vitórias, etc) sugeria imparcialidade e, portanto, confiabilidade”³⁴⁵.

Sabe-se de antemão que o dia 12 de outubro de 1822 figura como a data da aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil. Assim também como de seu aniversário de 24 anos. Portanto, imagina-se que os membros da corte responsáveis por sua organização tivessem a intenção de transmitir alguma mensagem, não apenas com uma tal liturgia em muito atípica no continente americano – assim como os ritos próprios da sagração e coroação eram, em 1822, incomuns em todo o mundo lusófono –, mas também com a data escolhida para sua realização. Diz-se de uma liturgia em muito atípica no mundo lusófono, pois é certo que um tal ritual jamais encontrara precedentes na América portuguesa, ainda que D. João VI tivesse sido aclamado Rei de Portugal, do Brasil e dos Algarves nesta banda do Atlântico em 1818. O rito brasileiro envolvia uma prática há muito abolida da monarquia lusitana, a saber, a sagração e o ato da coroação em si. Os motivos para concretizar-se apenas a aclamação no rito português não interessa diretamente à presente análise, sendo sua contrapartida brasileira o ponto nevrálgico neste momento e a epígrafe de Virgílio – que consta tanto nas últimas edições da *Gazeta*, a partir de outubro de 1822, quanto do princípio deste subitem – parece apontar um indício da presente elucidação.

Se a organização do evento, assim como a redação do periódico, bebera direto da fonte romana, ou fora a ela guiada pelo exemplo norte-americano não é possível saber. No entanto interessa mais que a referência seja clara no que parece indicar a intenção explícita de encetar uma ordem política renovada e uma nova concepção do tempo.

E no que concerne à *Gazeta*, então veículo oficioso do governo desde sua fundação? A 15 de outubro o periódico trissemanal publicava artigo encimado pela epígrafe de Virgílio, claramente adaptada a um contexto propriamente brasileiro; uma vez que anunciava antes deste, e pela primeira vez em suas páginas que este falava

Quando o Brasil, seguindo os sentimentos dos habitantes de Portugal, adotou a ideia de regenerar-se, mediante uma Constituição liberal, que, limitando a autoridade do Chefe Supremo da Nação, restituísse aos Povos os direitos políticos, de que se achavam espoliados, jamais teve em vista fazer esta reforma separadamente de Portugal³⁴⁶.

³⁴⁵ BURKE, P. 2009, p. 38.

³⁴⁶ *Gazeta do Rio*, n. 124. 15 out. 1822.

É mister, para uma publicação de caráter officioso e ligado a um governo de claras raízes portuguesas, começar por imiscuir-se de qualquer culpa que se lhe pudesse imputar – tal como ao novo governo independente que surgira após o 7 de setembro – legalistas, quer portugueses ou brasileiros. Assim não é surpreendente que as primeiras frases sejam exatamente estas, ainda que num sentido mais implícito fique também aparentemente a razão de Estado à qual o novo projeto parecia se encaminhar. O objetivo principal era fazer com que o Rei de Portugal governasse como um “Rei Constitucional ou ficar reduzido à classe de Duque de Bragança, donde saiu para reinar o Senhor D. João IV”³⁴⁷. Uma observação mais atenta a este trecho em específico pode parecer já denotar a manifestação de verdade à qual o texto se vincularia a partir de então; afinal, tal como naquele contexto, a situação referente à Guerra da Restauração e a ascensão da Casa de Bragança ao poder atrelava-se à construção de mecanismos endereçados a conduzir uma noção de verdade onde Portugal – e agora o Brasil, dada às circunstâncias em que se via “desprezado”³⁴⁸ pelas Cortes – estaria destinado a encarnar o Quinto Império, encabeçado por um monarca que se queria justo e restaurador – como o epíteto do próprio João IV parece indicar – da ordem. Da mesma forma a que se comentar da forma exageradamente elogiosa com que o periódico começa por tratar D. Pedro.

O dia 13 de maio, já celebre por ser o natalício do Senhor D. João VI será ainda mais celebre nos anais deste Império pelo glorioso título de seu perpétuo defensor, que o Brasil conferiu a seu augusto filho, e que ele se dignou aceitar, jurando defender enquanto vida tivesse, seus direitos e regalias. Este título de uma a outra extremidade do Brasil mereceu o aplauso geral dos Povos, que se apressam a conferi-lo, agradecendo com as mais submissas e respeitadas expressões a aceitação que dele, e de seus encargos, fizera o melhor dos príncipes. Se Sua Alteza Real aspirasse a alguma grandeza que fosse separável da que lhe era seu alto nascimento [...] não lhe era preciso outro título para adquirir; porque o perpétuo defensor de um Reino proclamado, reconhecido, e jurado pelos Povos, está um pouco acima de um Rei Constitucional. Este só pode obrar dentro dos limites da Constituição; e executando as Leis que fizer o corpo legislativo; mas aquele, posto que em tempos de tranquilidade deva ouvir o voto da Nação, proferido por seus representantes, em tempos difíceis não tem que consultar senão os meios mais eficazes e mais prontos para conseguir o fim de salvar a Nação, que confiou dele a sua defesa; porque querendo ela os fins, não poderá de querer os meios.

Para poder, pois, ouvir o voto deste Império, e obrar em tudo o que fosse possível com a deliberação prévia de seus representantes foi necessário convoca-los para que reunidos em um Congresso curassem das condições com que o Brasil devesse conservar-se unido a Portugal; tal era o objeto da representação, que foi apresentada pela Câmara e Povo desta capital em 23 de maio, e que foi aprovada pelas Câmaras e Povos da maior parte das outras províncias do Brasil, e para este fim foi se expediu o decreto de 3 de junho, e depois dele o plano e as instruções para as eleições.³⁴⁹

³⁴⁷ Idem, *ibidem*.

³⁴⁸ Termo utilizado duas vezes nesta matéria com o intuito de ilustrar o comportamento dos deputados portugueses para com os brasileiros, suas propostas e o próprio Brasil.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*.

Fazendo usufruto de adjetivos como “anjo da paz” e “augusto conciliador” a *Gazeta* primeiro creditava a D. Pedro I, em suas magnificentíssimas qualidades de um príncipe “penetrado das justificadíssimas razões dos Povos”, de “sua coragem, seu liberalismo, suas virtudes sociais e patrióticas” a própria razão pela qual D. João VI capitulara perante as reivindicações da Revolução do Porto, regressando a Portugal e deixando-o como regente do Brasil. Tudo isso para lançar o príncipe como herói e salvador da monarquia lusitana e de seu destino elevado que o Congresso de Lisboa parecia não ver pela argumentação construída naquelas páginas. A imagem de um salvador, concomitante àquela do sebastianismo, volta a aparecer na edição seguinte e parece diretamente atrelada ao milenarismo do Quinto Império que faz o Império Romano ressurgir neste Império tropical, quer pelas profecias lusitanas, quer pela própria relação parental do jovem Imperador com os *kaisers* do Sacro Império através e sua esposa, D. Leopoldina, que é citada em determinada parte no intuito de expor tal ligação:

[...] uma nuvem de lenços que ondulavam pelos ares, e de aromáticas flores, que das janelas se lançavam sobre o Imperador e sobre a Excelsa filha do antigo e Esposa do novo Cesar, eram os sinais assais significativos do universal contentamento, e geral aprovação do bem merecido título que os aguardava.³⁵⁰

Sebastianismo, Quinto Império, a religião em si, tudo parecia assomar, encaminhando-se a uma razão de Estado que aquele século reclamava. Um tal consórcio parece ser reforçado mesmo por outros periódicos, como o *Regulador Brasileiro*, quando o relaciona diretamente ao Imperador Constantino, como no seguinte trecho:

[...] vingai o respeito destas bandeiras que deverão cobrir e defender as muralhas do Império do Brasil: permita o Céu que vós experimenteis à sua sombra o prodígio do *labarum* com que o moço Imperador Constantino suplantou o orgulho dos seus inimigos: elas mostram ao mundo nossas esperanças, nossas riquezas e os timbres do herói destinado a criar o 1º Império do Sul no Novo Mundo com uma política nova, de que o velho mundo se espantará, vendo no desenvolvimento de nossa glória a sabedoria de suas grandes máximas, verdadeiramente constitucionais.³⁵¹

Tal como a *Gazeta* parece relacionar o advento do Império Brasileiro à uma lógica predecessora e predeterminante e que justificava sua independência, o *Regulador* também o fazia. Para isso parecia apelar ainda mais a um discurso ora místico, ora racional conjurando a religião para inaugurar uma nova ordem política, encabeçada pelo Pedro “imortal”³⁵², como neste exemplo:

³⁵⁰ Idem, n. 125, 17 out. 1822.

³⁵¹ *Regulador Brasileiro*, n. 18, s.d.

³⁵² Tanto as referências à “glória de renascer na ordem política” quanto a alcunha de “imortal” foram retirados da edição n. 11, do *Regulador Brasileiro*.

Praza aos Céus, que dentro de poucos dias nós vejamos as Águias do Norte, e do meio dia da Europa unidas com o nosso pavilhão, o *labarum* do moço Constantino Brasileiro, a cujos pés devem cair os maxêncios, inimigos do Império. Minha imaginação já as vê no horizonte a Pátria: elas chegam... já estão entre nós... tremei bárbaros, que nos insultais, o Danúbio, o Reno, o Volga vão se abraçar com o Janeiro, com o Amazonas e o Prata; e o Sena e o Tâmis não tardam. Dia 12 de outubro, e 1º e dezembro, a Religião se ligou com a política, e o Império Constitucional o Brasil será inabalável.³⁵³

Outros exemplos poderiam ser citados e relações poderiam ser estabelecidas, quer se tratem do pronunciamento inaugural de D. Pedro I na Assembleia Constituinte em 1823, ao servir-se das palavras do *Regulador* quando conclama os deputados a – em conjunto com ele – plantarem “a árvore daquela liberdade, a cuja sombra deve crescer a união, tranquilidade e independência deste Império que será o assombro do mundo novo e do velho”³⁵⁴, ou José Bonifácio, que segundo Schwarcz “insistia nas correlações entre uma realeza na América e a emergência do milenarismo do Quinto Império”³⁵⁵. Essa manifestação de verdade, apesar de todos os demais processos e transformações pelas quais passaria o Brasil ao longo do século XIX, parece ter persistido de certa forma, uma vez que o jovem Pedro II seria igualmente saudado como “um pequeno d. Sebastião, que resumia as esperanças da jovem nação”³⁵⁶ e que mesmo já velho e exilado iria fazer saber ao filho do visconde de Ouro Preto que “o Brasil será forçosamente o herdeiro, o representante, o continuador das glórias da raça latina sobre o orbe”³⁵⁷

Destarte, a epigrafe adaptada de Virgílio e as demais evidências que se procurou expor ao longo das últimas páginas parecem expressar a utilização de procedimentos verbais para justificar e mesmo inserir um determinado ritual e seus procedimentos não verbais em uma manifestação de verdade que vai além da constituição de uma razão de Estado, mas que trabalha com ela para sustar o exercício de poder tal qual como se o propunha naquele momento. Até porque a “ciência, o conhecimento objetivo, é somente um momento possível de todas essas formas pelas quais pode-se manifestar o verdadeiro”³⁵⁸. Por certo, ainda que a ordem racional que irradiava do continente europeu com as luzes do Iluminismo e das Revoluções e Guerras que a essa se seguiram tenha sido fundamental para todo o processo se procurou delinear aqui, os aspectos marginais – ou mesmo ocultos – à essa lógica parecem ter

³⁵³ Idem, n. 21, s.d.

³⁵⁴ **Falás do Trono:** desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. p. 16.

³⁵⁵ SCHWARCZ, L. M. 1998, p. 289.

³⁵⁶ Idem, Op. Cit. Loc. Cit.

³⁵⁷ CENSO, A. **O Imperador no exílio.** s.d, p. 34-35.

³⁵⁸ FOUCAULT, M. 2009, p. 10.

sido tão preponderantes quanto, sobretudo quando se leva em consideração o ambiente cultural em que se deram essas relações.

Assim, a aclamação – que, tal como a coroação configuram procedimentos não verbais, além de outros que não vem ao caso – e sua transmissão – ou reafirmação – por meio da imprensa na época pareciam buscar algo bastante específico. Pareciam buscar inscrever aquela conjuntura numa ordem própria, que senão pode-se afirmar categoricamente ser uma ordem do mundo, certamente configura uma ordem da história.

3. 4. Gazetas do tempo: documentos para a história?

Os jornais, ou gazetas do tempo, são documentos para a história, e o voto de um escritor creditado seduz a posteridade.³⁵⁹

Sete meses após inaugurar o *Conciliador do Maranhão* com suas pertinentes reflexões à cerca da utilidade dos impressos para a vida política de qualquer nação “onde são admissíveis as ideias liberais”³⁶⁰ e também para registrar à posteridade os sucessos e fracassos daquela época às futuras gerações – já nos dando aqui alguns indícios do que falaremos adiante –, o padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezo retomava suas ponderações, afirmando serem “os jornais ou gazetas do tempo documentos para a história e que o voto de um escritor creditado seduz a posteridade”. Referia-se, nesse caso, à interpretação de Hipólito da Costa em seu *Correio Brasiliense*, sobre o transcorrido em São Luís por altura da aderência do Maranhão à causa constitucional e à aclamação do governador Bernardo da Silveira como chefe do governo provisório da província em detrimento da eleição de uma junta defendida por uma minoria na câmara da cidade no início daquele ano de 1821. Não obstante, o que chama atenção nesse trecho é, outra vez, o estatuto conferido aos jornais pelo padre e em um período historiográfico marcado por tendências contrárias àquelas afirmadas por ele. Estaria José Antônio criticando a “tradição quase sempre suspeita”³⁶¹ dos historiadores iluministas que preteriam a historiografia antiga e medieval em favor de sua própria história do espírito

³⁵⁹ *Conciliador do Maranhão*, n. 40. 28 nov. 1821.

³⁶⁰ *Conciliador do Maranhão*, n. 1. 15 abr. 1821.

³⁶¹ *Conciliador do Maranhão*, n. 1. 15 abr. 1821.

científico, considerando “os tempos modernos como os únicos racionais da história”³⁶², apartada de superstições, da construção de heróis e do monumento à batalhas – como o próprio Tezinho faz ao reproduzir a proclamação do Major Rodrigo Pizarro, exaltando o mito fundante da batalha de Ourique e da figura heroica de Afonso Henriques, com seus acréscimos de observador do processo histórico em curso no Maranhão? Criticava ele aquela história feita *a priori*, como “quando Kant propõe um *plano da natureza* organizando e orientando a História”³⁶³[grifos no original]? Estaria ele criticando, como Marc Bloch faria mais de um século depois, os eruditos “que não tem gosto de olhar ao seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos”³⁶⁴? Pode-se conjecturar, com alguma razão, que o padre Tezinho tenha tido contato com os escritos de Kant e Voltaire, concernentes ao curso da história, ainda que seja forçoso imaginá-lo a ler a filosofia da história hegeliana quando o próprio Hegel ainda ministrava suas palestras acerca do “único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão”³⁶⁵ na Universidade de Berlim.

Ainda assim, José Antônio da Cruz Ferreira Tezo não parecia rechaçar por completo os métodos iluministas, uma vez que se preocupava com a importância de se registrarem os testemunhos factuais, objetivando legá-los aos historiadores para que estes procedessem à interpretação e à crítica, avaliando “o mérito ou demérito dos seus cooperadores; aproveitando de umas lições de Virtude e heroísmo para imitá-los, e conhecendo os crimes de vilezas de outros para detestá-los”. No entanto, como o próprio excerto indica, o caráter pedagógico da história que Tezinho almejava esboçar, fugia a qualquer classificação definitiva. Se, por um lado, valorizava não apenas o testemunho da sua observação própria dos fatos, mas também se abria – e ao veículo por ele redigido – a todos os habitantes daquela província, que, “animados dos mesmos princípios [de imparcialidade, franqueza e verdade], nos queiram comunicar tudo o que souberem relativo a fatos”³⁶⁶, julgava impreterível o caráter didático dos seus escritos e da própria história, afastando-se exatamente da tradição que parecia criticar para colocar-se em favor da *vitae magistra*³⁶⁷. Buscar defini-lo de uma vez por todas,

³⁶² MENEGUELLO, C. Algumas considerações sobre o conceito de História segundo Voltaire. In: **LOCUS: revista de história**. V. 3. N. 2. 1997, p. 68.

³⁶³ MENEZES, E. Apud KANT, I. **Começo conjectural da história humana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 105.

³⁶⁴ BLOCH, M. 2009, p. 66.

³⁶⁵ HEGEL, G. F. W. 2012, p. 55.

³⁶⁶ Conciliador do Maranhão, n. 1. 15 abri. 1821.

³⁶⁷ KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006, p. 41.

portanto – bem como a qualquer tradição que este pudesse professar – seria limitá-lo, a menos que pensemos não apenas em Tezinho, como também em Joaquim Maria Alves Sinval, Zeferino Vito de Meirelles e tantos outros sujeitos “pensantes” que urdiram essa trama enquanto os sujeitos de um conto kafkiano que Hannah Arendt usa para ilustrar que “apenas na medida em que pensa, isto é, em que é atemporal [...], o homem na plena realidade de seu ser concreto vive nessa lacuna temporal entre o passado e o futuro”³⁶⁸. Arendt – assim como François Hartog, em seu *Regimes de historicidade* –, indica como um desses homens um contemporâneo do padre Tezinho e demais jornalistas luso-brasileiros: o francês Alexis de Tocqueville em seu *Da Democracia na América* e o fato de serem contemporâneos reforça a impressão que temos, ao vê-los igualmente situados nessa fissura cognitivo-temporal, ainda que cada caso no universo luso-brasiliense tivesse suas particularidades, inerentes à dinâmica dessa região periférica tanto no espaço como no tempo histórico da civilização ocidental. Só não podemos afirmar aqui que essa dinâmica própria tenha um sentido pejorativo, de atraso perante “o mundo ‘inteiramente novo’” e sua necessidade por “uma ‘ciência política nova’”³⁶⁹. Talvez estivéssemos precisamente lidando com uma experiência original não só de perceber, mas de interpretar o tempo histórico e o fazer historiográfico, uma vez que a abordagem de José Antônio da Cruz Ferreira Tezo relativa às fontes, por exemplo, não encontrará eco na tradição que viria a se tornar hegemônica, relegando os jornais à categoria de coadjuvantes cujos registros entendiam-se por fragmentários e mesmo distorcidos em detrimento dos documentos oficiais que, na perspectiva historiográfica da época, primava pela “objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas do seu próprio tempo”³⁷⁰. E, ainda que a revolução dos *Annales* tivesse rompido com essa tradição por volta do terceiro decênio do Novecentos, jornais e revistas seriam mais creditados como fontes históricas, no Brasil, apenas em meados dos anos 1970.

Assim, retomamos a indagação feita anteriormente: que História é essa reivindicada não apenas pelos redatores do *Conciliador*, mas também dos outros jornais? Escrita por sujeitos tão dispares quanto um clérigo e um milico maranhenses a serviço de um governo absoluto que cambaleava precipício abaixo e um profissional liberal luso-fluminense, impregna-se, não obstante, de metáforas clássicas e referências das Luzes que quase ofuscam a visão de algo ainda mais entranhado no *corpus* documental. A saber, noções de dever e

³⁶⁸ ARENDT, H. 2016, p. 39.

³⁶⁹ HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015, p. 129.

³⁷⁰ LUCA, T. R. In: PINSKY, C. B. (Org). 2008, p. 112.

devir que remetem diretamente ao tempo histórico como “uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa”³⁷¹. Um tempo que se desloca a seu próprio modo, vindo expandir-se um horizonte de expectativas ao qual as experiências passadas começavam a não mais servir de modelo macrosocial, ainda que fossem evocadas – e mesmo propostas, em um possível cenário futuro – para que fossem imitadas ou detestadas. Enfim, um tempo histórico que é construído culturalmente, e que, “em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas”³⁷².

Atendo-nos ao testemunho legado pelos jornais fica mais fácil perceber a dinâmica deste relacionamento, quando, por exemplo, entre 283 ocorrências no *Astro da Lusitânia*, a palavra-chave ‘história’ relaciona-se 239 vezes a sentidos que evocam o espaço de experiência, não apenas do universo circunstancial luso-brasileiro, como ao afirmar ser “evidente à face da nossa antiga História que os nossos maiores se reservaram o importante Direito de impor tributos”³⁷³; mas também ocidental, ao conjurar as mais diversas figuras e regiões da história para atribuir à experiência um caráter não apenas didático, como também de “mestra universal dos homens”³⁷⁴.

Após levantamento detalhado, classificou-se a história no dito periódico de quatro maneiras distintas: literária (referente ao uso mais singular e abrangente do termo), tradicional (dos eventos e personagens imortalizados no panteão da memória, quer por seus méritos ou defeitos), didática (que traz em seu bojo as lições do passado) e progressiva (atrelada, de uma maneira ou de outra, à ideia de futuro, ou de novidade, de falta de precedentes em determinados atos). Respectivamente, as três primeiras classificações relacionam-se diretamente a sentidos que evocam o espaço de experiência, enquanto a última corresponde a sentidos imbricados no horizonte de expectativas tal como proposto por Koselleck.

Argumentando sobre a degeneração daqueles que tem o poder, Sinval postulava, por exemplo, que “a experiência e a História de todos os Povos antigos e modernos nos mostram que o Poder Supremo é mais próprio a corromper do que a formar o coração e o espírito”³⁷⁵.

³⁷¹ KOSELLECK, R. 2006, p. 309.

³⁷² JASMIN, M. In: KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 9.

³⁷³ *Astro da Lusitânia*, n. 1. 30 nov. 1820.

³⁷⁴ *Astro da Lusitânia*, n. 138. 1 ago. 1822.

³⁷⁵ *Astro da Lusitânia*, n. 4. 6 nov. 1820.

Consonante, em forma, ao *Astro* postava-se João Soares Lisboa em seu *Correio do Rio de Janeiro*, ao frisar que “a Monarquia absoluta” seria “um mal de sua natureza, e apenas cessa de o ser por um acidente raro e curto. Triste verdade, que a história de todos os povos e a experiência de todos os tempos opõe à impudência dessas doutrinas onde o elogio do passado trai as pretensões do futuro”³⁷⁶, mas um olhar mais detido logo revela que, em seu discurso, o *Correio* trazia a tiracolo ‘as pretensões do futuro’, as expectativas que, nesse caso, mais eram obstruídas pelo ‘elogio do passado’ do que serviam-se dele como modelo. Em suma, a experiência passada começava a desassociar-se da expectativa futura e, mais do que isso, provar-se um empecilho, uma pedra no caminho da “civilização e sua marcha”³⁷⁷.

Ironicamente, o *Semanário Cívico* da Bahia evidenciou essa marcha apenas uma vez ao longo de suas edições e, quando o fez, era através da transcrição de um periódico espanhol reprovando a independência mexicana. Em seu número 49, de 31 de janeiro de 1822, Joaquim José da Silva Maia reproduzia discurso extraído do *El Universal* de Madrid que, em seu número 216, de 4 de agosto de ano anterior, comentava o seguinte do processo de emancipação da Nova Espanha.

A revolução da Nova Espanha, quer se observe na sua origem, no seu curso, ou se analise em sua atual reação, é um fenômeno inconcebível em política, que desconhece a história das nações. Ela não é o esforço dos povos que resistem à escravidão, nem os heroicos impulsos da opressão, menos o movimento franco e generoso da liberdade legal e da segurança individual. *É um passo retrogrado na marcha que segue o gênero humano. É uma contradição dos princípios luminosos que a filosofia tem espalhado em todo o universo. É um obstáculo impotente, porém voluntário aos progressos do século.* É, enfim, um contato direto para fazer a Nova Espanha escrava ou dependente de alguma potência estrangeira³⁷⁸ [grifos nossos].

Uma comparação entre o discurso original³⁷⁹ e a tradução de Silva Maia revelou que quase todos os termos e trechos em destaque itálico no periódico baiano não constavam do documento hispânico. Desses, chama mais atenção a “emancipação prematura” e a “independência” de Nova Espanha, pintada pelo redator ibérico como o arrancar da “*criatura tierna del regazo amoroso de la madre que á sus pechos lo sustenta*”³⁸⁰. Somados ao trecho supracitado, pode-se notar, além da defesa de Silva Maia do estado prematuro das colônias do Novo Mundo – espanholas e lusas – para que almejassem marchar com suas próprias forças rumo à civilização, uma correlação em si entre a concepção progressiva e linear do gênero

³⁷⁶ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 2. 11 abr. 1822.

³⁷⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 35. 21 mai. 1822.

³⁷⁸ *Semanário Cívico*, n. 49. 31 jan. 1822.

³⁷⁹ Após pesquisa, o original foi encontrado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional da Espanha, de forma a procedermos com a comparação.

³⁸⁰ *El Universal* de Madrid, n. 216. 4 ago. 1821.

humano no século das luzes. Assim, apresentavam uma concepção originalíssima em seu cerne, procurando adaptar a tradição, arrastá-la a reboque daquela marcha e equilibrando-se enquanto podiam na lacuna cada vez mais salutar – ainda que, talvez, não de todo incontrolável – entre o peso e a segurança conferidas pela autoridade encarnada na tradição e o fio condutor da própria continuidade histórica. Contanto, se Hannah Arendt tem razão, Joaquim José da Silva Maia, José Antônio da Cruz Ferreira Tezo e o redator do *El Universal* (entre outros), não poderiam prestar desserviço maior a sua própria causa de unificação ao intentarem tal concomitância. Em última instância essas elaborações cognitivo-temporais acerca da história minavam, naquele momento, qualquer autoridade fundada nos princípios da tradição, ainda que alguns publicistas e demais homens de letras situados nessa fissura do vintismo buscassem o caminho da moderação – talvez o mais árduo e, apenas talvez também, o mais infrutífero –, como indicam suas manobras para relacionar independência com desordem e, mesmo, retrocesso. Ou, nas palavras da própria filósofa de Weimar:

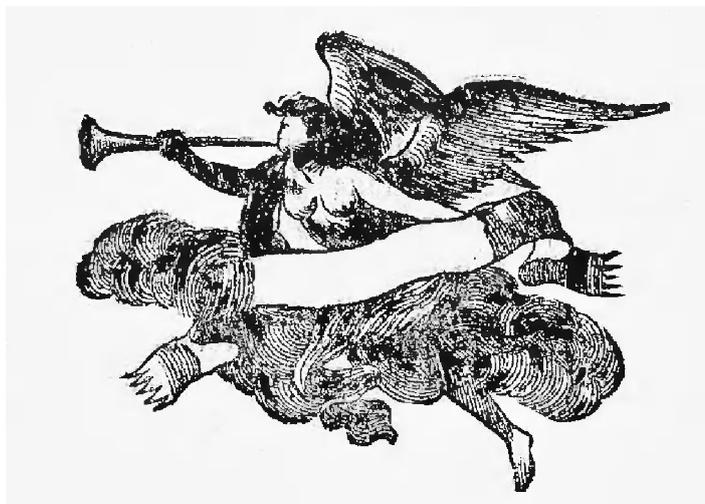
O ponto em questão é que o “acabamento” que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou história que pudesse ser contada³⁸¹.

E não ter-se-ia sobrado história a ser contada realmente, não fossem esses testemunhos carcomidos pela implacável marcha de um tempo cronológico que, antes de regurgitar, tanto tem engolido. Não é de espantar, portanto, que tais concepções, que tais testemunhos tenham ‘se perdido no tempo’ e o passado tenha se afastado quiçá irremediavelmente, mesmo que sujeitos como o padre Tezinho e redator do *El Universal* tenham o percebido afastar-se lentamente nas asas dum primeiro anjo da história impelido pela tempestade do progresso³⁸² que anunciava então como boa nova, bem aos moldes do timbre que encontramos no *Diário*.

³⁸¹ ARENDT, H. 2016, p. 31-32.

³⁸² BENJAMIN, W. 2019, p. 14.

Figura 4: O anjo do progresso, anunciando as primeiras edições do *Diário*.



Fonte: Biblioteca Nacional.

Nesse sentido, é flagrante a pena do redator espanhol que ecoa nas páginas do *Semanário*, indagando:

Mas quando assim não sucedesse e fora dado riscar do tempo e da memória a passada catástrofe, quando as vivas imagens do horror pudessem arrancar-se dos corações doloridos, quando o esquecimento geral das almas sensíveis, qual eterna pedra sepulcral cobrisse para sempre as cálidas cinzas e o sangue ainda fumegante de tantos milhares de vítimas inocentes. Quando, finalmente, uma série não interrompida de feitos, desmentindo temores, garantisse a segurança pessoal e restabelessem a perdida confiança, por ventura a *Nova Espanha está em estado de força, de virilidade, de luzes que necessita para obrar com independência da Metrópole e figurar dignamente entre as grandes potências do velho e novo mundo?* Eis aqui, Americanos, o grande problema político que é necessário resolver antes de comprometer os interesses do estado e a venturar a sorte da Religião e da Pátria³⁸³ [grifos do autor].

Jornais portugueses e, pelo que nos é lícito ver, jornais espanhóis abundavam em imagens progenitoras e pueris para explanar os motivos pelos quais advogavam contra as independências do Novo Mundo. E, pelo que vimos do *Astro da Lusitânia* desde os primeiros capítulos, talvez fosse essa mesmo uma preocupação legítima e sincera, entre tantas outras, como o bem arrazoado juízo de que a união fazia a força, da Metrópole, principalmente, mas por que não, da colônia também? Apesar de inúmeras reservas quanto à política comercial que se gestava para o Brasil em Lisboa, é dificultoso imaginar que o maquiavelismo colonialista das Cortes fosse maior do que os exemplos da história recente, como aquela que o *Semanário Cívico* nos transmitia sobre o México.

Tal como a mãe amorosa, ou o velho pai, podemos imaginar que aqueles redatores vissem em toda a situação um desejo de volver a um paraíso perdido, mais seus do que dos

³⁸³ *Semanário Cívico*, n. 49. 31 jan. 1822.

colonos ou colonizados, naturalmente, ou que temessem as indescritíveis dores do parto que descreviam acima e que julgavam, no mínimo, incerto, quando não despropositado. No entanto, sabemos que seu apelo caiu em letra morta, que chorava o leite – e o sangue – já derramado e que, neste sentido, talvez o Novo Mundo tivesse a oferecer ao Velho de que não há vida sem dor, renascimento sem morte e que um despertar da consciência, uma postura ativa e resoluta perante a responsabilidade dos próprios atos e das consequências que esses acarretam se fazia necessária para levar a imaginação para dentro do campo da concretude. Assim, o rompimento com a Metrópole e com o despotismo que essa simbolizava, representava um recomeço traumático e para qual os precedentes da história não mais serviriam de modelos a serem imitados, ainda que seu caráter didático resistisse quando comparado ao peso de uma tradição que se esgarçava até mesmo em seu berço europeu, como noticiava o *Astro* ao afirmar:

Recuperou o Povo a sua Soberania. Não tem Cortes antigas, porque um dos nossos Reis as extinguiu e nunca o atual as reconheceu. Não tem pacto com ele, porque nossos Avós o calcaram. Não pode, por conseguinte, ligar-nos um vínculo roto, nem convocarem-se Cortes que não existem e que, cessando de fazer Corpo integrante da Monarquia, ficaram reduzidas a uma entidade negativa que apenas pode hoje figurar nas antiguidades da nossa história³⁸⁴.

Como podemos ver, ao falar sobre o método antigo das Cortes de tomarem forma em Portugal, Joaquim Maria Alves Sinval, evocava a tradição num sentido crítico e para criticá-la – algo que acontece também em outras edições e outros jornais, apesar do significado majoritário da tradição ainda figurar como aquele que dava solidez à vida sociocultural e aos pés da qual se depositavam os atos do presente. Contudo tal base sólida parecia erodir-se a olhos nus perante o vendaval intempestivo de insurreições redentoras, como aquelas em Inglaterra, “cuja história é uma contínua lista revolucionária, principiada e sustentada para defender nossas Liberdades. Esta Inglaterra cuja Constituição foi conquistada à força de revoluções e não por *espontânea concessão de Reis* [grifos do autor]³⁸⁵. Enfim, de um *continuum* progressivo que carregava a Liberdade em suas asas, além da negligência daqueles responsáveis por sua manutenção.

Restava, portanto, ver descortinar-se o futuro! Todavia, não é que o uso da história nesses jornais estivesse atrelada à concepção de futuro apenas como indicativo de uma interpretação desta como marcha linear e irrefreável. Antes, apontava para uma preocupação

³⁸⁴ *Astro da Lusitânia*, n. 24. 14 dez. 1820.

³⁸⁵ *Astro da Lusitânia*, n. 131. 28 abr. 1821.

profunda com a posteridade, com a imortalidade, com a moralidade das ações no presente. Enfim, com os atos que “por sua importância e grandeza marcaram a mais formosa Época da nossa História”³⁸⁶. Destarte, enxergamos uma dimensão, talvez mais empírica, talvez mais trágica, do porvir que relaciona-se em muitos desses registros a uma tomada de consciência – como dizíamos acima – perante o peso de suas ações no juízo das futuras gerações. E essa dimensão teria sido muito maior do que aquela metafísica, inerente à idealização da própria história como uma juíza inclemente, como uma carrasca. Aqui, Clio assumia feições quase gentis, quiçá intercessoras. Contudo, se a história tão logo não representava essa dimensão inescapável do devir, o mesmo não podemos dizer da Liberdade. Falamos, enfim, de concepções díspares, que guardam em seu bojo visões distintas da realidade que buscavam registrar alguns publicistas luso-brasilienses como o padre Tezinho, do *Conciliador* e Zefferino Vito de Meirelles, do *Diário do Rio de Janeiro*, que em julho de 1821 transcrevia no poema a seguir um peculiar registro dessa condição dos sujeitos abordados.

Qual *novos* som do *Délfico* Alaúde
 Por minhas mãos pulsado aos ares sobe
 E os corações e as mentes arrebatava?
 Qual nunca ouvido canto harmonioso
 Mais que o dos cisnes do Maionio Lago,
 Entoa a voz sonora que *em desleixo*
Jazia há longo tempo?

Será que *novamente* de *Belona*
 O faixo acesso aos Campos creste
 E que as mãos da *Vitória* outra vez ornem
 De imarcescível *Louro* as *Luzes* frentes?
 Que esta voz, qual outrora, a cantar volte
 O valor imortal que balda e prosta
Iníqua agressão fera?

Que *de novo* no *Templo da Memória*
 Alto Padrão levante ao nome invicto
 Desses heróis de sangue e pó cobertos
 Que ao jugo a *Pátria* libertaram?
 Eia, *Clio* gentil, tu me *iluminas*,
 Tu do grande prodígio me declaras
 As causas portentosas!³⁸⁷
 [Grifos nossos].

Possivelmente em reação ao juramento feito por D. João VI às bases da Constituição³⁸⁸, o *Diário do Rio de Janeiro* reproduzia um poema de Miguel de Sousa Melo e

³⁸⁶ *Astro da Lusitânia*, n. 184. 55 jul. 1821.

³⁸⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, n. 06. 07 jul. 1821.

³⁸⁸ Apesar de publicado em 07 de julho de 1821, consta, ao final do cântico a data de 01 de maio de 1821, que nos leva a crer ter sido produzido em resposta aos eventos de 26 de fevereiro por cantar à “livre Constituição que ao Luso Império concede o Grande Rei”.

Alvim, então chefe-de-esquadra da Marinha, futuro presidente da província de Santa Catarina no fim do Primeiro Reinado e Conselheiro de Estado, além de haver ingressado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, como sócio correspondente, apesar do site da instituição acusar que não deixou obra publicada em História ou Geografia³⁸⁹. Em tudo curiosa – quer pela inserção em um jornal que se prestava, às mais das vezes, ao papel de informar dados meteorológicos e anúncios comerciais, quer pela distância da referida correspondência e pelo teor semântico da mesma –, tal poesia oferece-nos oportunidade para vislumbrar as relações que os contemporâneos de Miguel Alvim e Zeferino Meirelles mantinham com o tempo histórico em que estavam inseridos, revelando o modo como compreendiam os acontecimentos à luz da nova ordem de coisas e do processo civilizatório que esta gestava então.

Interessante é notar que nas três primeiras estrofes do poema, seu autor insiste numa recorrência de motivos para pintar alegoricamente imagens relativas não apenas à ruptura revolucionária iniciada no Porto e todas as expectativas constitucionais que esta trazia em seu bojo, mas também ao reanimar da Liberdade no *continuum* do tempo, a realizar-se, quase que profeticamente, na voz da História, que antes de ser manifestada pela figura de Clio, ou mesmo da memória, é levada a se manifestar pelo cântico divinatório intentado pelo autor na primeira estrofe que alude diretamente ao templo donde a pitonisa anunciou os terríveis infortúnios do trágico Édipo rei³⁹⁰. Templo feito dos “ramos de loureiro”³⁹¹ que deveriam coroar as Luzes através das mãos da Vitória, além do faixo acesso de Belona e, onde, para preparar-se a consultar com a sacerdotisa, devia-se beber de água das fontes do Lete, “que o ajudará a esquecer o passado e também de uma outra fonte próxima, chamada Água da Memória, que o ajudará a recordar o que viu e ouviu”³⁹². Essa era a voz a canção, jazidas em desleixo, que o poeta invocava para dirigir-se à História. E continua, elevando-se:

Ó pasmo, ó maravilha! Eu sonho ou vê-lo?
Eis-me aos ares librado, eis que transponho
As órbitas dos astros; e dos Numes
Eis que a vedada Estância encaro e assomo!
Com sonoro estridor nos quícios geme
O Pórtico sublime: eis, eis patente
Dos Fados a morada!

³⁸⁹ IHBG. Sócios falecidos e estrangeiros: Miguel de Sousa Melo e Alvim, 2021. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MSMAlvim.html>>. Acesso: 15 dez. 2021.

³⁹⁰ SÓFOCLES. Édipo Rei. In: **O melhor do teatro grego**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013, p. 144.

³⁹¹ GRAVES, R. 2018, p. 276.

³⁹² *Ibid.*, p. 278.

Já se dissipa a névoa do futuro!
 Ó glória, ó bem sem par! *Vejo os destinos*
Das diversas Nações do mundo!
 Tristes margens do Ganges e do Nilo!
Despotismo feroz por largo tempo
Inda tem d'algemar teus habitantes
 Da humanidade opróbrios!

E tu, da liberdade ó Pátria antiga!
 Ó Grécia venerada! *Em vão forcejas*
Por quebrar o grilhão que opressa arrastas!
 Dos Brutos, dos Catões a Mãe lá vejo
 Ir levantando a frente majestosa
 E nos Campos Itálicos de novo
 Brilhar risonha aurora³⁹³
 [Grifos nossos].

Levando em consideração que “a filosofia, de Platão a Hegel, não era deste mundo”³⁹⁴, mas de um mundo mais elevado, vemos precisamente o eu-lírico de Miguel Alvim transcender o globo terrestre e a órbita dos astros para, adentrando a morada do destino, ver o futuro de todo o Velho Mundo enquanto uma totalidade temporal dotada de sentido lógico. Porém, se para Arendt, tal concepção de uma história universal minava quaisquer reclamos de autoridade tradicional, não podemos deixar de lançar os olhares sobre esta peça retórica com especial interesse. Afinal de contas, tratava-se de uma elucubração que levava em conta o *continuum* histórico, mas sem desacreditar o peso da tradição paternalista, escatológica e monárquica. De leste a oeste, mais do que a triste sina dos lugares por onde passa, descreve o pairar da Liberdade como “risonha aurora” que despertava “os povos anhelantes por gozarem liberal condição” também em Gália, Germânia, Espanha e nas “ocidentais plagas” onde a “Nação venturosa” exultava feliz pela concessão que d. João VI fazia ao jurar a Constituição a ser feita pelo:

Augusto Ajuntamento convocado
 De seletos varões do Vasto Império
 Pela douta Minerva presidido
 Lá dita as sábias leis, lá firma as bases
 Do grande Monumento inabalável,
Que há de arrostar os séculos vindouros
Apesar de Saturno.

Dom do melhor dos Reis, *maduro fruto*
D'altas meditações e da experiência
Que o volver das Idades tem mostrado:
 Sabia CONSTITUIÇÃO! Por ti ditosos
 Seremos nós e a nossa prole amada!
Durará teu Império enquanto Febo
Girar em torno ao mundo

³⁹³ Diário do Rio de Janeiro, n. 06. 07 jul. 1821.

³⁹⁴ ARENDT, H. Op. Cit., p. 50.

[...]

E tu, ó bela Clio, as irmãs belas
 Convida hoje também: deixa as florestas
 Do Sacro Pindo: ali venha Euterpe, Erato
 Tersícore gentil entrelaçando
 Com as loiras Graças, festivos corais.
Melpômene só fique: ah, longe, longe
*De nós trágicas cenas!*³⁹⁵
 [Grifos nossos].

Pelo gosto da ironia detemo-nos uma última vez na délfica metáfora. Desconhecia, então, o poeta que “a fala difícil faz os profetas”³⁹⁶? E que geralmente são essas mesmas confusas palavras que desencadeiam toda a tragédia que pretendia evitar? Apesar disso, envereda-se pelos labirínticos e cavernosos meandros da metáfora profética, finalizando com um pedido e também um aviso: Melpômene, a musa da poesia trágica devia manter-se afastada de tão épica cena, apartada de suas irmãs e mesmo das demais divindades, como Minerva e mesmo o próprio Saturno. Contudo, Belona – a deusa romana da guerra – já havia feito sua entrada. Como, então, o poeta esperava manter afastada aquela que, sim, carrega uma máscara trágica, apesar de seu canto alegre e cujo nome significa “a que se compraz cantando”, derivado do verbo grego *melpomai*: cantar³⁹⁷? E mais! Desconhecia a ira dos deuses quando não eram convidados para algum evento (como Éris, “que jogou entre os deuses o pomo de ouro em que se lia ‘para a mais linda’”³⁹⁸ das deusas, dando início ao jogo de dominós que desembocaria direto na Guerra de Tróia)? Ou, dito em dialeto mais histórico: seria possível colher os maduros frutos da glória revolucionária que intentavam não apenas os “seletos varões” no “augusto ajuntamento” lisboeta, mas também os demais atores – entre eles Miguel Alvim – e que esperavam durar “enquanto Febo girar em torno do mundo” sem sangue, sacrifício e tragédia que abominavam nas figuras da desordem e da anarquia? Enfim, como esperar, nas palavras de Hesíodo, que as nove musas cantassem “com voz harmoniosa, o passado, o presente e o futuro”³⁹⁹ se desejarmos os louros, mas nos negamos a deixar correr as lágrimas?

³⁹⁵ Diário do Rio de Janeiro, n. 06. 07 jul. 1821.

³⁹⁶ MICHELET, J. apud BACHELARD, G. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaios sobre as imagens da intimidade. São Paulo: WMF Martin Fontes. 2019, p. 152.

³⁹⁷ Melpômene. In: **Dicionário Etimológico da Mitologia Grega On-Line**. Departamento di scienze dell’Antichità, Università degli Studi di Trieste, Trieste. 2020. Disponível em: <www.demgol.units.it>. Acesso em 21 dez. 2021.

³⁹⁸ HOMERO. *Iliada*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, p. 98.

³⁹⁹ HESÍODO. 2014, p. 27.

Não obstante, reconhecemos nesses autores, sobretudo os publicistas que, além de reproduzirem discursos de terceiros – quer fossem cartas, poesias ou debates na tribuna – vetores daquela aceleração que Koselleck atribui aos tempos modernos através das filosofias da história, mas que acreditamos não ter sido posta em marcha necessária e exclusivamente por sujeitos como Voltaire e Hegel, mas também pelos Marat, pelos Hipólito da Costa e pelos padres, quer fossem o monárquico Tezinho ou o republicano Caneca. Foram esses homens que não quiseram apenas esperar pelo futuro, como se esperassem pelo dia do Juízo Final. Eles quiseram – e fizeram – não apenas acelerar o futuro, assegurando, com a tecnologia de que dispunham, a imprensa, “à aceleração um campo de experiência que lhes fosse totalmente adequado”⁴⁰⁰, mas também fizeram acelerar o advento daquilo que chamavam em seus jornais – e muitos ainda com ressalvas – de governo democrático. Pois, “a regeneração [política] Portuguesa teve princípio em um partido Democrático, e não progrediu por falta de opinião pública”⁴⁰¹. *Grosso modo*, o fazer político (a ação política) moderno fomenta um paradigma diferente daquele específico da sociedade ocidental no Antigo Regime; um paradigma pluralista, ou público, como queriam os periodistas do Oitocentos.

Hannah Arendt credita a teorização dessa “mentalidade alargada”⁴⁰² à Kant e salienta que “o campo da Política [moderna] é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação – o mundo público – cuja existência permite o aparecimento [preferimos pensar nessa como uma permissão não de aparecimento, de revelação, mas de construção] da liberdade”⁴⁰³. De uma liberdade exercida e entendida como alteridade, na interação com o outro “e não no diálogo metafísico do eu consigo mesmo”⁴⁰⁴, exatamente como conjecturávamos há pouco. De Voltaire, Kant e Hegel é legada ao próprio Marx e a toda uma tradição teórica e filosófica tão ao gosto do Oitocentos e, ao que tudo indica, de

Atenas, Esparta, Lacedemônia e Roma ainda hoje ocupam um lugar distinto no brilhante Teatro da História apesar do caliginoso curso de tantas idades; se o leitor humano, sensível, amigo dos homens e da liberdade ainda hoje rega com saudosas lágrimas essas felizes páginas em que se leem os respeitáveis nomes dos Restauradores da liberdade na Grécia e Roma; se ainda hoje o Universo admirado e cheio de respeito e gratidão profere com venerável acatamento e doce emoção os nomes dos Filósofos e Legisladores das Nações que tão bem fizeram ao Gênero Humano detestando a barbárie e promovendo a felicidade da sua espécie. Que lugar, Senhores, que distinto lugar não espera nos anais da imortalidade a Generosa Nação Portuguesa pelos grandes feitos que acaba de praticar? E que radiosa coroa de

⁴⁰⁰ KOSELLECK, R. 2006, p. 37.

⁴⁰¹ Correio do Rio de Janeiro, n. 27. 10 mai. 1822.

⁴⁰² KANT, I. apud. ARENT, H. 2016, p. 18.

⁴⁰³ ARENDT, H. Op. Cit., p. 21.

⁴⁰⁴ Idem, ibidem.

imarcescível glória não cingirá as frentes dos Cabreiras, dos Sepúlvedas, dos Sábios e dos Filósofos que na mais Augusta e tremenda Assembleia procuram desenvolver os princípios da Razão e da Justiça?⁴⁰⁵

Contudo, é preciso salientar que dessas transformações e rupturas precipitadas a partir das revoluções Francesa e Industrial e estabelecida definitivamente no universo luso-brasileiro pela Revolução do Porto, não resulta “que o futuro se subtraia terminantemente a qualquer ensinamento que venha da história. O que acontece é que os ensinamentos se movimentam sobre um patamar temporal compreendido sob um ponto de vista teórico diferente”⁴⁰⁶. Nesse sentido é possível, inclusive, observar a incidência deveras mais abundante de “histórias” do que da História nos ditos periódicos, como indicam as ocorrências no *Astro da Lusitânia*.

E por quê? Porque novas expectativas vêm, por fim somar novas experiências, senão fosse pelo coeficiente da aceleração da mudança, que nos parece mais tangível sobretudo após o grande trauma social, político, cultural, filosófico e tecnológico do breve século XX, definido por historiadores como Hobsbawn através de suas guerras e expurgos de caráter, as mais das vezes, étnico, mas que terminavam tendo um alcance global, tanto geográfica quanto midiaticamente falando, para não falar nos números de baixas.

Será útil atentar para as duas principais categorias ao longo dos excertos extraídos do *Astro da Lusitânia*, do *Conciliador do Maranhão*, do *Semanário Cívico* e do *Diário do Rio de Janeiro* que, como visto acima, encontram-se embebidas de experiências as mais diversas, não apenas referente àquelas circunscritas ao universo luso-brasileiro, mas também da civilização ocidental. A importância desse segundo ponto jaz no fato de que o espaço de experiência – ou espaços, como pretendemos abordar aqui – não apenas “salta por cima dos tempos”⁴⁰⁷ cronologicamente mensuráveis, mas também por cima das próprias fronteiras espaciais. E quando esses espaços, essas colinas e charnecas repletas de experiência enfim se limitam abruptamente pela escarpa íngreme que desce à orla onde as águas de toda expectativa encontram o horizonte temporal distorcido e ampliado sobremaneira pela aceleração de eventos sem precedente, apenas a Liberdade – quando ainda não a História –, como “dimensão inescapável do próprio devir” parecia obrigar “toda ação social a assumir

⁴⁰⁵ Conciliador do Maranhão, n. 80. 16 abr. 1822.

⁴⁰⁶ KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 144.

⁴⁰⁷ KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 311.

horizontes de expectativa futura que a inscrevam como um desdobramento consoante com o processo temporal”⁴⁰⁸.

O Dicionário da Língua Portuguesa organizado, em 1832, por Luiz Maria da Silva Pinto, nos dá poucas informações a respeito do conceito de história propriamente dita. Contudo deixa implícito nesse termo sua natureza ambivalente naquele momento transitório – não apenas no sentido político, como também filosófico –, atestando tratar-se de uma “narração de sucessos” ou mesmo “conto de crianças”, mas sem esquecer seu caráter cientificista – já em uso – quando afirma em seguida que “chama-se Natural a que expõe os objetos e produções da Natureza dispostas em classes, etc, com suas propriedades”⁴⁰⁹. Indo um pouco além e averiguando também os verbetes avizinados – historiador, historial, historiar, histórico e historiógrafo – podemos também constatar que, apesar o caráter narrativo, imaginário, fabuloso mesmo, encontra-se a noção de que, como uma instituição própria, a História possuía suas próprias leis, às quais devia-se considerar ao escrevê-la.

E mais do que isso, era sempre evocada como tábua de louça em branco, na qual – e à qual – *esperava-se* para escrever as novas leis dos tempos, os novos mandamentos, as novas experiências marcantes desse universo específico chamado, então, de Nação Portuguesa, como nos dá exemplo outro excerto extraído da mesma edição da *Gazeta* trazida nessas primeiras páginas.

São minimamente conhecidos em todo o Universo os heroicos feitos da briosa Nação *Portuguesa*, e sua enumeração ociosa não faria mais do que arrastar a desconfiança da sua evidência; cumpre-nos, pois, anunciar somente os tão rápidos como prósperos sucessos do sempre memorável dia 26 de fevereiro, que abrilhantarão a nossa História⁴¹⁰.

O “sempre memorável dia 26 de fevereiro” seria uma clara referência à adesão oficial das tropas estacionadas no Rio, bem como da própria Coroa, ao constitucionalismo de Lisboa. Nesse trecho, inclusive, é passível de se antever outras gestões semânticas de experiências heroicas do passado “da briosa Nação Portuguesa”, bem como das expectativas futuras expressas na linguagem, numa relação intrínseca que não cessa de não excluir ambas as categorias, inclusive dotando um mesmo termo, a saber história, de conceituações e sentidos diferentes, como o verbete de Silva Pinto revela. Isso fica mais claro ainda quando, para além de toda a expectativa sem precedente local impressa na História racional e progressiva como

⁴⁰⁸ Ibid. Op. Cit., p. 11.

⁴⁰⁹ HISTÓRIA. In: DÍCIO, Dicionário da Língua Portuguesa, Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

⁴¹⁰ Gazeta do Rio de Janeiro, Op. Cit.

fiadora de suas esperanças, o padre Tezinho deixava saltar de seu discurso e do discurso de terceiros como o major Rodrigo Pizarro a ligação que percebia entre o passado fundador da monarquia portuguesa e o futuro regenerador que atualiza as glórias do presente com um olhar, “capaz de abarcar uma grande sequência” e sem tomar tudo ao pé da letra, para aprender a “compor a história a partir da esperança e da recordação”⁴¹¹.

Para aqueles que tendem a ver mesmo as rupturas e deslocamentos como acontecimentos pontuais em uma determinada linha cronológica, nossa arguição torna mesmo a observação do coeficiente de aceleração encarnado pela noção de Progresso, como atesta o discurso do *Diário* anos depois ao afirmar que “a Imprensa contribuirá muito para o desenvolvimento das Luzes e para o progresso da instrução”⁴¹². E porque não, também da História, ou da concepção da história como progresso? Décadas já haviam transcorrido desde a independência dos Estados Unidos, seguida da Revolução Francesa e todos os seus desdobramentos, dentro e fora da Europa. Ainda assim, experiências – factíveis ou não – de um passado remoto em séculos aglomerava-se a outras tantas e mesmos a expectativas que, com o tempo, envelheciam em novas experiências, em bons e maus exemplos, “para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”⁴¹³.

Impossível seria narrar ou descrever uma história, pela perspectiva de sua própria temporalidade, sem o acesso a categorias referentes ao espaço e ao tempo abordados. Por isso, as expressões “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” são tão caras. Reinhart Koselleck assim conceitualiza-as, começando por aquela experiência que:

É o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento⁴¹⁴.

É a face de Jano que, do momento presente onde firma seus pés e se ergue sobre o parapeito do templo de Memória, lança seu olhar sobre o passado. Até o advento da modernidade com as revoluções burguesas, poderia se considerar o olhar que Jano projeta sobre essas vastas planícies de terreno fértil das mais variadas experiências como o fio condutor de todas as esperanças e anseios futuros, sobretudo enquanto a racionalidade cristã

⁴¹¹ NOVALIS. In: KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 308.

⁴¹² Diário do Rio de Janeiro, n. 05. 6 out. 1825.

⁴¹³ KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 311.

⁴¹⁴ KOSELLECK, R. Op. Cit., p. 309.

manteve-se firme o bastante para limitar a linha – então tênue – do horizonte que separava as experiências pessoais, coletivas, geracionais e históricas das expectativas num porvir que, quando não era visto em declínio temporal rumo ao Apocalipse, era visto em larga escala através do tempo natural, dos ciclos meteorológicos e astronômicos com os quais as camadas das sociedades do Antigo Regime tocavam suas vidas. Ainda assim a conceitualização mais geral de expectativa, feita Koselleck, encaixa-se mesmo a esse contexto, uma vez que “a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Ou, em nossa metáfora mitológica, a face de Jano que, das planícies, charcos e brejos do passado, dirige seu olhar para o além, exatamente para a linha do horizonte de onde assoma o futuro, quer seja este futuro a próxima colheita, o próximo rei, o Juízo Final, o progresso de uma economia em eterno crescimento, a promessa de um Estado mínimo, ou a utopia de uma sociedade sem classes. “Esperança e medo” do outro mundo, “desejo e vontade” de realização pessoal e profissional, “a inquietude” com uma campanha eleitoral, “mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade”, que “fazem parte da expectativa e a constituem”⁴¹⁵.

E ainda que existam ambos neste “instante de cognoscibilidade” conhecido por presente, tais categorias jamais coincidem, de modo que não se possa pressupor o futuro a partir de experiências passadas, ainda que essas apresentem paralelos suficientes para que a tentação da causalidade por si mesma se instale na análise. Ainda assim relações de causa e efeito foram a força motriz da prática histórica durante séculos, quando – como citado acima – experiências e expectativas encontravam-se atreladas mais estreitamente pelas temporalidades características do Antigo Regime pré-industrial com seus sistemas de representações próprios – como concerne não apenas ao Antigo Regime, mas a toda época histórica, como demonstra Baczko⁴¹⁶ – embebidos no imaginário social que, segundo Le Goff, relaciona-se conflituosamente à ideologia vigente, neste caso a cristã, representada em diversas edições examinadas como a “Divina Providência” que, segundo Joaquim Maria

⁴¹⁵ Ibid. Op. Cit., p. 310.

⁴¹⁶ “No sistema de representações produzido por cada época e no qual essa encontra a sua unidade, o “verdadeiro” e o “ilusório” não estão isolados um do outro, mas pelo contrário unidos num todo, por meio de um complexo jogo dialético. É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história”. BACZKO, B. **A imaginação social**. p. 303.

Alves Sinval, “em todos os tempos [...] tem escolhido os povos da península espanhola para serem instrumentos dos seus altos destinos”⁴¹⁷.

Comentando a ameaça bélica da Santa Aliança contra os movimentos constitucionais em Portugal e Espanha, o redator fazia também entrever mais do que uma disputa político-ideológica, ou uma concepção do tempo histórico, mas a peculiar mentalidade política luso-brasileira – quiçá também ibérica, ou mesmo católica, ou latina – empossada por uma percepção singular do mundo que tende a sobrepôr à concretude do real-material no campo do político um sentido impregnado do real-imaginário de cunho religioso. Esse aspecto, que faz ver a congruência de um mesmo fenômeno sobre perspectivas distintas, mas, mesmo assim, passíveis de associação equânime conquanto concorram para, como conceitos, melhor analisar as fontes e compreender os eventos passados os quais elas legaram registro, como prosseguia o *Astro da Lusitânia*, naquela mesma edição de 1823:

Quem acreditaria, antes de o ver, que os povos da península seriam os únicos do continente que, do princípio ao fim da lide universal, haviam de resistir ao gigantesco poder do homem extraordinário, que subjogou todas essas forças que vós temeis e que tudo perdeu, depois que desertou do exército da razão? Que seria então da Europa sem o exemplo de constância que deram os peninsulares?

Quem acreditaria, antes de o ver, que aquelas cidades que a Providência tinha marcado para nelas se repartirem por todas as nações as imensas riquezas vindas do novo mundo, que aumentaram seus comércios e civilização e, por conseguinte, fizeram a felicidade da Europa; nessas mesmas cidades, Cádiz e Lisboa, a mesma Providência havia de querer que fossem proclamados pelos representantes dos povos da península, os direitos do homem, riqueza moral incalculável, que promete fazer a felicidade de todo o gênero humano⁴¹⁸.

Das Grandes Navegações às guerrilhas impingidas a Napoleão, Sinval pintava com cores vivas o quadro destinado pela “Providência” – uma outra palavra para História ou mesmo Progresso aqui nesta explanação – a realizar-se sob os auspícios dos povos ibéricos. Acreditamos facilitar assim a compreensão de como e por que suscitar determinadas conceituações de imaginário social, representação e ideologia aqui. Afinal, não estariam esses conceitos umbilicalmente relacionados às próprias experiências que, convencionalmente, chamaremos revolucionárias e dessas às expectativas – do tempo histórico como construto inerentemente humano –, portanto, carregado de toda aquela humanidade que dá forma às dimensões da realidade, seja material, cultural, política ou simbolicamente falando? A questão é deveras complexa para que se possa ser satisfatoriamente respondido aqui. Não obstante é preciso considera-la para compreender a mudança perpetrada a partir do século XVIII como

⁴¹⁷ *Astro da Lusitânia*, n. 11. 15 jan. 1823.

⁴¹⁸ *Astro da Lusitânia*, n. 11. 15 jan. 1823.

temporal, sim, mas o próprio tempo histórico como dimensão humana, inserida na rica dinâmica que envolve todos os aspectos supracitados, destacando-se aqui as categorias de Koselleck, cuja tensão relacional, “que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico”⁴¹⁹.

Novamente, a trama textual tecida aqui de modo algum dará conta das profundas e complexas implicações concernentes a determinados conceitos e processos históricos, contudo, abster-se de comentá-los com um propósito puramente estético ou utilitário enfraqueceria a própria estrutura argumentativa, de modo que seja preciso abordar, mesmo que rapidamente, alguns dos deslocamentos cognitivo-temporais descritos pelos redatores vintistas e que, para o historiador alemão, apenas foi possível graças a concepção do conceito de progresso. Assim, ele afirma que houve “a descoberta de um novo horizonte de expectativas”. Contudo, termos como “deslocamento”, “ruptura”, “destruição” mesmo, do contínuo da história, dessa estrutura espaço-temporal de ordem humana podem servir melhor, uma vez que, tal como defendido acima, o tempo histórico parece possuir dimensões que vão além – não deixando de se relacionar com estas, no entanto – dos avanços filosóficos e tecnológicos. Curiosa é a contribuição de Walter Benjamin ao nos lembrar de duas coisas na décima quinta tese dos conceitos da história. A primeira diz respeito a essa mesma estrutura, quando evoca as imagens do calendário e do relógio para demonstrar como “o dia com que se inicia um calendário funciona como um dispositivo de concentração do tempo histórico”⁴²⁰, sendo, portanto, compreensível a atitude dos revolucionários em 1792, ao introduzirem um novo calendário, enquanto, anos depois, em 1848, teriam atirado contra relógios nas torres “para suspender o dia”⁴²¹. E a segunda contribuição benjaminiana à semântica do tempo histórico, se assim podemos dizê-la, estaria no reconhecimento das afetividades políticas nesse processo, ao afirmar que “a consciência de destruir o contínuo da história é própria das classes revolucionárias no momento da sua ação”⁴²². A isso, acrescentamos também a contribuição de Pierre Ansart, ao vislumbrar em Marx – ao contrário do que vexam muitos críticos marxistas quando referem-se ao tratamento dispensado pelo pai do materialismo histórico aos aspectos simbólicos e afetivos da dimensão político-social da realidade concreta – e na “relação por ele estabelecida entre os níveis de intensidade emocional”,

⁴¹⁹ KOSELLECK, R. Op. Cit. p. 313.

⁴²⁰ BENJAMIN, W. 2019. p. 18.

⁴²¹ Ibid. Op. Cit. p. 19.

⁴²² Ibid. Op. Cit. p. 18.

aquilo que designa por ‘energia revolucionária’; portanto, nas possibilidades de ação coletiva. É quando as paixões políticas estão exasperadas que é possível se produzir uma verdadeira revolução e é pela manutenção desse nível passional que se pode dar continuidade à obra de destruição do antigo regime⁴²³.

Essas e outras particularidades da destruição desse antigo regime que, além de político, tecnológico e simbólico, era também temporal terminariam por efetuar uma ruptura brusca entre o espaço de conjunção das experiências antigas e a elasticidade do horizonte de novas expectativas.

⁴²³ ANSART, P. **A Gestão das Paixões Políticas**. Curitiba: Editora UFPR. 2019, p. 13.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sentimos, ao dobrar essa última esquina do labirinto, que uma vasta compreensão das contribuições da imprensa periódica ao debate político, à formação da sociedade e às diversas proposições de Estado e nação não esgotar-se-iam ainda que nos debruçasse sobre esses documentos para a história por mais cinco anos. Não obstante, esperamos ter auxiliado, ainda que minimamente, para a composição das constelações de imagens que permeiam nosso imaginário político, quer pelo brilho intenso de sua constância ou pela gravidade flagrante de sua ausência explícita no universo discursivo do *corpus* analisado – como em relação aos sujeitos à margem não apenas da sociedade que precedera os debates, mas também da grande maioria dos projetos aventados e averiguados nas páginas acima.

Por constância falamos, entre outros, de governo, imprensa e história. Governo como ordenamento não apenas da política, mas do próprio tempo – ou, melhor dizendo, determinadas concepções do tempo enquanto agentes dessa ordem –, quando atualizado pelo revolver das eras, pelo regenerar dos fatos – e dos faustos – na ação dos sujeitos que ousaram imaginar tal movimento revolucionário. História como manifestação da Providência, aos moldes d’O Paraense, ao comentar a nomeação da Junta Provisória que haveria de governar o Grão-Pará como província, e não mais capitânia, aos moldes do decreto das Cortes de 29 de setembro de 1821: “Salve, oh dia onze de Março! Dia memorando, que, enchendo as páginas da História Paraense, assiná-las *a época da felicidade que a Providência nos prepara no porvir!*”⁴²⁴ [grifos nossos]”. Força assaz superior no imaginário luso-brasileiro àquelas novas roupagens que traduziam a mesma potência do destino sob os signos do progresso filosófico e tecnológico. Imprensa – e, conseqüentemente, opinião pública – como “rainha do mundo”, como instrumento em si poderoso de direção, de instrução e, de fato, epitome de qualquer regime que se pretendesse liberal, constitucional; arauto de quaisquer projetos que se almejassem democráticos, precisamente pelo coro polifônico que formavam e, a partir de então, não cessariam de formar, com suas opiniões, conceitos, julgamentos e mesmo insultos. Pois, se “o campo da Política é o do diálogo no plural que surge no espaço da palavra e da ação”⁴²⁵, preferencialmente na Rua, na esfera pública onde o privado – a Casa, onde reina a liberdade do homem – e o oficial – o Estado, sede da autoridade – se encontram; então é a imprensa que melhor representa esse espaço, enquanto ferramenta produtora desse diálogo, fomentadora dessa pluralidade e reforçadora de valores comuns.

⁴²⁴ O Paraense, n. 2. 25 mai. 1822.

⁴²⁵ ARENDT, H. 2016, p. 21.

Nesse sentido, o redator de uma folha local não raro constituía um agente da centralização [embora, para nossa discussão, preferíssemos civilização à centralização] muito mais significativo do que um empregado público. Os valores de Ordem, de adesão ao Império e ao Imperador, de respeito à Constituição e aos Poderes Políticos que as folhas locais difundiam [...] cumpriam papel conservador e integrador que não encontrava comparação no desempenho do mais diligente dos empregados públicos. Em seu âmbito e com os recursos de que dispunham, *tais redatores não deixavam de contribuir para a superação das concepções localistas e particularistas em proveito de uma concepção de vida estatal*⁴²⁶ [grifos nossos].

Ou, como frisou João Soares Lisboa, no número 25 do seu *Correio* impresso em maio de 1822: “Nos Governos Constitucionais serve de termômetro aos Governantes a Opinião Pública e esta não se pode dar a conhecer senão por meio da Imprensa”⁴²⁷. E, quase 50 anos depois, o mesmo princípio ecoava de um dos conselhos do próprio governante brasileiro, dom Pedro II, à sua jovem herdeira, então prestes a assumir o governo pela primeira vez na condição de Regente, em 1871.

*O sistema político do Brasil funda-se na opinião nacional, que, muitas vezes, não é manifestada pela opinião que se apregoa como pública. Cumpre ao imperador estudar constantemente aquela para obedecer-lhe. Dificílimo estudo, com efeito, por causa do modo por que se fazem as eleições; mas, enquanto estas não lhe indicam seu procedimento político [...] é indispensável que o imperador [...] procure [...] informar-se cabalmente de tudo que se disser na imprensa de todo o Brasil*⁴²⁸ [grifos nossos].

Por “opinião nacional” tomamos precisamente a Rua, como conceituada por Ilmar Rohloff Mattos. É na Rua que se imprime uma nação e são os jornais que melhor representam essa Rua, apesar da sociedade não depender irrestritamente apenas deles para produzir suas imagens e sentidos, defendemos que, naquele momento da década de 1820, eles foram suportes privilegiados dessa produção, ajudando a configurar a nação emergente pelos valores compartilhados e pela policromia de opiniões contrastantes necessárias ao desenvolvimento de um regime aos moldes do liberalismo hegemônico no Ocidente à partir do Oitocentos. E se:

Os historiadores [do processo de independência] aderiram à *interpretação econômica da história*, o que impôs um novo *sentido* à recolonização: cada uma das ingerências das Cortes no Brasil foram *representadas* como recolonizadoras, passaram a ser representadas como meios calculados para efetuar a restauração do estado de coisas vigentes nas relações entre Brasil e Portugal antes de 1808⁴²⁹ [grifos nossos].

⁴²⁶ MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec. 2017, p. 225-6.

⁴²⁷ Correio do Rio de Janeiro, n. 25. 8 mai. 1822.

⁴²⁸ PEDRO II. Apud ECHEVERRIA, R. **A história da Princesa Isabel**: amor, liberdade e exílio. Rio de Janeiro: Versal. 2014, p. 137.

⁴²⁹ ROCHA, A. p. 2009, p. 38.

Foi de forma muito semelhante que a imprensa atingiu seu objetivo de “dirigir”, de mobilizar, as opiniões do seu público-alvo – a saber, em geral, as elites locais, mas não resumindo-se o processo apenas a estas: concebendo e representando medidas controversas enquanto ameaças aos interesses particulares dos grupos envolvidos.

Veículos como o *Correio Brasiliense* – que parece ter influenciado de forma particularmente intensa nessa construção – o *Conciliador do Maranhão*, ou o *Correio do Rio de Janeiro* imaginaram ações e movimentos políticos como “recolonização”, “revolta escrava” e afins, até que, por fim, esta lhes fosse a verdade imputada pela história, do visconde de Cairu a Emílio Viotti da Costa e muitos outros.

5. DIÁRIO DE VIAGEM

O prazer do homem nunca é completo, sua imaginação sempre em atividade lhe apresenta motivos capazes de lhe aguentarem o prazer por um ou outro modo.⁴³⁰

5.1. Na caverna dos sonhos recalçados

– Vivemos tempos sombrios. – O andarilho ouviu uma voz dizer enquanto vagueava por seu caminho. Teria sido sua própria voz? A voz de sua sombra? Por vezes julgava-a sua melhor companhia e amiga, mas não. Mais à frente pôde perceber que aquele lamento provinha de uma multidão reunida onde o caminho se expandia, levando à enorme entrada de uma caverna. – Abençoados sejam os dias sombrios. – Pensou consigo mesmo. – Pois haveria vida sem luta?

Infelizmente aquele povo não parecia concordar com seus pensamentos e encarava o eremita que lhes observava agora mais de perto, com desconfiança e desprezo, pois ouviram toda a sorte de mentiras com relação aos sujeitos que erravam pelos ermos e a cidade, observando e contemplando tudo. Irritados eram os rostos que via conforme se misturava à multidão, mas também melancólicos, enfraquecidos e mesmo alguns amedrontados e empedernidos. Vozes sem rosto destoavam do burburinho geral outra vez, alterando os ânimos de muitos e arrastando todos em um turbilhão. Assim, sem poder resistir, o andarilho seguiu aquelas pessoas caverna adentro tomado, como estava, pela mesma ânsia opressiva a lhe acuar e insuflar como toda aquela gente posto que, ainda que inquieto, inconformado e introvertido, o andarilho também era parte daquela gente.

Na parca luz que alcançava o longo túnel depois da entrada ele via o desígnio das Três Parcas, às quais, “conforme as pitonisas uma vez admitiram”⁴³¹, mesmo Zeus está sujeito. Algumas pessoas, assustadas, se davam as mãos. Outras, delas faziam troça. Uns indicavam tal caminho, outros reclamavam e apontavam outra direção, clamando por uma saída enquanto as trevas se adensavam, bem como seu medo. Logo se puseram a praguejar contra a escuridão e quando os mais intrépidos dentre aquele povo conseguiram fazer fogo, todos adoraram a luz como sua salvadora supra terrena. Não obstante, tão logo viram suas próprias

⁴³⁰ Astro da Lusitânia, n. 7, 13 nov. 1820.

⁴³¹ GRAVES, R. **Os mitos gregos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 76.

sombras, passaram a identificá-las como demônios que a cada um mais convinha, construindo ídolos com palavras de submissão e mortalhas para aqueles que entregavam seus corpos à flagelação.

Tais cenas despertaram no andarilho náusea e repulsa. E soube que precisava de sua solidão para lhe acalmar os olhos feridos com tamanha idólatra mortificação da vida. Assim embrenhou-se por passagens até então inexploradas por seu povo. Também pudera: eles gostavam de espaços amplos e assépticos, enquanto as sendas onde o eremita se espremia eram apertadas, claustrofóbicas, aracnídeas. Mesmo assim, sentia-se melhor ali do que na presença de tolos que drenavam suas energias, deixando-o como que apático e doente. E quanto mais longe e mais fundo ia, mais fraca tornava-se a luz dos archotes que, dizia seu povo, afastava-lhes os demônios. – Mas e quanto a seus demônios interiores? Esses parecem amar mais o subterfúgio da luz do que seus donos... – Aquela reflexão intensificou suas náuseas, desnordeando seus sentidos e provocando uma intensa enxaqueca, ao passo em que se afastava mais e mais daquilo que mais lhe atraía repulsivamente. E quanto mais fundo o andarilho ia, mais sentia faltar-lhe o ar, tão claustrofóbica e rarefeita era a atmosfera das alturas abissais que desejava alcançar. E quando não mais suportava, caiu de joelhos ao chão de uma ampla galeria, onde nenhuma luz o alcançava e o ar tornava-se mais límpido com o gotejar de água nas estalactites de um teto que não podia ver, mas que intuía ser imenso e o agudo trissar de morcegos. Ali o andarilho regurgitou todas as enguias venenosas de sua cultura psicótica, porém suas toxinas já haviam penetrado em sua corrente sanguínea para o bem e para o mal.

Agora o andarilho sentia-se cansado ele mesmo e assim deitou suas costas doloridas no úmido e duro chão da caverna. Ali tudo que seus olhos abertos podiam ver era a mais plena e perfeita escuridão, com sua vida própria e presença enérgica e plena. De início teve medo de toda aquela escuridão, tal como seu povo o fizera quando adentrara a caverna. Ouviu toda a miríade de sons: o lento tilintar das gotículas e seu eco, reverberando por câmaras e túneis sem fim, retornando no lúgubre ulular do vento pelos corredores e imaginou se não seriam os cães do inferno de que tanto temiam as pessoas, vindo agora buscar sua alma desviada e subvertida... – Mas “o perdido para o mundo conquista seu mundo”⁴³²... – Falou, como que para acalmar a si mesmo. Então ouviu mais ecos, dessa vez soando imemoráveis. Seria a própria caverna? Os gemidos guturais e distantes da própria terra por abrigar tanta imundície. Seria o chamado de Gaia? Ela o atraía também, o andarilho percebeu. Sempre o atraía com

⁴³² NIETZSCHE. F. *Ibidem.*, p. 26.

seu excesso de vida, de morte e renascimento. Estaria ela tendo contrações agora? Estaria agonizando para fazer nascer uma nova criatura? Ou estaria o peregrino projetando sua própria gestação sobre o ventre da mãe terra? Parado ali por algum tempo a contemplá-la começou a compreendê-la apenas um pouco melhor. – Tememos as trevas não pelo escuro em si, mas pelo imenso magnetismo que exerce sobre nós, de dentro para fora. Porém, e ao contrário das luzes, que cegam, queimam e machucam quando em demasia, a escuridão é serena, mesmo em todo seu poder e intensidade. Assim é o abraço da noite, para aqueles que se permitem senti-la.

Então percebeu que começara a chover e que a água descia pelas entranhas da terra, reproduzindo outro chuvisco na abóbada cavernosa. Passos se fizeram ouvir em meio ao som da chuva ecoando pelas pedras. Uma chama de fogo-fátuo brotou do solo, dando forma a um ritual extático conforme sombras cantavam e dançavam em um frenesi orgiástico, como as bacantes antigas, batendo seus pés com força para acompanhar o ribombar de tambores que mais pareciam trovões, vindos dos mais profundos confins da terra, excitando-as a se entregarem num transe ao qual convidaram o estranho andarilho do mundo luminoso, que as observava, fazendo troças quase ingênuas em sua malícia e melindre, iniciando um andarilho desnudo em seus mistérios e partilhando com ele seus sacrifícios e festins antropofágicos.

Dessa forma o andarilho se cansou e logo adormeceu. E adormecendo, sonhou: viu um esplêndido templo, deveras digno e magnânimo sobre todos os outros templos da terra; geometricamente perfeito, proporcionalmente elevado, tudo para a glória e soberba do soberano decapitado, que então lhe aparecia eufórico e sorridente, cingindo a coroa de um império fragmentado. E sonhando, acordou! Sua mente foi tomada por um intenso espasmo e, plenamente acordado, permanecia como que dormente. Sentiu-se levitar e vislumbrou uma janela (que também se transformava em uma porta) fechada. Pelas frestas a luz solar espreitava, numa torrente quase incontrolável. E o próprio andarilho lutava consigo mesmo: sua luz e sua escuridão, mas dentro dele a potência irresistível - que agora demandava ser ouvida, não mais ser ignorada ou temida – eram as trevas, plácidas, ainda que potentes como as profundezas do oceano. E das contrações daquele trabalho de parto, sua psiquê deu à luz a imagem de um continente inteiro, sul-americano, onde duas massas de terra distintas também digladiavam entre si: uma delas porção gigantesca de terras verdejantes formada por ígneas montanhas, planaltos, planícies e depressões que irrompem desajeitadas no concerto das nações, em oposição ao restante do continente, colorido de vermelho, cerceando um Brasil que – o vidente não sabia dizer – ora parecia resistir ao avanço da força que o ameaçava, ora parecia expandir-se imperiosamente às custas das terras e das gentes que se punham em seu

caminho. Nada era certo, apenas o conflito, a mudança. Conflito inerente ao homem e a tudo que é humano, como explicitado pelas palavras de um velho sábio: “Esse mal-estar, essa tensão, é consequência da ruptura da sociedade fechada. É sentida ainda mesmo em nossos dias, especialmente em tempos de mudança social⁴³³. E que mudança seria mais pulsante, enigmática e incessante do que aquela que primeiro nos reuniu em um todo chamado Brasil Um todo multifacetado, fragmentado, dissociado. Um todo que ainda carece de se conhecer, de enfrentar a si mesmo no espelho e encarar sua própria sombra; de reconhecer a si mesmo nas imagens do passado para talvez – e apenas talvez – ressignificar o seu presente e reescrever o seu futuro. Cabe ainda interrogar o futuro de uma nação que apostou tudo nele? Quem sabe o futuro-passado?

5.2. Apologia da caverna

O andarilho ocupado com aquelas questões procurou por uma senda que o levasse de volta a seu povo e, buscando no escuro com seu olfato, pelo ar mais fresco, encontrou-o poluído com odor de fumaça e carne putrefata e soube por onde seguir, sabendo que as pessoas não haviam mudado. Alcançando-os, contudo, teve uma surpresa. Enfim tinham encontrado uma saída e a luz do dia parecia ter-lhes inspirado a produzir e partilhar conhecimento, ainda que poucos entre os vários círculos de pupilos se calassem para realmente ouvir. Mesmo assim, aquilo o alegrou, ainda que sua alegria não durasse muito tempo. Pois logo que se sentou entre os discípulos de um dos mestres notou como todos os presentes continuavam desprezando as mesmas sombras que outrora temiam. Porém, julgou, o desprezo e a ignorância atuais eram piores que os temores de outrora, uma vez que pretendiam renegar a escuridão, tratando-a como uma simples ausência de luz e, assim também toda a vida, como uma ilusão passível de ser rejeitada em proveito da realidade, do mundo das ideias das coisas por si mesmo, da luz da lógica e da retórica sobre as trevas da superstição e da barbárie. – Realmente, irmãos. – Protestou. – Tudo isso é bárbaro, quando já se decidiu pelo que é, e o que não é, civilizado. – Porém ninguém lhe respondeu e, por fim, o andarilho ponderou, talvez suas palavras fossem sombrias demais para serem ouvidas ali. Assim tornou a se calar e observar, como fizera então, notando que, não tão profundamente, aquela lição tão bem articulada parecia apenas reformular as projeções dos antigos,

⁴³³ POPPER, K. apud MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora da USP,. 1972, p. 22.

substituindo velhos ídolos de pau e pedra por novos, agora chamados mesmo de anti-ídolos, tamanha a pretensão de mestres, mas sobretudo de seus discípulos. Contudo, naquele instante, uma fissura se efetuou no tempo, tamanho fora o poder de explosivos detonados não muito longe dali. E para lá foi o andarilho que, como ogro, farejava incessante o cheiro de carne humana⁴³⁴. No entanto, precisou parar pouco depois de deixar a caverna. O que haviam feito com o suposto mundo real? Brilhava tão intensamente que era difícil ver mais que alguns palmos à frente. Luz e fumaça misturavam-se em brumas iluminadas, forçando a visão de qualquer um que se atrevesse aventurar pelas ruelas estreitas de ladrilhos simétricos, rumo ao seu destino, à sua busca por compreender o que todos aqueles acontecimentos representavam. E como fazê-lo? Como entender o presente, senão pelo estudo do passado? Como entender o brilho ofuscante de telas a nos cegar os olhos e diminuir o sono, senão olhando as iluminadas palavras impressas outrora? Pois “quando faltam as ideias, disputa-se mui bem só com palavras, com palavras sistemas se constroem, na palavra se crê com fé profunda, da palavra um iota não se tira”⁴³⁵.

5.3. “Uma claridade sem sombras é uma onipotência impotente”⁴³⁶

Ouvia o tilintar de espadas e o estrondo incessante de tiros. Muitos matavam indiscriminadamente em nome de seus ídolos e mesmo aqueles que os chamavam de anti-ídolos e se orgulham de haver reprimido por completo seus instintos bestiais em nome dos valores mais elevados. E de todos os anti-ídolos, o mais cruel era o Estado. Estilhaços voavam, pontes e diques se rompiam, escombros assomavam-se. – Revolução! Revolução! Viva a Revolução! – Ouviu gritarem do alto dos telhados por onde passava.

– Mas que Revolução? – Pensou em voz alta seguindo na direção oposta das pessoas que fugiam, apavoradas. Flâmulas tremulavam em frangalhos, suas silhuetas como espectros de um sonho febril, esvoaçando entre feixes de luz intensa e fumaça. Do alto dos telhados quebradiços figuras heroicas bradavam rompantes gritos: – Pátria amada, Brasil! Mais alguns passos, o andarilho deu de frente com alguns jovens patrióticos e insensatos, que traziam o inflamado verso de nosso hino nacional tatuado no peito: “se ergues da Justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta”. E quanto mais avançada, agora em uma ampla e outrora requintada avenida, mais daquelas pessoas via, sobretudo jovens, impulsionados pelos aplicativos de seus digitais dispositivos, a ideia de um Brasil “acima de tudo” (como a

⁴³⁴ BLOCH, M. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar. 2001, p. 54.

⁴³⁵ GOETHE, J. W. **O Fausto**. São Paulo: Martim Claret, 2016, p. 101

⁴³⁶ LEÃO, E. C. In: ANAXIMANDRO. **Os pensadores originários**. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 17.

Alemanha ultrarromântica e nacionalista do século XX) ganhou corpo, arrastando multidões em passos de dança coreografada, vestidos em auriverde enquanto bradam: – Nossa bandeira é verde e amarela, ela jamais será vermelha!⁴³⁷

– De fato. – Ponderou, por um instante. – No caminho que percorri rumo às sombras do passado, vi esse mesmo fantasma conjurado outras vezes. Uma impressão de comunismo na superfície do discurso; um medo de insurreição dos oprimidos – de haitianismo⁴³⁸ – quando se levanta os véus auriverde e escarlata que o falso profeta defende com a destra e rechaça com a canhota, respectivamente⁴³⁹, usando-a como subterfúgio de determinados setores para apoiar rupturas drásticas na ordem política, quer em 1822, 1889, 1937, 1964... ou atualmente; e ainda não de todo compreendidas. – Todavia, aquela imagem onírica da tensão ctônica entre um Brasil verde e uma América vermelha⁴⁴⁰ pulsou de novo em sua mente e mais do que ela, pulsou também toda a negação do sangue derramado, da carne queimada, da pele indígena e negra sendo açoitada. Então é assim que deve ser? É assim que ainda é. E o andarilho seguiu sua jornada.

Ao final daquela longa avenida percebia que poucas pessoas por ali transitavam. A região parecia mais abandonada, pichada e mal-conservada. O brilho desmedido das luzes continuava ferindo seus olhos, mas lentamente podia notar uma diminuição em sua intensidade pouco antes de parar na calçada, dando de cara com o mais cruel dos monstros que as luzes da civilização resguardavam: o Estado. Porém este jamais assumia sua real forma e quando o fazia era sub-repticiamente, através de seus atos desumanos e burocráticos; de sua

⁴³⁷ BOLSONARO, J. M. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro ao público no Palácio do Planalto. In: *Zero Hora*. Porto Alegre. Disponível em < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-ao-publico-no-palacio-do-planalto-cjqe8uztr0oth01rxlh712gji.html> >. Acesso em 20 de fev. 2021

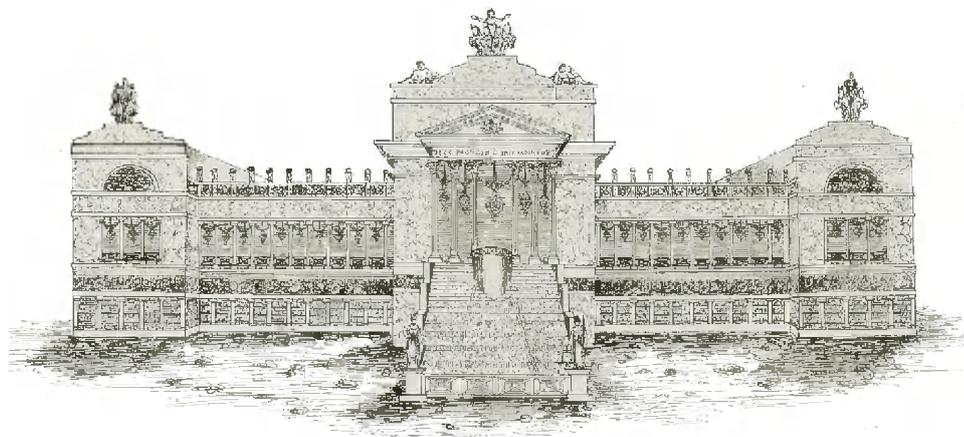
⁴³⁸ Edgar Cavalli Júnior defini o haitianismo como a construção de uma “ideia de que as colônias americanas fornecedoras de matérias-primas e mercados consumidores para os produtos industrializados europeus, corriam o sério risco de serem ‘destruídas’, fugindo de suas mãos [dos colonizadores brancos] e passando ao controle de novos grupos locais, que seriam formados por ex-trabalhadores escravos insurgentes” (2020, p. 64).

⁴³⁹ Ainda no tocante às cores nacionais, hão que se acrescentarem as propostas de Silva Jardim e do Barão do Rio Branco, no idos da proclamação da República e que versavam com o tema das cores das três raças (o branco europeu, o preto africano e o vermelho ameríndio). Ambos os projetos mantinham o escudo do Império, ainda que o de Silva Jardim flertasse mais de perto com “a força progressiva do movimento popular” (SILVA JARDIM, apud LUZ, p. 75) ao encimá-lo por um barrete frígio, enquanto o projeto que o barão apresentou à Lopez Trovão trazia como timbre o sol nascente, mas que mesmo assim, sequer foi levado à Constituinte de 1891 para consideração (LUZ, p. 76).

⁴⁴⁰ Se, como cremos, “cada segredo da alma de um escritor, cada experiência de sua vida, cada qualidade de seu espírito está largamente expressa em sua obra” (WOOLF, V. 2013, p. 99) também o inverso acontece. No processo criativo, a obra toma conta do escritor que em suas imagens mergulha profundamente, ao ponto de, nas palavras de Jean-Jacques Wunenburger, se deixar “arrebatar por elas” [as imagens], deformando-as, e enriquecendo-as “para fazer nascer uma vivência poética, atingindo sua plenitude [precisamente como me aconteceu por ocasião da concepção da imagem dicotômica continental supracitada] no devaneio desperto” (2007, p. 18).

tortura, quer sutil, quer avilanada. – Leviatã? – Chamou-lhe o andarilho, cobrindo a fronte para melhor ver a fachada do grotesco templo: meio moderno, feito de cru e laico cimento; meio romântico, neogótico com a argamassa do tempo. Ordem e Progresso, leu no frontispício, adornado por estoicas colunas greco-romanas e horrendas gárgulas medievais. E quando empurrou as pesadas portas, suas dobradiças rangeram. O peregrino cruzou os umbrais encimados por um busto de Cronos. Queriam assim, seus construtores, que o monstruoso templo civilizatório do Estado-nacional contemporâneo transmitisse aos transeuntes e visitantes curiosos a impressão de ser deveras mais velho do que realmente era, sendo na verdade fruto de turbulências experimentadas na antessala dos séculos XIX e XX. Naquela época, a linguagem impressa teve, nesse mesmo processo, função destacada.

Figura 1: Leviatã: ou, a Varanda da Aclamação. Retomando o costume de origem lusitana rompido na aclamação do primeiro imperador, a elite política responsável pela Maioridade mandava erigir um edifício temporário conhecido como varanda e que representa, ao mesmo tempo, um esforço de consolidação do Império e pontapé inicial a um projeto civilizacional. Ainda que a cronologia afaste a imagem do período estudado, os planos de consciência da memória os condensam na alegoria do edifício nacional.



Fonte: Varanda da coroação de S.M.I. D. Pedro II, Imperador do Brasil⁴⁴¹.

O andarilho fez uma pausa no salão de entrada quadrangular, observando o constante tráfego de idosos e crianças, além de intelectuais, escribas, curiosos, sacerdotes, militantes, militares e burocratas. Estátuas de Clío e Hermes guardavam o recinto e a ambos o peregrino pede passagem, a fim de adentrar o templo e investigar as antecâmaras do discurso então

⁴⁴¹CARVALHO, R. M de. *Collecção dos desenhos das principaes illuminações nos dias da coroação do Snr. D. P.* 2º. 1841, p. [desenho 01]

impresso nas paredes do edifício político chamado Brasil ao longo de sua primeira década como Estado independente, mas sabendo que havia muitos outros pictogramas gravados naquela estrutura ao longo dos últimos dois séculos. Antecâmaras essas que nos remetem à cultura política enquanto uma consciência de congregação territorial dos sujeitos, de amálgama de todo nosso metal heterogêneo⁴⁴², supostamente unificada por laços cordiais e fraternos à qual Benedict Anderson chamou de “condição nacional”⁴⁴³. E não apenas disso, contudo, mas também de uma, por vezes, violenta inconsciência recalcada da natureza intrinsecamente heterogênea desses nossos metais.

Com isso em mente, o peregrino seguiu por uma porta de alvo mármore à direita, sabendo que assim chegaria à ala esquerda do prédio. Ligeiramente curvo era o corredor, como em espiral, suavemente descendo. E quanto mais o andarilho caminhava, tão menos iluminado o caminho ficava. Por fim, chegara a uma encruzilhada. – Afinal não é assim com toda experiência heurística? Não é assim que se escreve a história? Não competem cada um dos elementos diversos, “segundo sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular”⁴⁴⁴? – Perguntou a si mesmo. No entanto, apareceu-lhe naquele momento, vindo da direção mais penumbral, nem tão clara que machucasse a visão, tampouco escura demais, como na caverna de onde viera.

Seus passos ecoavam e logo o andarilho soube por quê. – Vem. – O erudito convidou, conforme saía do portal e tirava seus sapatos. – Deves saber que o templo pode ser impuro e que de santo não tem nada. Calça agora minhas sandálias, posto que elas são de chumbo e identifica em meio aos rastros daqueles que vieram antes de ti as impressões justapostas que te concernem. Pois precisarás ter os pés firmes no chão para alçar os mais ousados voos.

Suspirando, inseguro, o viandante calçou as sandálias do erudito. E enquanto o fazia, recebia da destra do sujeito o fio de Ariadne. – Toma também este fio, uma vez que ele há de te guiar, como a Teseu, pelo labirinto que Dédalos projetou a mando do Rei Minos⁴⁴⁵. Mas cuidado, ele foi cortado em alguns pontos, ou se rompeu em outros, com o passar dos anos. Mesmo assim, é a melhor ferramenta de que podes prover para chegar aonde desejas. A

⁴⁴² SILVA, J. B de A. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura. In: SALGADO, G(org). **Memórias sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 69.

⁴⁴³ ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 28.

⁴⁴⁴ MARTIUS, C. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Revista Trimensal de História e Geografia**. n. 24. Jan. 1845, p. 382.

⁴⁴⁵ GRAVES, R. Op.Cit .p. 501.

procura de rastros e imagens nas paredes pode desviar-nos do trajeto inicialmente proposto, levando-nos a encarar novos horizontes e esperar por novas descobertas que fortaleçam o andarilho em sua jornada pelas sendas labirínticas do saber que costuramos através do tempo, olhando para ambas as faces de Jano, tentando compreender o que entre ambas a partir do ponto em que se encontram; a saber, o presente. Agora vai, andarilho. Segue teu caminho, pois Jano (e sabe-se lá quem mais) o espera.

6. REFERÊNCIAS

6.1 Fontes

Astro da Lusitânia, n. 1. 30 out. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 2. 1 nov. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 4. 6 nov. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 6. 11 nov. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 7. 13 nov. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 19. 7 dez. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 24. 14 dez. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 25. 15 dez. 1820.

Astro da Lusitânia, n. 47. 15 jan. 1821.

Astro da Lusitânia, n. 125. 11 ago. 1821.

Astro da Lusitânia, n. 131. 28 abr. 1821.

Astro da Lusitânia, n. 184. 55 jul. 1821.

Astro da Lusitânia, n. 28. 11 mar. 1822.

Astro da Lusitânia, n. 138. 1 ago. 1822.

Astro da Lusitânia, n. 11. 15 jan. 1823.

Astro da Lusitânia, n. 80. 15 abr. 1823.

Conciliador do Maranhão, n.1. 14 abr. 1821.

Conciliador do Maranhão, n. 2. 19 abr. 1821.

Conciliador do Maranhão, n. 6, 3 mai. 1821.

Conciliador do Maranhão, n. 36, 14 nov. 1821.

Conciliador do Maranhão, n. 40. 28 nov. 1821.

Conciliador do Maranhão, n. 51. 5 jan. 1822.

- Conciliador do Maranhão, n. 80. 16 abr. 1822.
- Conciliador do Maranhão, n. 148. 11 dez. 1822.
- Conciliador do Maranhão, n. 186. 23 abr. 1823.
- Conciliador do Maranhão, n. 193. 27 mai. 1823.
- Conciliador do Maranhão, n. 195. 24 mai. 1823.
- Conciliador do Maranhão, n. 210, 16 jul. 1823.
- Correio Braziliense, n. 1. jun. 1808
- Correio Braziliense, n. 29. jul. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 5. 15 abr. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 25. 8 mai. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 27. 10 mai. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 35. 21 mai. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 47. 26 set. 1823.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 73. 11 jul. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro. n. 144. 4 out. 1822.
- Correio do Rio de Janeiro, n. 157. 19 out. 1822.
- Diário do Rio de Janeiro, n. 06001. 1 jun. 1821.
- Diário do Rio de Janeiro, n. 06011. 11 jun. 1821.
- Diário do Rio de Janeiro, n. 07006. 07 jul. 1821.
- Diário do Rio de Janeiro, n. 10005. 6 out. 1825.
- El Universal de Madrid, n. 216. 4 ago. 1821.
- Gazeta do Rio de Janeiro, n. 124. 12 out. 1822.
- Gazeta di Rio de Janeiro, n. 125, 17 out. 1822.
- O Português, ou Mercúrio Político, Comercial e Literário, 1820, v. 11, n. 64.

- O Paraense, n. 1. 22 mai. 1822.
- O Paraense, n. 2. 25 mai. 1822.
- O Paraense, n. 44, 10 out. 1822.
- Regulador Brasileiro, n. 11, s.d.
- Regulador Brasileiro, n. 18, s.d.
- Semanário Cívico, n. 1. 1 mar. 1821.
- Semanário Cívico, n. 14, 31 mai. 1821.
- Semanário Cívico, n. 23. 2 ago. 1821.
- Semanário Cívico, n. 37. 9 nov. 1821.
- Semanário Cívico, n. 45. 3 jan. 1822.
- Semanário Cívico, n. 49. 31 jan. 1822.
- Semanário Cívico, n. 80. 12 set. 1822.

6.2 Bibliografia

- ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ANAXIMANDRO. **Os pensadores originários**, Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSART, P. **A Gestão das Paixões Políticas.** Curitiba: Editora UFPR. 2019.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva. 2016.
- As Juntas Governativas e a Independência.** V. 1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio.** São Paulo: WMF Martin Fontes. 2018.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso:** ensaios sobre as imagens da intimidade. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2019.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: **Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem.** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Márcia Fagundes. **Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BEZZON, Lara Crivelaro. (Org.). **Comunicação, Política e Sociedade.** Campinas: Editora Alínea, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOECHAT, Walter. (Org.). **A Alma Brasileira:** luzes e sombras. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BOLSONARO, Jair Messias. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro ao público no Palácio do Planalto.** In: *Zero Hora*. Porto Alegre. Disponível em < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-ao-publico-no-palacio-do-planalto-cjqe8uztr0oth01rxlh712gji.html> >. Acesso em 20 de fev. 2021.

BRANDÃO, Antônio. **Terceira parte da Monarquia Lusitana:** que contém a história de Portugal, desde o Conde Dom Henrique até todo o reinado de El Rei Dom Afonso Henriques, Lisboa: Imprensa Craesbeeckiana, 1690.

BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia. (Org.). **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

BRITO, Bernardo de. **Monarquia Lusitana:** parte primeira, que contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo. Lisboa: Imprensa Craesbeeckiana, 1597.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei:** a construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma História Social a Mídia:** de Gutenberg à Internet. Rio e Janeiro: Zahar, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello. **Às armas, cidadãos!** Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CELSO, Afonso. **O Imperador no Exílio**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, s/d.

CENE, Vonei Ricardo. **Geografia e paisagem tropical nas pinturas de Johann Rugendas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor**. In: Revista Entre Palavras, v. 7, jan/jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.7.1.571-591>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

COELHO, Geraldo Mártires. O jornal O Paraense e as ideias liberais no Pará de 1822. In: **Seminário Internacional Independência nas Américas: 190 anos da independência do Brasil na Bahia**, 1., 2013. Salvador.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Fontes, 1998.

DETIENNE, Marcel. **A Identidade Nacional, um Enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Dicionário Etimológico da Mitologia Grega On-Line. Dipartimento di scienze dell'Antichità, Università degli Studi di Trieste, Trieste. 2020. Disponível em: <www.demgol.units.it>. Acesso em 21 dez. 2021.

Dicionário da Língua Portuguesa, Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1409900/or1409900.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

ECHEVERRIA, Regina. **A história da Princesa Isabel: amor, liberdade e exílio**. Rio de Janeiro: Versal. 2014.

ELYEL, Jhonatas. **As duas mortes do imperador: a imagem política de D. Pedro II na Gazeta de Notícias**. Independently Published, 2018.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **O Fausto**. São Paulo: Martin Claret, 2016.

GRAVES, Robert. **Os mitos gregos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

RESENDE, Rafael Fanni Dias. **Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio de. et al. (Org.). **História, Arqueologia e Educação Museal: patrimônio e memórias**. Teresina: EDUFPI, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e148>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Imprensa e Política na Belém do início do século XIX (1820-1830). In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 9, 2010, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0153-1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **Os sentidos da nação e a independência do Brasil sob a ótica da imprensa portuguesa do século XIX (1820-1823)**. Relatório (Pós-Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France. 1979-1980** (aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980). São Paulo: Centro de Cultura Social. 2009.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: por uma crítica da “razão política”. In: **Novos Estudos**. São Paulo, 1990.

GALVÃO, Duarte. **Crônica de El Rei Dom Afonso Henriques**, Lisboa, [s.n]. 1906.

GALVES, Marcelo Cheche. Comemorações vintistas no Maranhão (1821-1823). In: **Revista Outros Tempos**, vol. 8, n. 12. dez. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.18817/ot.v8i12.49>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**, 1987.

GONÇALVES, Liviston Frank. **Varnhagen: idealizador de um projeto de nação**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

GRAVES, Robert. **Os mitos gregos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro. 2012.

HESÍODO. **Teogonia; O Trabalho e os Dias**. São Paulo: Martin Claret. 2014.

HESPANHA, Antônio Manuel. O constitucionalismo monárquico português: breve síntese. In: **História Constitucional**. n. 13, 2012.

HILTON, Lisa. **Elizabeth: uma biografia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2016.

HIPONA, Aurélio Agostinho de. **Cidade de Deus**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian. 1996.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. In: **Kinesis**, Revista dos Pós-graduandos em Filosofia, v. 12, n. 33. 2020. Disponível em: < <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2020.v12n33.p109-123>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

IHBG. **Sócios falecidos e estrangeiros**: Miguel de Sousa Melo e Alvim, 2021. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/MSMAlvim.html>>. Acesso: 15 dez. 2021.

JARDIM, Ana Cristina Magalhães. **O mito de Marília de Dirceu (1792-1889): aspectos da construção e da apropriação de heróis românticos e o processo de formação da nação brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

JAVARY, 2º Barão de (Org). **Fallas do Throno**: desde o anno de 1823 até o anno de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara temporaria e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinarias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das epochas e motivos que deram lugar a reunião das duas camaras e competente histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319> >. Acesso em: 26 jun. 2021.

JUNG, Carl Gustav. (Org.). **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2016.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia do inconsciente**. Petrópolis: Vozes. 2014.

JUNIOR, Edgar Cavalli. **Religião, racismo e Estado: a umbanda e a construção da nação brasileira nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

JÚNIOR, Hilário Franco. Raízes Medievais do Brasil. In: **Revista USP**, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13680>. Acesso em: 12 jun. 2019.

JUNIOR, Nelson Ferreira Marques. **Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação: áulicos, ideias e soberania na corte fluminense (1824-1826)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

KANT, Immanuel. **Começo conjectural da história humana**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KLAFKE, Álvaro Antônio. **Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários: pensadores radicais da independência – Rio de Janeiro (1822)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da independência e sua geografia política: estudo do surgimento do Brasil independente e sua inserção no contexto mundial**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2015.

LIMA, Luís Filipe Silvério. **O Império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042006-222642/en.php>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS, Ana Luiza. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O jornalista que imaginou o Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2019.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1999.

MANINI, Luiz Carlos Ferraz. **Em busca da liberdade: Cipriano Barata e a construção da ideia de nação no Brasil (1823-1831)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2016.

MARQUES, Gabriel Lima. Fé e constitucionalismo moderno na independência do Brasil. In: **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 10, no3, setembro-dezembro, 2018. Disponível em: <10.15175/1984-2503-20181030>. Acesso em: 29 jun. 2019.

MARENDINO, Laiz Perrut. **O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do Oitocentos (1808-1837)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2016.

MARINHO, Marcela Irian Angélica Machado. **Francisco Adolfo de Varnhagem, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidades e sujeitos históricos e as suas ressonâncias no ensino de história**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá. 2014.

MARTINS, Eugênia Tavares. **Iracema: a alegoria da mãe genti(o)l**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Revista Trimensal de História e Geografia**. n. 24 jan. 1845.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec. 2017.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora da USP, 1972.

MELO, José Marques de. **Sociologia da Imprensa Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MENEGUELLO, C. Algumas considerações sobre o conceito de História segundo Voltaire. In: **LOCUS: revista de história**. V. 3. N. 2. 1997.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria. Bessone. da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**, v. 10, jul/dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 10 ago. 2018.

NUNES, Marcos Machado. **O sublime tropical: transcendência, natureza e nação na formação do romantismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAIM, Leandro Burgallo. **A nação como possibilidade: Imprensa e manuais didáticos na difusão da identidade nacional no Brasil oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Dissertação sobre o direito de caçar: carta a Salvador Rodrigues do Couto**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PEREIRA, Christiane Peres. **A imparcialidade para doutrinar: os impressos de Joaquim José da Silva Maia no Brasil e em Portugal (1821-1830)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2013.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **O Conciliador e o jornalismo maranhense no início do século XIX**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PINHEIRO, Susana Marta Delgado. Religião, sociedade e vintismo no jornal *Astro da Lusitânia*. In: **Lusitânia Sacra**. 2004. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.14/4491>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

PINHO, Amon. Quinto Império, messianismos: Padre Antônio Vieira e a cultura popular tradicional luso-afro-brasileira. In: **Convergência Lusíada**, 2017. v. 24. n. 30. Disponível em: <<https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/120>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina, a história não contada**: a mulher que arquitetou a independência do Brasil. São Paulo: Leya, 2017.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro, a história não contada**: o homem revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: Leya, 2015.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas [s.n], 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROCHA, M. A. Coelho. da. **Ensaio sobre a história do governo e da legislação de Portugal para servir de introdução ao estudo do direito pátrio**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.

SANTARÉM, Visconde de. **Memórias para a história e teoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrarão pelos três Estados do Reino ordenadas e compostas neste ano de 1824**. Lisboa: Imprensa Régia. 1827.

SALGADO, Graça. (Org.). **Memórias sobre a Escravidão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1988.

SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (Org.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora UNB. 2002

SEIXAS, Jacy Alves. **Os tempos da memória**: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? In: Projeto História, v. 24, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/746>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA Elis Pacífico. **A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Marcelo Barbosa da. **Como inventar uma nação**: o ensaio de interpretação do Brasil em Varnhagem, Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro. 2011.

SILVA, Tiago João Queimada e. **As metamorfoses de um guerreiro**: Afonso Henriques na cronística medieval. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2014.

SILVEIRA Édu. **Tupi or not tupi**: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOFÓCLES [Et al.]. **O melhor do teatro grego**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974**. 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>. Acesso em: 23 jul 2019.

TONIATO, Gustavo Garcia. **A imprensa do Rio de Janeiro e o conceito de República (1820-1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca. 2019.

VALENTE, Vasco Pulido. O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809. In: **Análise Social**, vol. XV, n. 57, 1979. Disponível em: <analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989622B5kLS2ul0Kd90OB6.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Identidade, McLuhan, Sociedade**: ensaios sobre aldeias e galáxias. Independently Published, 2017.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa, 1789 – 1799**. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

WOOLF, Virginia. **Orlando**. São Paulo: Editora Landmark, 2013.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O Imaginário**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

7 ANEXOS

7.1 Palavras-chave por jornal analisado.

Astro da Lusitânia (1820-1823): 3035 páginas

Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Governo	1750	0,576
Cortes	1499	0,493
Nação	1477	0,486
Congresso	1345	0,443
Constituição	1238	0,408
Portugal	1012	0,333
Liberdade	975	0,321
Verdade	946	0,311
Poder	869	0,286
Povo	864	0,284
Guerra	850	0,280
Pátria	785	0,258
Razão	760	0,250
Brasil	668	0,220
Passado	527	0,173
Despotismo	454	0,149
Rio de Janeiro	437	0,144
Política	433	0,142
Portugueses	428	0,140
Inimigos	382	0,125
Bahia	369	0,121
Sentimentos	326	0,107
Imprensa	309	0,101
Juízes	306	0,100
Regeneração	289	0,095
História	283	0,093
União	275	0,090
Soldados	274	0,089
Monarquia	216	0,071
Futuro	189	0,062
Independência	187	0,061
Revolução	181	0,059
Assembleia	170	0,056
Irmãos	170	0,056
Patriotismo	167	0,055
Representação Nacional	166	0,054
Opinião Pública	166	0,054
Império	162	0,053
Grão-Pará	153	0,050
Maranhão	141	0,046
Soberania	124	0,040
Escravos	121	0,039
Escravidão	97	0,031
Anarquia	80	0,026
Desordem	80	0,026
Brasileiros	78	0,025
Separação	69	0,022
República	65	0,021
Negros	29	0,009
Índios	9	0,002

Conciliador do Maranhão (1821-1823): 1111 páginas

Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Governo	660	0,594
Maranhão	540	0,486
Cortes	533	0,479
Brasil	492	0,442
Portugal	433	0,389
Constituição	414	0,372
Nação	408	0,367
Liberdade	323	0,290
Congresso	322	0,289
Povo	311	0,279
Poder	292	0,262
Verdade	273	0,245
Pátria	253	0,227
Guerra	238	0,214
Sentimentos	206	0,185
Bahia	203	0,182
Passado	203	0,182
Monarquia	200	0,180
Rio de Janeiro	196	0,176
Soldados	193	0,173
Política	190	0,171
Imprensa	185	0,166
Portugueses	175	0,157
Despotismo	169	0,152
Razão	158	0,142
Patriotismo	139	0,125
União	125	0,112
Independência	117	0,105
Escravos	113	0,101
Irmãos	110	0,099
Juízes	109	0,098
Inimigos	106	0,095
Assembleia	95	0,085
Regeneração	84	0,075
Futuro	83	0,074
Brasileiros	75	0,067
Império	73	0,065
História	73	0,065
Opinião Pública	72	0,064
Anarquia	70	0,061
Grão-Pará	68	0,060
Desordem	46	0,041
Representação Nacional	42	0,037
Revolução	39	0,037
Escravidão	35	0,031
Soberania	35	0,031
República	27	0,024
Índios	22	0,019
Negros	20	0,018
Separação	20	0,018

Correio do Rio de Janeiro (1822-1823): 1160 páginas

Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Brasil	762	0,656
Governo	607	0,523
Liberdade	451	0,388
Povo	436	0,375
Rio de Janeiro	421	0,392
Portugal	412	0,355
Verdade	397	0,342
Nação	383	0,330
Poder	334	0,287
Pátria	318	0,274
Cortes	316	0,272
Constituição	307	0,264
Razão	277	0,238
Congresso	243	0,209
Império	232	0,200
Assembleia	224	0,193
Guerra	214	0,184
Brasileiros	199	0,171
Imprensa	194	0,167
União	188	0,165
Independência	187	0,161
Política	178	0,153
Sentimentos	170	0,146
Despotismo	168	0,144
Bahia	163	0,140
Inimigos	150	0,129
Portugueses	149	0,128
Passado	122	0,105
Irmãos	120	0,103
Opinião Pública	92	0,079
Patriotismo	91	0,078
Soberania	88	0,075
Escravos	81	0,069
Monarquia	80	0,068
Anarquia	69	0,059
Soldados	69	0,059
História	55	0,047
Juizes	51	0,043
Futuro	44	0,037
Escravidão	42	0,036
Grão-Pará	42	0,036
Revolução	38	0,032
Desordem	37	0,031
Regeneração	36	0,030
Separação	33	0,028
República	31	0,026
Maranhão	26	0,022
Representação Nacional	24	0,020
Negros	20	0,017
Índios	7	0,006

Diário do Rio de Janeiro (1821-1858): 46.925 páginas

Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Poder	15691	0,334
Passado	14701	0,313
Irmãos	12026	0,256
Futuro	8489	0,180
História	6960	0,148
União	5324	0,113
Política	5278	0,112
Nação	5124	0,109
Soldados	4167	0,088
Desordem	4051	0,086
Representação Nacional	3929	0,083
Juízes	3780	0,080
Escravos	3593	0,076
Rio de Janeiro	2693	0,057
Inimigos	2495	0,053
Bahia	1653	0,035
Opinião Pública	1171	0,024
Constituição	1113	0,023
Brasil	1022	0,021
Guerra	973	0,020
Soberania	964	0,019
Portugal	887	0,018
Separação	784	0,016
Regeneração	779	0,015
Império	692	0,014
Razão	649	0,013
Governo	488	0,010
Cortes	454	0,0096
Maranhão	280	0,0059
Verdade	217	0,0046
Portugueses	210	0,0044
Grão-Pará	206	0,0043
Povo	206	0,0043
Imprensa	206	0,0043
Liberdade	142	0,0030
Independência	132	0,0028
Assembleia	128	0,0027
Pátria	116	0,0024
Negros	97	0,0020
Brasileiros	84	0,0017
Sentimentos	52	0,0011
Patriotismo	50	0,0010
Revolução	43	0,00091
Congresso	36	0,00076
Índios	33	0,00070
Monarquia	27	0,00057
Despotismo	24	0,00051
República	17	0,00036
Anarquia	8	0,00017
Escravidão	4	0,00008

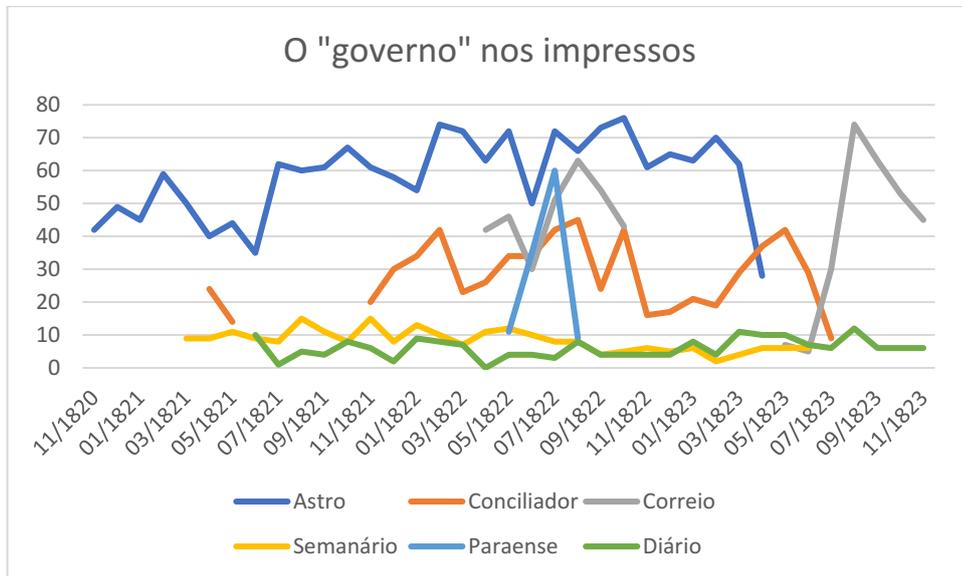
Semanário Cívico da Bahia (1821-1823): 541 páginas

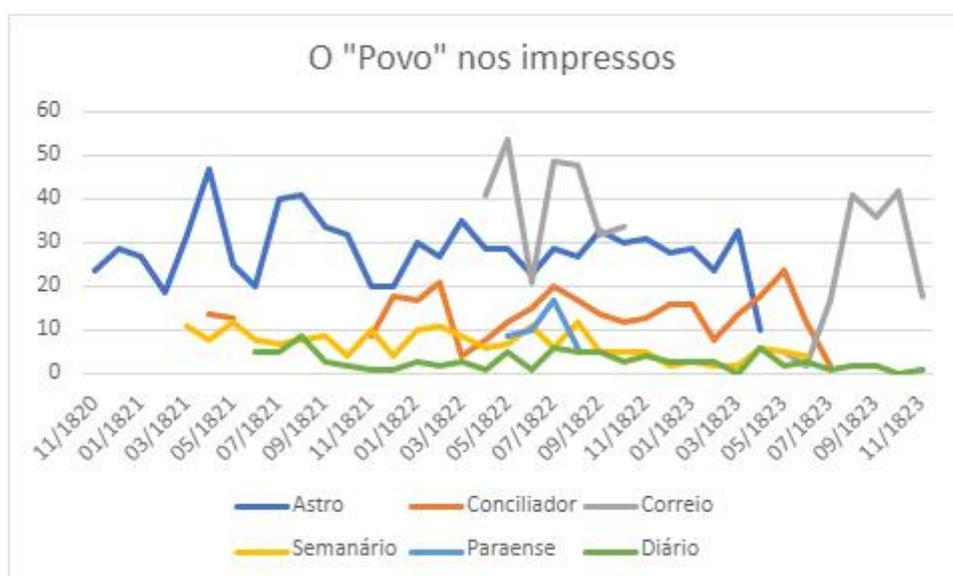
Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Brasil	241	0,445
Governo	238	0,439
Bahia	209	0,386
Povo	199	0,367
Portugal	143	0,264
Cortes	139	0,256
Rio de Janeiro	106	0,195
Verdade	102	0,188
Guerra	101	0,186
Poder	92	0,170
Nação	83	0,153
Constituição	72	0,133
Pátria	69	0,127
Liberdade	68	0,125
Congresso	67	0,123
União	52	0,096
Despotismo	50	0,092
Passado	48	0,088
Portugueses	40	0,073
Brasileiros	40	0,073
Política	38	0,070
Razão	37	0,068
Inimigos	34	0,062
Irmãos	33	0,060
Escravos	28	0,051
Independência	26	0,048
Sentimentos	26	0,048
Patriotismo	22	0,040
Império	22	0,040
Soldados	21	0,038
Anarquia	20	0,036
Revolução	20	0,036
Monarquia	17	0,031
História	17	0,031
Opinião Pública	17	0,031
Grão-Pará	16	0,029
Negros	15	0,027
Regeneração	15	0,027
Futuro	14	0,025
Imprensa	14	0,025
Desordem	12	0,022
Escravidão	10	0,018
Assembleia	8	0,014
Separação	8	0,014
República	7	0,012
Maranhão	6	0,011
Juízes	6	0,011
Soberania	4	0,007
Representação Nacional	3	0,005
Índios	1	0,001

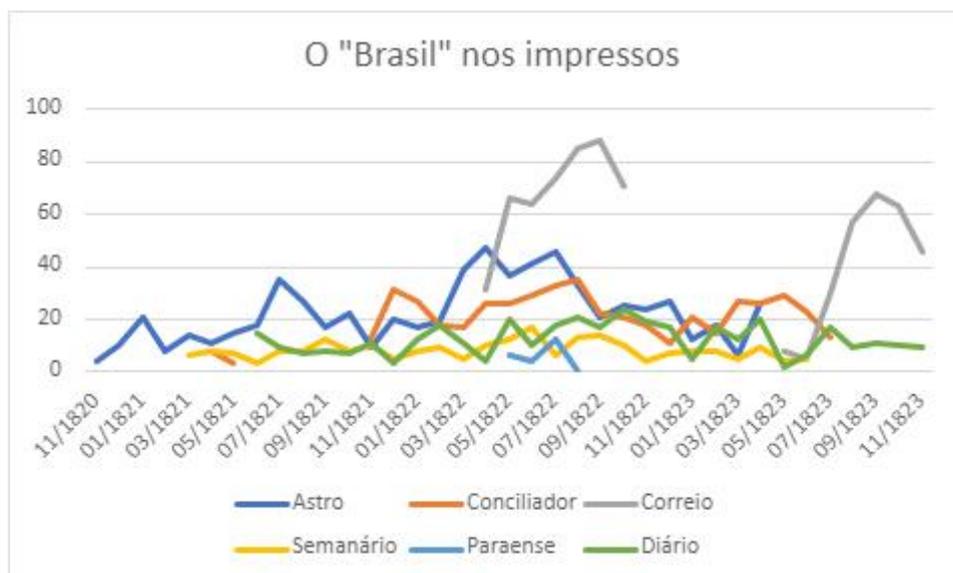
O Paraense (1822): 259 páginas

Palavras-chave	Nº de ocorrências	Ocorrências por página
Governo	118	0,455
Imprensa	57	0,220
Povo	44	0,169
Guerra	40	0,154
Poder	40	0,154
Nação	36	0,138
Pátria	36	0,138
Cortes	36	0,138
Congresso	33	0,127
Portugal	31	0,119
Despotismo	30	0,115
Constituição	29	0,111
Verdade	27	0,104
Liberdade	25	0,096
Opinião Pública	25	0,096
Soldados	23	0,088
Brasil	22	0,084
Razão	18	0,069
Passado	16	0,061
Política	14	0,054
Portugueses	14	0,054
Sentimentos	14	0,054
Escravos	12	0,051
Patriotismo	12	0,051
Maranhão	11	0,042
Grão-Pará	10	0,038
Monarquia	9	0,034
União	8	0,030
Índios	8	0,030
Inimigos	8	0,030
Desordem	8	0,030
Rio de Janeiro	7	0,027
Representação Nacional	6	0,023
Império	5	0,019
Irmãos	5	0,019
Separação	4	0,015
Futuro	4	0,015
História	3	0,011
Assembleia	3	0,011
Bahia	3	0,011
Juízes	3	0,011
Negros	2	0,007
Escravidão	2	0,007
Revolução	2	0,007
Regeneração	1	0,003
Brasileiros	1	0,003
Independência	1	0,003
República	1	0,003
Anarquia	1	0,003
Soberania	0	0

7.2 Evolução dos termos em cada jornal.







7.3 Somatória das ocorrências em todos os jornais selecionados.

